

RELATÓRIO ANUAL 2016

DE INFORMAÇÕES



Índice

Introdução 3

Capítulo 1 • Mensagem da Diretoria 4

Capítulo 2 • Acontecimentos em Destaque 5

Capítulo 3 • Gestão Previdenciária 8

Capítulo 4 • Gestão de Investimentos 13

Capítulo 5 • Demonstrações Contábeis 25

Demonstrações do Plano BD Eletrobrás | **34**

Demonstrações do Plano CD Eletrobrás | **37**

Demonstrações do Plano CV ONS | **40**

Demonstrações do Plano CD Ceron | **43**

Demonstrações do Plano CV EPE | **46**

Capítulo 6 • Pareceres 98

Plano BD Eletrobrás | **100**

Plano CD Eletrobrás | **117**

Plano CV ONS | **124**

Plano CV EPE | **130**

Plano CD CERON | **135**

Capítulo 7 • Despesas 140

Capítulo 8 • Eletros-Saúde 141

Capítulo 9 • Administração 169

Capítulo 10 • Contatos 174



Você constrói o hoje pensando no amanhã

Seja bem-vindo (a) ao Relatório Anual de 2016. Construímos capítulo a capítulo, um documento completo e recheado de informações referentes à Fundação.

Cada página foi cuidadosamente pensada e desenvolvida sob o conceito de unidades isoladas que, quando reunidas, formam o todo. Para simbolizar essa mensagem, nada mais pertinente do que peças de encaixe.

E assim como no Lego, a ELETROS entende a vida. De pouco em pouco, com ajuda e muito planejamento é possível alcançar objetivos e superar desafios. Seja um plano de aposentadoria, um empréstimo para uma pós-graduação ou a compra de um carro.

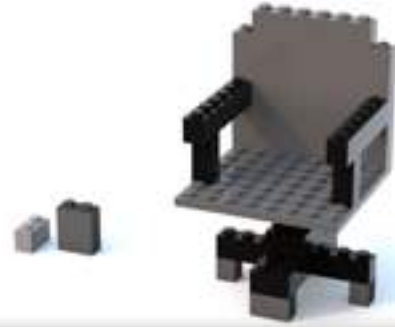
Somos um parceiro e a realidade do seu presente, e estamos aqui para o que precisar. Ajudá-lo a selecionar as suas peças para construir um futuro seguro e tranquilo é nossa principal missão e desafio.

Conte conosco e boa leitura!





Mensagem da Diretoria



Em 2016, a economia brasileira viveu mais um ano de recessão. Junto com a crise política, o cenário nacional sofreu impactos com a diminuição da arrecadação, o aumento da previsão de déficit fiscal, crise nas contas dos estados, o aumento dos juros para financiamento e a queda na confiança dos investidores no país.

O Produto Interno Bruto (PIB) acumulou queda de 4% em relação ao mesmo período de 2015 e a inflação ficou muito acima do teto da meta, chegando a 10,71% (IPCA), superior aos 10,67% registrados no ano anterior.

Apesar desse cenário econômico agitado, a ELETROS obteve excelentes resultados: fechando 2016 com um patrimônio de R\$ 4.283.702, valor significativo para o período, que demonstrou uma evolução patrimonial de 17,51% em relação ao ano anterior.

Os desafios foram grandes, mas apesar dos obstáculos, a ELETROS trabalhou para captar novos participantes, aumentar a produtividade, identificar novas oportunidades de investimentos, aprimorar a comunicação com os participantes e otimizar cada vez mais os processos internos.

Dentre os projetos realizados no último ano destacamos a implantação do Sistema de Gestão Integrado da folha de pagamento de benefícios, além do lançamento dos novos canais digitais da ELETROS – site institucional, portal do participante, aplicativo móvel e simuladores –, desenvolvidos para otimizar o fluxo de comunicação, acelerar o tempo de resposta da área de Relacionamento com Participante e integrar os diversos processos previdenciários da Instituição.

Outro acontecimento importante foi a aprovação do Plano CV ONS pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. Com características mais atraentes, o novo regulamento foi apresentado de forma detalhada por meio do Espaço ELETROS (Programa de Relacionamento com Participante) para todos os participantes da patrocinadora.

As mudanças e esforços aqui relatados, bem como os resultados alcançados em 2016, são fruto da capacidade e dedicação dos colaboradores, das decisões dos dirigentes e da confiança de cada um de vocês – participantes e assistidos – que acreditam em nosso trabalho e que há 46 anos nos ajudam a construir a história da ELETROS.

Em 2017, continuaremos a perseguir o processo de melhoria na Fundação.

Muito obrigado!

DIRETORIA EXECUTIVA

Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente

Marcio Peres Silvado
Diretor de Benefícios Previdenciários

Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Diretor Financeiro

2

Acontecimentos em Destaque



Este capítulo apresenta de forma objetiva e transparente um resumo dos fatos mais marcantes relativos à ELETROS no ano de 2016 e no início de 2017. Além de informações relevantes sobre os planos de benefícios e os novos projetos da Fundação.

DIRETORIA REALIZA APRESENTAÇÃO DO PLANO CD ELETROBRÁS NA AEEL

Em fevereiro de 2016, a Diretoria Executiva da ELETROS (DEE) realizou, na Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL, a apresentação sobre a metodologia de cálculo do benefício dos assistidos do Plano CD Eletrobrás.

Na ocasião, o Presidente Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho comentou, para mais de 40 pessoas, sobre o momento difícil da economia brasileira e o consequente impacto sobre toda a indústria de Fundos de Pensão no Brasil.

Durante o evento o dirigente ressaltou, ainda, que a Fundação mantém em sua carteira de investimentos ativos de excelente qualidade sem nunca, ao longo de toda sua história, ter sido alvo de qualquer autuação, ainda que administrativamente, pelos órgãos de fiscalização das Entidades de Fechadas de Previdência Privada.

Vale lembrar que todas as decisões de investimento são discutidas amplamente em diversos comitês internos, além de necessitar da aprovação da Diretoria (por decisão unânime) e em alguns casos, devido aos valores envolvidos, da aprovação do Conselho Deliberativo da ELETROS.

ESPAÇO ELETROS

Projeto criado para fortalecer a presença da Fundação nas patrocinadoras e facilitar o fluxo de informação entre as partes visa contribuir para o crescimento profissional e pessoal dos participantes, oferecendo segurança, equilíbrio financeiro e qualidade de vida.

O piloto do Espaço ELETROS foi realizado no ONS,

que além da realização de atendimentos prestados sobre perfis de investimento, contribuição adicional, alteração cadastral, processo de alteração regulamentar, entre outros, promoveu ações do Programa de Educação Financeira e Previdenciária (CULTIVAR) e da área de saúde.

Para 2017, planeja-se expandir o Projeto para duas novas patrocinadoras. E para as demais no ano de 2018. Acesse o site e as redes sociais da ELETROS regularmente para conferir tudo que acontece na Fundação.

45 ANOS DA ELETROS

O ano 2016 marcou os 45 anos da Fundação. Tamanha dedicação dos colaboradores, apoio das patrocinadoras e confiança dos participantes foi reconhecida no Relatório Anual 2015, desenvolvido especialmente como forma de agradecimento e homenagem a todos que nos ajudaram a construir essa história.

A fim de seguir por muito mais anos fazendo parte da sua vida, continuaremos trabalhando para ajudar a viabilizar os seus projetos e tornar o seu futuro mais tranquilo e seguro.

NOVAS PLATAFORMAS DIGITAIS

O ano de 2016 foi um período de grande avanço tecnológico para a ELETROS, com o lançamento dos novos canais digitais - site institucional, portal do participante, aplicativo móvel e simuladores - desenvolvidos especialmente para os participantes e assistidos da Fundação, que, além de outras vantagens, otimizou o fluxo de comunicação, o tempo de resposta da área de Relacionamento com Participante e diversos processos internos.

O site ganhou um layout mais simples, acessível e dinâmico, recheado de informações sobre a Entidade e os mercados financeiro e previdenciário.

Por meio do portal do participante, também disponível na versão mobile (aplicativo móvel), é possível visualizar o saldo de conta, conferir a rentabilidade do perfil de

investimento em comparação aos demais planos de benefícios e indicadores de mercado, fazer alteração cadastral, checar o histórico de movimentações, tudo integrado ao novo sistema de gestão.

Já no simulador é possível conferir a expectativa do valor (estimado) do benefício recebido, alterar o percentual de contribuição, entre outras vantagens.

Tudo pensado para melhorar, de forma contínua, os processos e a relação da ELETROS com seus participantes e assistidos.

ELEIÇÕES ELETROS

O processo eleitoral para a escolha do Diretor Financeiro e representantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da ELETROS foi realizado de agosto a novembro de 2016.

Participantes (ativos) e assistidos da Fundação, desde que cumpram os requisitos constantes na Norma Eleitoral e no Edital de Convocação das Eleições, ambos os documentos ficaram disponíveis no hot site das Eleições durante o período eleitoral, podem se candidatar.

Para conferir quem compõe a Governança Corporativa da ELETROS atualmente, veja o capítulo Administração.

NOVO REGULAMENTO PLANO CV ONS

Em outubro de 2016, o novo regulamento do plano de previdência do ONS foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Com a conclusão desse processo, o plano passou a se chamar CV ONS e adotar características mais atraentes com maior flexibilidade para seus participantes e assistidos.

Ao longo do mês de outubro a Fundação, por meio do Espaço ELETROS, promoveu algumas palestras com o tema “Conheça o novo Regulamento do Plano CV ONS” para apresentar todas as novidades e esclarecer eventuais dúvidas.

Na ocasião, a equipe de relacionamento também esteve presente para realizar atendimentos individualizados.

RESULTADO DO PLANO BD ELETROBRÁS EM 2016

Em 2016, os investimentos do Plano BD Eletrobrás apresentaram uma rentabilidade de 18,96% contra uma

variação da metra atuarial de 12,60%. Entretanto, esse resultado não foi suficiente para reverter a situação deficitária do plano.

Em função disso, a ELETROS, com apoio de consultorias atuarial e jurídica, realizou estudos para abertura de um novo processo de migração.

No final de 2016, a Fundação concluiu a avaliação de uma proposta e encaminhou o estudo para a Eletrobras analisar em paralelo com o trabalho que vem sendo desenvolvido pela própria patrocinadora desde meados do ano passado.

Devido à complexidade do assunto e das necessárias aprovações da patrocinadora, assim como da ELETROS e dos órgãos reguladores, este processo requer demasiado tempo até que possa ser finalmente implementado.

O momento é difícil, mas a diretoria está envidando todos os esforços para atenuar os efeitos da delicada situação financeira do Plano BD e seguirá empenhada em viabilizar a abertura de um novo processo de migração.

CAMPANHA DE CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL

No final de 2016, a ELETROS realizou uma nova Campanha de Contribuição Adicional que alcançou um resultado acima do esperado, arrecadando bem mais do que o previsto.

O objetivo da campanha é estimular participantes a aumentarem sua reserva previdenciária.

Diferentemente do que ocorre em outras instituições bancárias, a ELETROS não cobra taxa de carregamento sobre as contribuições extraordinárias, portanto todo o valor aportado é integralmente creditado na conta individual do participante.

Anualmente, campanhas de fomento às contribuições adicionais são realizadas pela Fundação.

FIRMAMENTO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DO EDIFÍCIO MARIO BHERING

Em março de 2017 foi assinado entre a Fundação e a Eletrobras o contrato de locação do Edifício Mário Bhering, localizado na Rua da Quitanda, nº 196, no Centro do Rio de Janeiro.

Os Projetos Arquitetônicos e Complementares de Engenharia para adequar o prédio às necessidades da Eletrobras estão sendo desenvolvidos.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO É REVISADO

Em maio de 2017, a revisão do Planejamento Estratégico (PE) da ELETROS para o triênio 2017-2019 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

Este trabalho estabelece diretrizes e objetivos estratégicos, assim como metas e ações, que orientarão o foco de atuação da ELETROS nos próximos anos.

O PE traçou metas que visam o equilíbrio financeiro e atuarial dos planos, a eficiência e eficácia no atendimento a todas partes interessadas e a implantação das melhores práticas de governança corporativa.

3

Gestão
Previdenciária

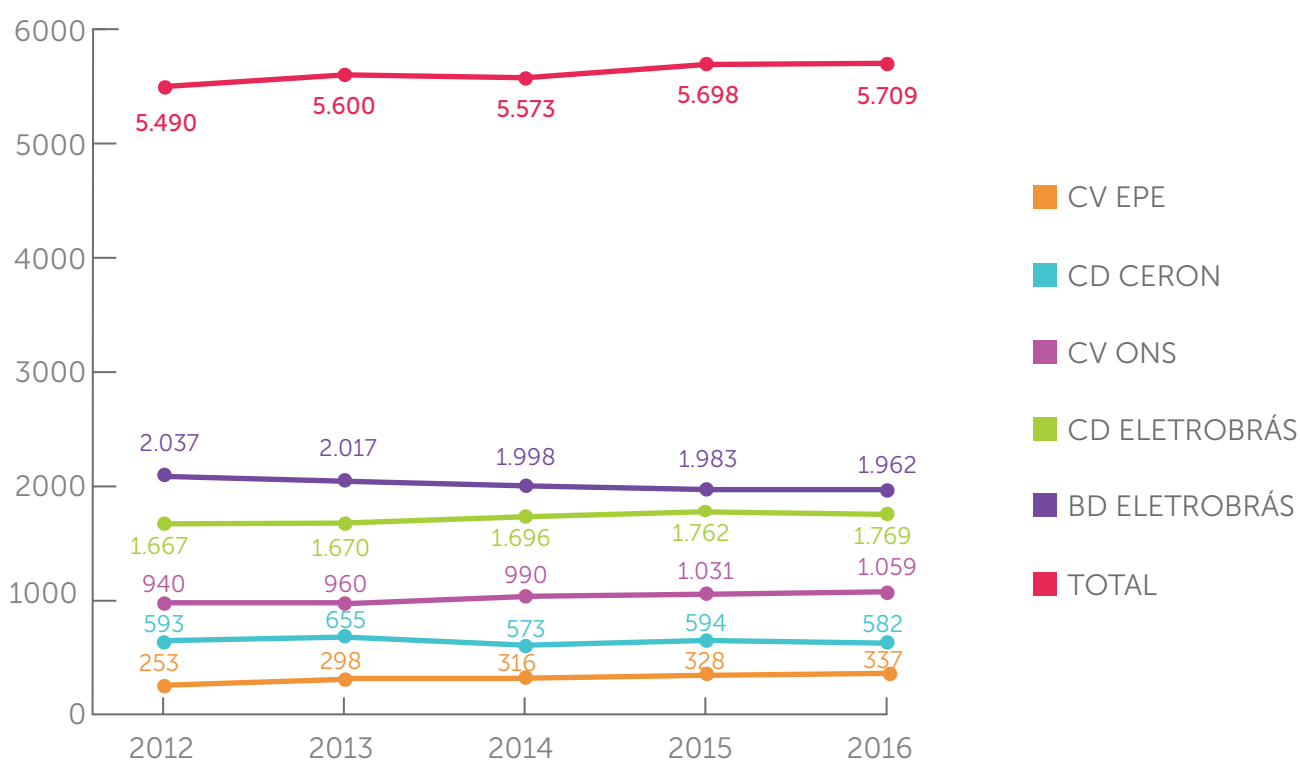
1. PANORAMA GERAL DOS PARTICIPANTES EM 2016

DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES

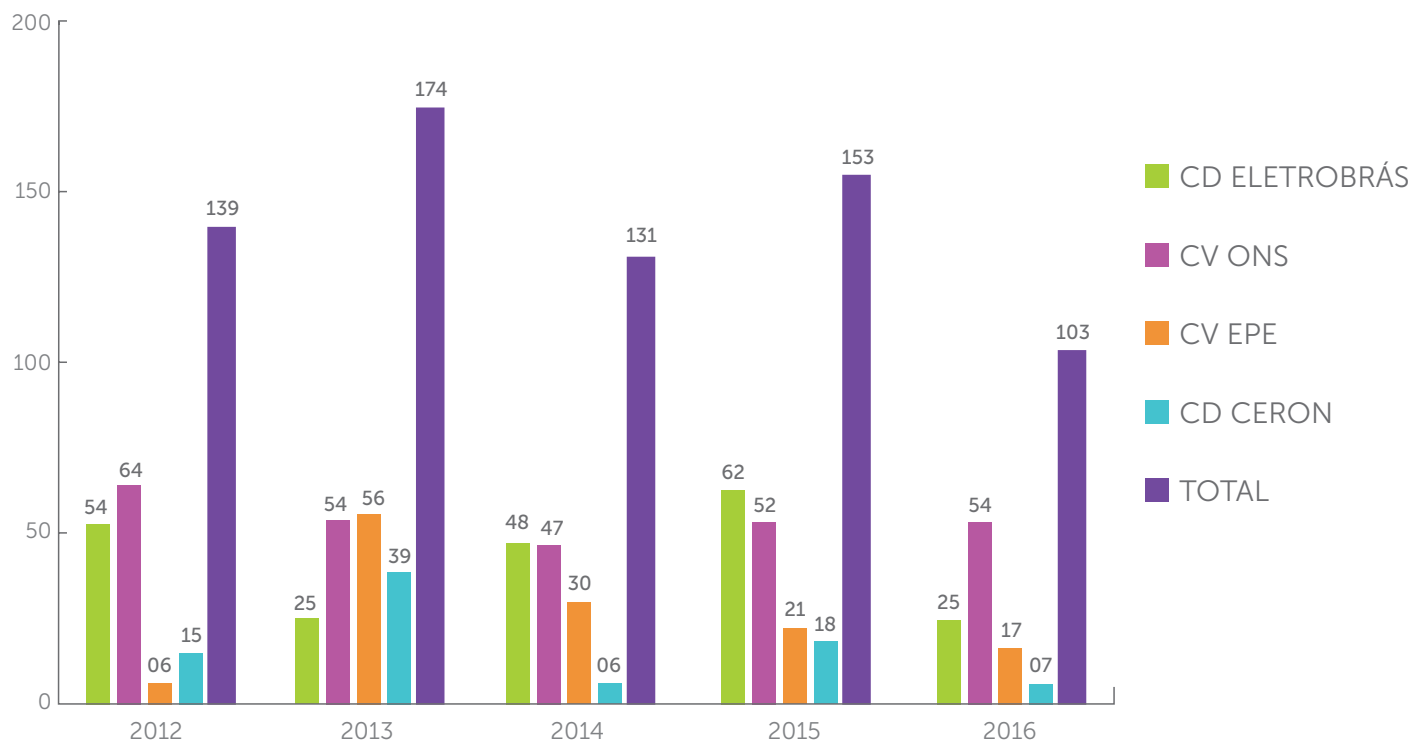
Patrocinadora	Plano	Ativo	Assistido	Pensionista	Autopatrocinado	BPD	TOTAL
ELETROBRAS	BD ELETROBRÁS	112	1115	361	-	17	1605
	CD ELETROBRÁS	784	292	38	24	47	1185
ONS	CV ONS	848	74	15	57	65	1059
EPE	CV EPE	275	12	-	31	19	337
CERON	CD CERON	547	8	2	9	16	582
CEPEL	BD ELETROBRÁS	80	209	52	-	4	345
	CD ELETROBRÁS	308	86	7	7	14	422
FUNDAÇÃO (ELETROS)	BD ELETROBRÁS	1	8	2	-	1	12
	CD ELETROBRÁS	117	12	6	15	12	162
TOTAL		3072	1816	483	143	195	

2. CRESCIMENTO

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE ABSOLUTA DE PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS POR PLANO



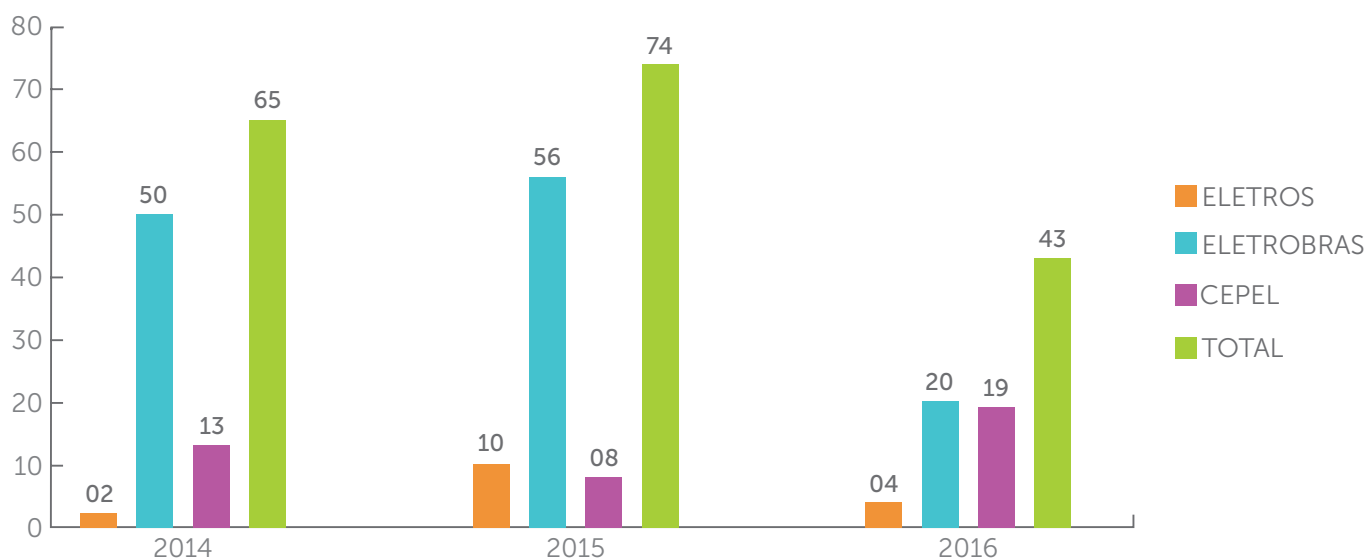
NOVAS ADESÕES DE PARTICIPANTES POR PLANO



APOSENTADOS E PENSIONISTAS POR PLANO					
	2012	2013	2014	2015	2016
CD ELETROBRÁS	204	268	410	426	441
BD ELETROBRÁS	1.685	1.721	1.799	1.767	1.747
CV ONS	55	64	75	92	100
CD CERON	3	4	4	7	14
CV EPE	0	0	0	7	12
TOTAL	1.947	2.057	2.288	2.299	2.314

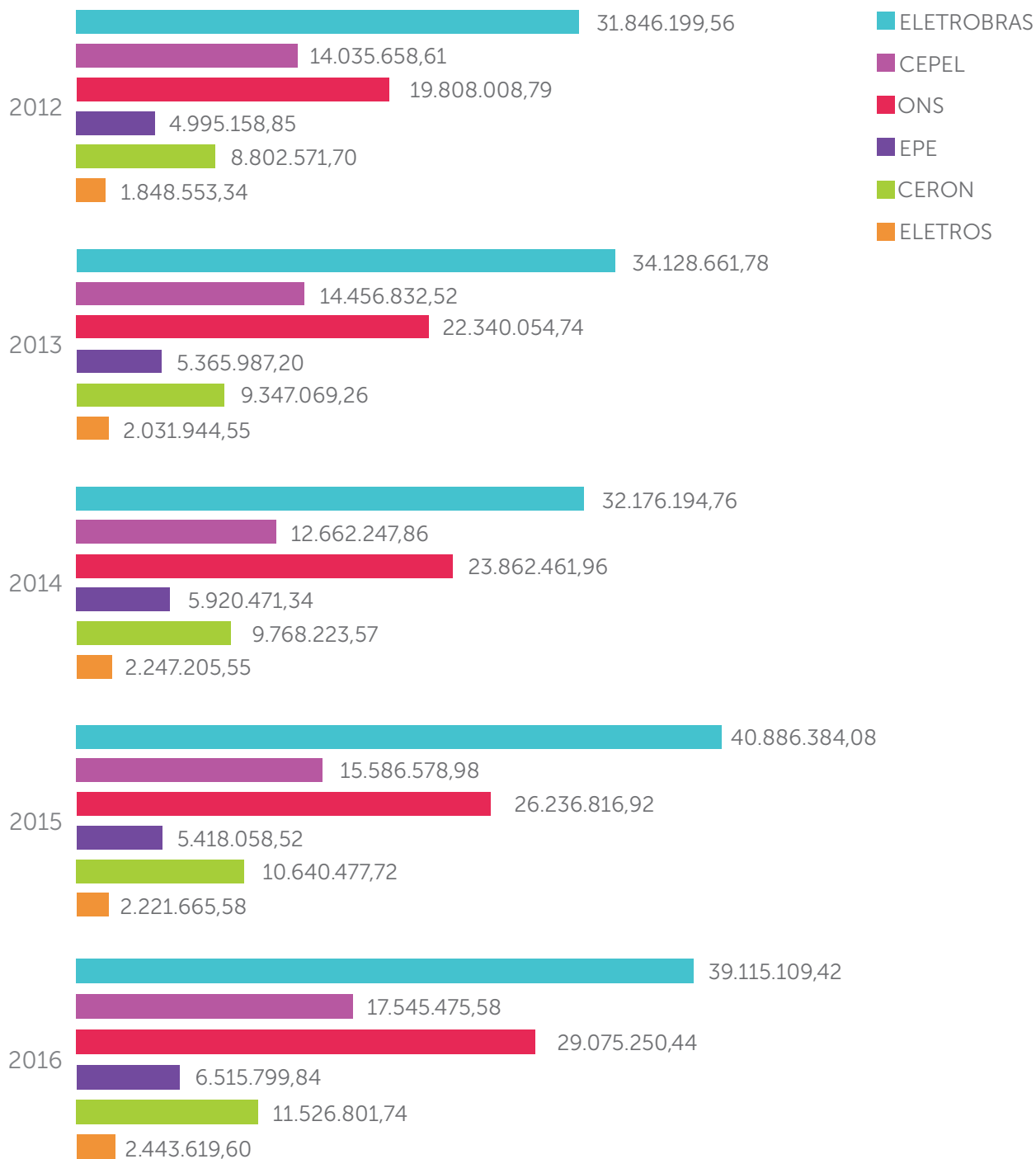
NOVAS OPÇÕES DE INSTITUTOS POR PLANO EM 2016					
	Auto patrocínio	BPD	Portabilidade de Entrada	Portabilidade de Saída	Resgate
CD ELETROBRÁS	5	10	2	2	13
BD ELETROBRÁS	-	-	-	-	6
CV ONS	8	11	2	2	11
CD CERON	3	21	1	-	14
CV EPE	3	4	2	2	7
TOTAL	19	46	7	6	51

CONCESSÕES DE APOSENTADORIA INSS POR EMPRESA CONVENIENTE



3. VOLUMES OPERACIONAIS

SOMATÓRIO DE CONTRIBUIÇÕES NORMAIS POR PATROCINADORA (R\$)

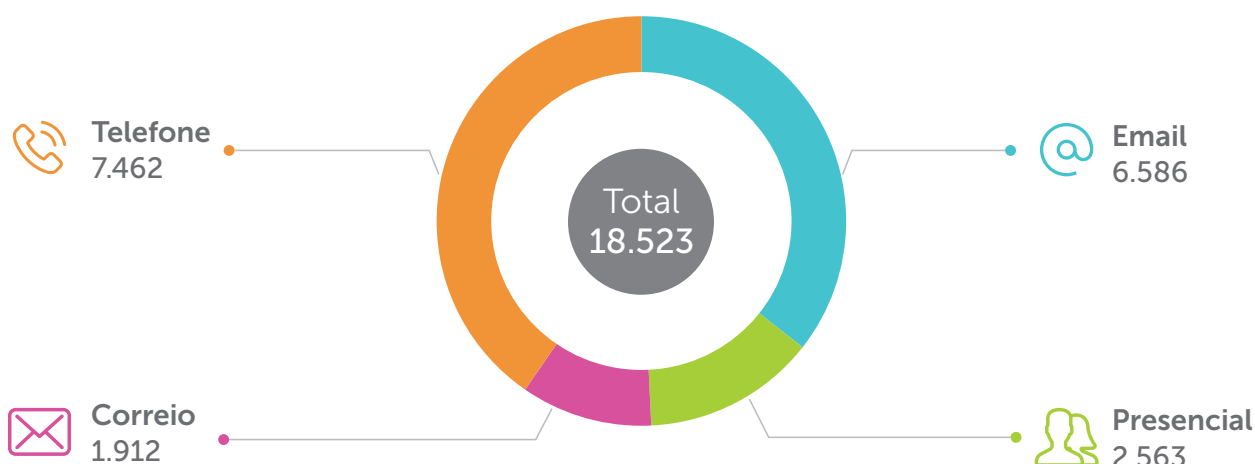
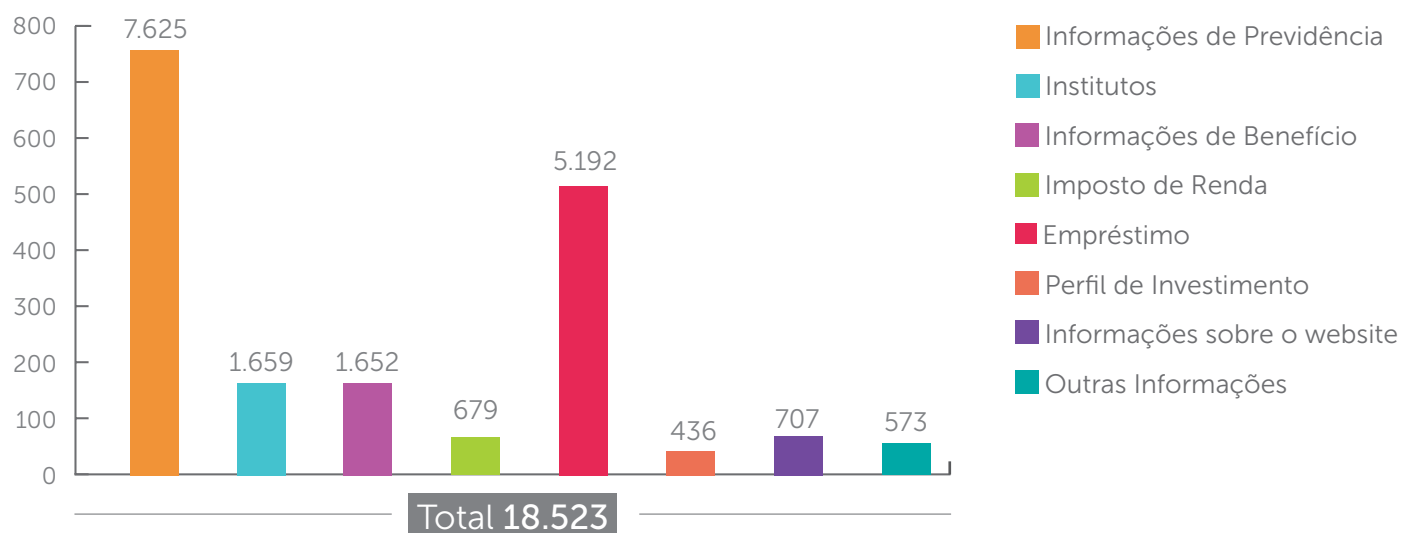


SOMATÓRIO DE CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS POR PATROCINADORA (R\$)

	2015	2016
CD ELETROBRÁS	231.636,39	239.878,75
CV ONS	2.846.771,77	3.808.474,66
CV EPE	166.985,85	168.966,01
CD CERON	23.413,76	317.095,83
TOTAL	3.268.807,77	4.534.415,25

SOMATÓRIO DOS BENEFÍCIOS PAGOS POR PLANO (R\$)

	2012	2013	2014	2015	2016
CD ELETROBRÁS	17.207.662,90	18.060.057,18	40.826.801,47	51.564.590,21	52.012.144,89
BD ELETROBRÁS	153.226.904,81	163.041.394,04	183.435.239,91	208.920.262,23	232.048.220,34
CV ONS	1.038.909,08	1.329.102,31	1.986.841,41	3.592.516,63	4.167.862,50
CD CERON	15.393,51	20.467,02	50.974,04	99.345,74	152.436,80
CV EPE	0,00	0,00	0,00	196.586,00	587.233,20
TOTAL	171.488.870,30	182.451.020,55	226.299.856,83	264.373.300,81	288.967.897,73

4. RELACIONAMENTO**ATENDIMENTOS REGISTRADOS POR CANAL DE COMUNICAÇÃO EM 2016****DISTRIBUIÇÃO DE ATENDIMENTOS POR ASSUNTO**

NÚMERO DE ATENDIMENTOS POR PLANO E SITUAÇÃO EM 2016

	ASSISTIDO	ATIVO	OUTROS	PENSIONISTA	TOTAL
BD ELETROBRÁS	4.939	893	310	1.239	7.381
CD CERON	8	800	52	12	872
CD ELETROBRÁS	1.557	4.096	77	151	5.881
CV ONS	137	3.197	51	52	3.437
CV EPE	33	885	21	0	939
Não participante	0	0	13	0	13
Total	6.674	9.871	524	1.454	18.523



4

Gestão de Investimentos



COMENTÁRIOS SOBRE OS INVESTIMENTOS EM 2016

O cenário macroeconômico é importante para analisar o comportamento dos investimentos, principalmente dos segmentos de renda fixa e de renda variável, os que mais rapidamente são influenciados por fatores internos e externos.

O cenário interno permaneceu com incertezas em 2016, mas com chances de melhora. Se, por um lado, a economia brasileira novamente apresentou uma variação negativa do Produto Interno Bruto (PIB) e mostrou uma elevação da taxa de desemprego, por outro, a inflação começou a ceder, o que é um ponto importante para a recuperação das atividades produtivas. As medidas de ajustes das contas públicas foram debatidas pelo Congresso Nacional, mas parte das votações foi transferida para 2017.

O cenário externo foi favorável para os países emergentes em geral e para o Brasil em particular, sendo o fator principal para a valorização dos ativos financeiros, tanto de renda variável quanto de renda fixa.

A Política de Investimento possibilitou que ELETROS tirasse proveito das oportunidades que o mercado de capitais ofereceu em 2016; a rentabilidade dos Perfis de Investimento foi a maior desde o seu início em 2010 e a do Plano BD ELETROBRÁS foi mais elevada desde 2012.

Em 2016 foram realizados estudos da situação atuarial de longo prazo dos planos BD ELETROBRÁS e CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS), simulando o comportamento dos investimentos em cenários econômicos distintos e sugerindo uma carteira ótima que produza simultaneamente os melhores resultados para a liquidez, razão de solvência e probabilidades de déficit.

PERFIS DE INVESTIMENTO

Os Perfis de Investimento são mecanismos específicos de planos de Contribuição Definida (CD) e de Contribuição Variável (CV). Desde 2010 a ELETROS oferece cinco modalidades de Perfis de Investimento aos participantes e assistidos dos Planos CD ELETROBRÁS

e CV ONS que possuem diferenças em relação à tolerância ao risco.

- PERFIL SUPER CONSERVADOR
- PERFIL CONSERVADOR
- PERFIL MODERADO
- PERFIL AGRESSIVO
- PERFIL ELETROS

Mais detalhes e informações sobre os Perfis de Investimento podem ser obtidas na Cartilha Explicativa disponível no endereço eletrônico da ELETROS, independente de esclarecimentos adicionais que se façam necessários e que poderão ser feitos pelo telefone (21) 2138-6000, pelo e-mail atendimento@eletros.com.br ou na sede da Fundação.

CONJUNTURA ECONÔMICA ESPERADA PARA 2017

A queda da inflação interna vai permitir que as autoridades reduzam a taxa de juro em 2017; esses aspectos são relevantes para a recuperação da economia brasileira. Contudo, a situação das contas públicas, o desemprego e o baixo crescimento são desafios que precisam ser vencidos nos próximos anos.

PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS EM 2017

Em termos de impacto sobre os investimentos, a variável-chave para 2017 será o comportamento da taxa de juro dos Estados Unidos, o melhor seria se o Banco Central americano a elevasse de forma gradual.

O cenário mais provável adotado pela ELETROS é de que a situação internacional continuará positiva para o Brasil, embora menos favorável do que foi em 2016. Pelo lado interno, a queda da taxa de juro Selic é importante para a retomada do crescimento econômico do país, mas ao mesmo tempo representa um alerta porque tende a reduzir a rentabilidade do segmento de renda fixa, o mais representativo dos planos administrados pela ELETROS.

O segmento de renda variável é o segundo em importância no patrimônio, deverá apresentar uma

rentabilidade real acima da renda fixa aproveitando-se do cenário externo favorável, mas não deverá repetir o expressivo desempenho de 2016.

As demais classes de investimento que compõem o patrimônio dos planos, embora recebam atenção pela possibilidade de diversificação, não projetam grande impacto na rentabilidade esperada para 2017.

O acompanhamento mensal da conjuntura econômica e das perspectivas para os investimentos pode ser encontrado no Relatório de Conjuntura e Risco, enviado na forma reduzida para o e-mail cadastrado do participante e disponível na versão completa no endereço eletrônico da ELETROS – Área do Participante.

O resultado dos planos e dos Perfis de Investimento é discutido com os participantes durante as Apresentações Trimestrais realizadas nas Patrocinadoras, cujo conteúdo também está disponível no site da ELETROS (www.eletros.com.br), por meio do Portal do Participante.

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE 2017

1. INTRODUÇÃO

A Política de Investimento da ELETROS para o exercício de 2017 (PI 2017) deve ser aplicada individualmente aos planos de benefícios previdenciários e administrativo geridos pela entidade, a saber, Plano BD ELETROBRÁS; ao Plano CD ELETROBRÁS, composto por Plano ELETROBRÁS CD SALDADO (BPDS) e Plano CD ELETROBRÁS PURO; ao Plano CV ONS; ao Plano CV EPE; ao Plano CD CERON e ao Plano de GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA).

2. METAS DE RENTABILIDADE

As metas reais de rentabilidade acima da inflação medida pelo INPC estão assim definidas na PI 2017:

	EXERCÍCIO DE 2017	MÉDIO PRAZO (2017 A 2019)	LONGO PRAZO (2017 A 2021)
Plano BD ELETROBRÁS	6,3%	6,0%	5,9%
Plano CD ELETROBRÁS PURO	7,0%	6,3%	5,9%
Plano CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS)	6,7%	6,1%	6,0%
Plano CV ONS	7,1%	6,4%	5,9%
Plano CV EPE	7,0%	6,4%	5,9%
Plano CD CERON	7,0%	6,3%	5,9%
Plano de Gestão Administrativa - PGA	6,5%	6,1%	6,0%

3. ALOCAÇÃO DE ATIVOS POR PLANO

A alocação de ativos é definida como o conjunto de atividades relacionadas à distribuição do patrimônio de cada plano entre os segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis, operações com participantes (empresários), investimentos estruturados e no exterior.

3.1 ALOCAÇÃO POR PLANO EM RENDA FIXA

PLANO	ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO		
	PROPOSTA DE 2017		
	MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
Plano BD ELETROBRÁS	54%	72%	88%
Plano CD ELETROBRÁS Total	52%	77%	86%
CD ELETROBRÁS PURO*	50%	77%	85%
Plano CD SALDADO (BPDS)	60%	74%	90%
Plano CV ONS*	56%	82%	88%
Plano CV EPE	61%	82%	90%
Plano CD CERON	61%	82%	90%
PGA	100%	100%	100%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.2 ALOCAÇÃO POR PLANO EM RENDA VARIÁVEL

PLANO	ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO		
	PROPOSTA DE 2017		
	MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
Plano BD ELETROBRÁS	5%	15%	20%
Plano CD ELETROBRÁS Total	9%	14%	28%
CD ELETROBRÁS PURO*	10%	14%	30%
Perfil ELETROS do CD PURO**	10%	19%	30%
Plano CD SALDADO (BPDS)	5%	15%	20%
Plano CV ONS*	10%	13%	30%
Perfil ELETROS do CV ONS**	10%	18%	30%
Plano CV EPE	10%	15%	25%
Plano CD CERON	10%	15%	25%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

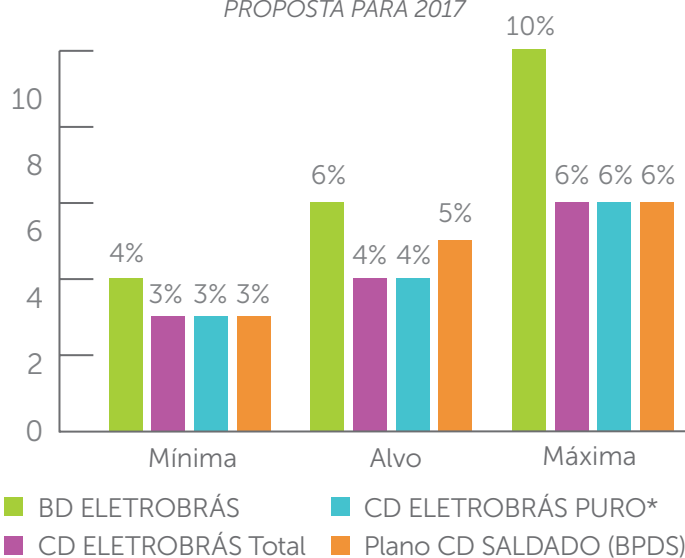
** Alocação em relação ao total do Perfil ELETROS.

PERFIS DE INVESTIMENTO

PERFIL DE INVESTIMENTO (CD PURO ELETROBRÁS E CV ONS)	ALOCÇÃO EM RENDA VARIÁVEL
Perfil SUPER CONSERVADOR	0%
Perfil CONSERVADOR	15%
Perfil MODERADO	30%
Perfil AGRESSIVO	45%
Perfil ELETROS	De acordo com a PI 2017

3.3 ALOCAÇÃO POR PLANO EM IMÓVEIS

ALOCÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO
PROPOSTA PARA 2017



* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.4 ALOCAÇÃO POR PLANO EM OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMOS)

PLANO	ALOCÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO		
	MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
Plano BD ELETROBRÁS	3%	5%	10%
Plano CD ELETROBRÁS Total	2%	3%	10%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	2%	3%	10%
Plano CD SALDADO (BPDS)	2%	4%	10%
Plano CV ONS*	2%	3%	10%
Plano CV EPE	0%	1%	10%
Plano CD CERON	0%	1%	10%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.5 ALOCAÇÃO POR PLANO EM INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

PLANO	ESTIMATIVA DEZ/2016	ALOCÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO		
		MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
Plano BD ELETROBRÁS	1%	0%	1%	4%
Plano CD ELETROBRÁS Total	0,2%	0%	1%	2%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	0,1%	0%	1%	2%
Plano CD SALDADO (BPDS)	0,6%	0%	1%	2%
Plano CV ONS*	0%	0%	1%	2%
Plano CV EPE	0%	0%	1%	2%
Plano CD CERON	0%	0%	1%	2%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.6 ALOCAÇÃO POR PLANO EM INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

PLANO	ESTIMATIVA DEZ/2016	ALOCÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO		
		MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
Plano BD ELETROBRÁS	0%	0%	1%	2%
Plano CD ELETROBRÁS Total	0%	0%	1%	2%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	0%	0%	1%	2%
Plano CD SALDADO (BPDS)	0%	0%	1%	2%
Plano CV ONS*	0%	0%	1%	2%
Plano CV EPE	0%	0%	1%	2%
Plano CD CERON	0%	0%	1%	2%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

Para visualizar a versão completa da PI 2017, acesse o site da ELETROS (www.eletros.com.br), no menu Investimentos.

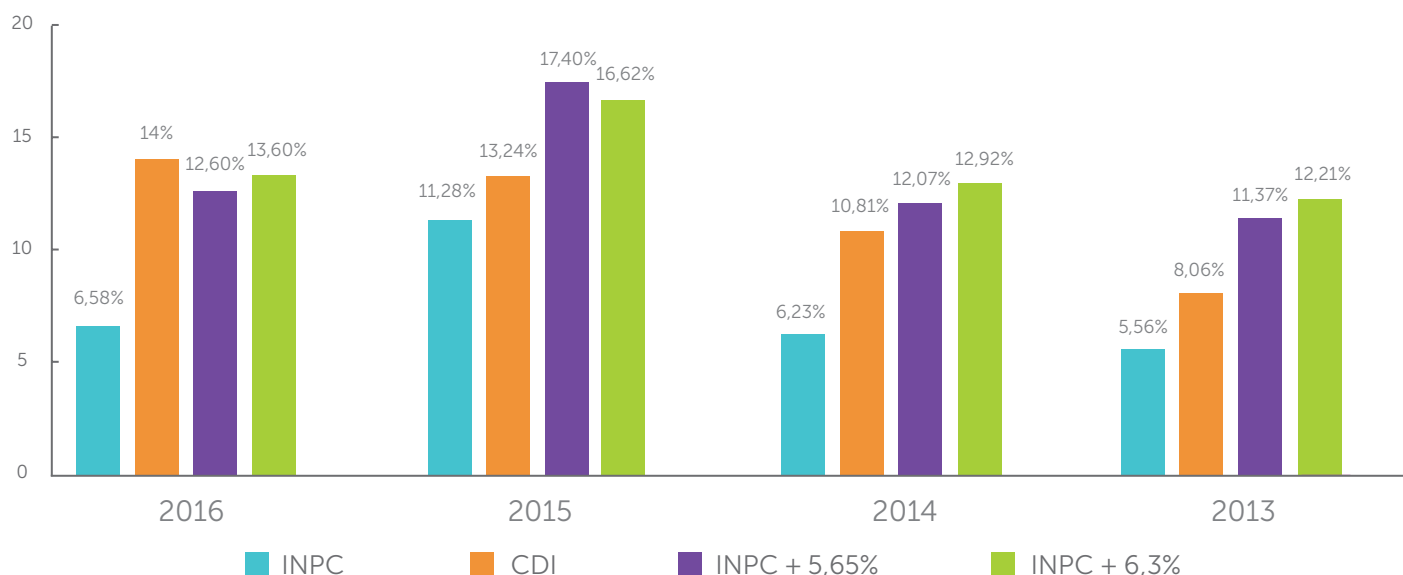
ALOCAÇÃO ENTRE OS SEGMENTOS POR PLANOS

SEGMENTOS	BD ELETROBRÁS		CD ELETROBRÁS		CV ONS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Renda Fixa	1.354.660	70,89%	1.320.761	81,30%	368.183	83,53%	55.735	87,64%	55.824	89,77%	84.861	100,0%
Renda Variável	290.060	15,18%	190.977	11,76%	60.055	13,62%	7.423	11,67%	6.362	10,23%	-	-
Estruturados	11.388	0,60%	507	0,03%	-	0,00%	-	-	-	-	-	-
Imóveis	157.154	8,22%	59.490	3,66%	-	0,00%	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	97.616	5,11%	52.786	3,25%	12.563	2,85%	440	0,69%	-	-	-	-
Consolidado	1.910.878	100,00%	1.624.521	100,00%	440.801	100,00%	63.598	100,00%	62.186	100,00%	84.861	100,0%

RENTABILIDADES BRUTAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIO

Segmentos	BD ELETROBRÁS		CD ELETROBRÁS		CV ONS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	Meta Atuarial	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 4,80%	Meta Referência	INPC + 6,30%
	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial
Renda Fixa	18,82%	5,52%	23,15%	9,37%	23,00%	9,24%	23,00%	9,24%	23,01%	10,13%	13,68%	0,34%
Renda Variável	32,29%	17,48%	34,80%	19,71%	34,80%	19,71%	34,80%	19,71%	34,80%	20,68%	0,00%	-
Imóveis	4,09%	-7,56%	4,09%	-7,56%	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Empréstimos	16,12%	3,13%	16,16%	3,16%	15,63%	-	15,08%	-	0,00%	-	0,00%	-
Inv. Estruturados	-3,76%	-14,53%	12,26%	-0,30%	0,00%	-11,19%	0,00%	-11,19%	0,00%	-	0,00%	-
Consolidado	18,96%	5,65%	23,32%	9,52%	24,06%	10,18%	24,06%	10,17%	24,29%	11,28%	13,68%	0,34%

INDICADORES DE MERCADO



RENTABILIDADE DOS PERFIS DE INVESTIMENTO - PLANO CD ELETROBRÁS

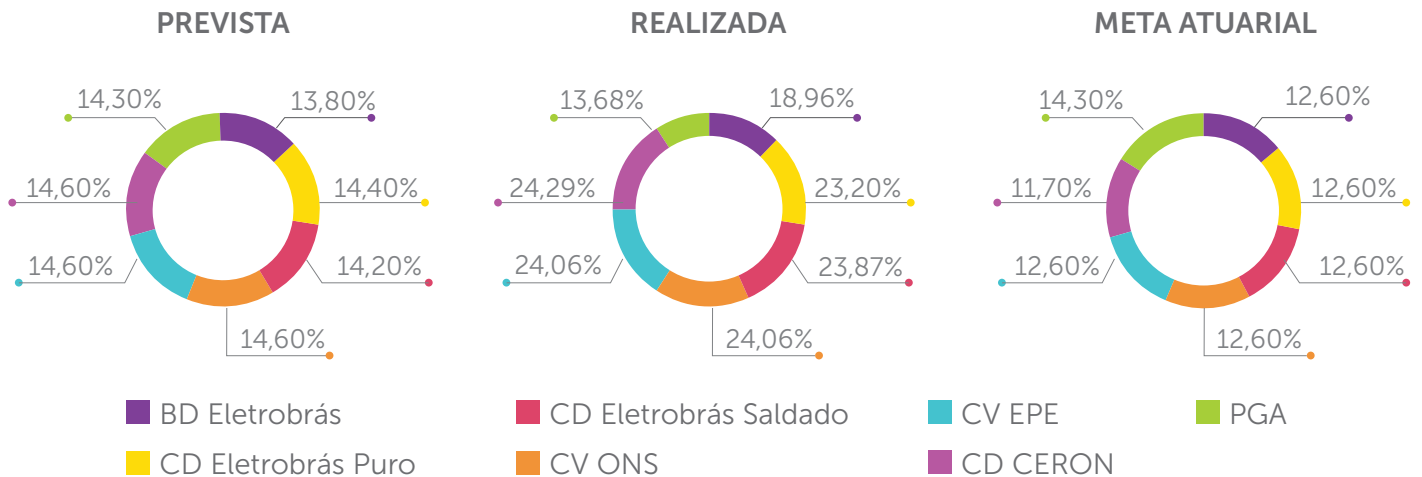
CD ELETROBRÁS										
Segmentos	Agressivo		Moderado		ELETROS		Conservador		Super conservador	
	Nominal	Real Desc. Inflação	Nominal	Real	Nominal	Real Desc. Inflação	Nominal	Real	Nominal	Real Desc. Inflação
Renda Fixa	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%
Renda Variável	34,80%	26,47%	34,80%	26,47%	34,80%	26,47%	34,80%	26,47%	0,00%	-
Imóveis	4,09%	-2,34%	4,09%	-2,34%	4,09%	-2,34%	4,09%	-2,34%	4,09%	-2,34%
Empréstimos	16,42%	9,24%	16,42%	9,24%	16,43%	9,24%	16,43%	9,24%	16,39%	9,21%
Inv. Estruturados	12,26%	5,33%	12,26%	5,33%	12,26%	5,33%	12,26%	5,33%	0,00%	0,00%
Consolidado	28,30%	20,38%	26,58%	18,76%	23,79%	16,15%	24,22%	16,55%	22,00%	14,47%

RENTABILIDADE DOS PERFIS DE INVESTIMENTO – PLANO CV ONS

CV ONS										
Segmentos	Agressivo		Moderado		ELETROS		Conservador		Super conservador	
	Nominal	Real Desc. Inflação	Nominal	Real	Nominal	Real Desc. Inflação	Nominal	Real	Nominal	Real Desc. Inflação
Renda Fixa	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%	23,00%	15,41%
Renda Variável	34,80%	26,47%	34,80%	26,47%	34,80%	26,47%	34,80%	26,47%	34,80%	-
Imóveis	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Empréstimos	15,60%	8,46%	15,60%	8,46%	15,60%	8,46%	15,60%	8,46%	15,60%	8,46%
Inv. Estruturados	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Consolidado	28,94%	20,98%	27,30%	19,44%	24,11%	16,45%	24,93%	17,22%	22,58%	15,01%

ADERÊNCIA DA ALOCAÇÃO À POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2016 – PI

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CV ONS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	PI	dez-16	PI	dez-16	PI	dez-16	PI	dez-16	PI	dez-16	PI	dez-16
Renda Fixa	49,00% a 88,00%	70,89%	45,00% a 85,00%	81,30%	51,00% a 88,00%	83,53%	61,00% a 90,00%	87,64%	66,00% a 90,00%	89,77%	0,00% a 100,00%	100,00%
Renda Variável	5,00% a 25,00%	15,18%	10,00% a 35,00%	11,76%	10,00% a 35,00%	13,62%	10,00% a 25,00%	11,67%	10,00% a 20,00%	10,23%	-	-
Estruturados	0,00% a 4,00%	0,60%	0,00% a 2,00%	0,03%	0,00% a 2,00%	0,00%	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	-	-
Imóveis	4,00% a 10,00%	8,22%	3,00% a 6,00%	3,66%	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	3,00% a 10,00%	5,11%	2,00% a 10,00%	3,25%	2,00% a 10,00%	2,85%	0,00% a 10,00%	0,69%	0,00% a 10,00%	-	-	-
Exterior	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	-	-

RENTABILIDADE NOMINAL PREVISTA NA PI X REALIZADA**SELEÇÃO DE ATIVOS – INVESTIMENTOS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO**

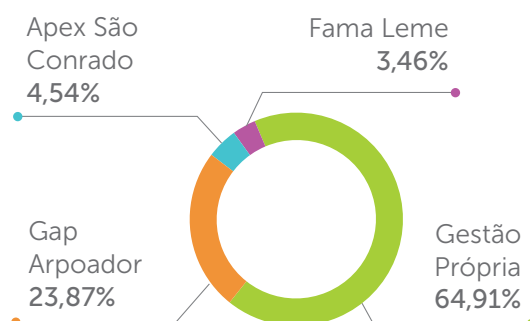
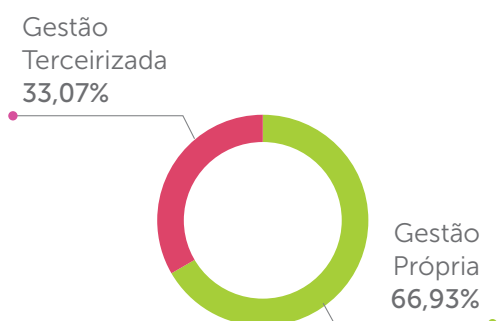
Planos	BD Eletrobrás		CV ONS		CD Eletrobrás	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Investimentos em Renda Fixa	1.354.660	70,89%	368.183	83,53%	1.320.761	81,31%
Notas Tesouro Nacional	976.927	-	66.393	-	342.714	-
Letras Hipotecárias	185.996	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	66.850	-	49.462	-	187.788	-
Fundos de Renda Fixa	121.688	-	252.328	-	790.259	-
Debêntures Não Conversíveis	3.199	-	-	-	-	-
Investimentos em Renda Variável	290.060	15,18%	60.055	13,62%	190.977	11,76%
Mercado à Vista	190.036	-	40.017	-	127.256	-
Derivativos	4.867	-	-	-	-	-
Fundos de Ações	95.157	-	20.038	-	63.721	-
Investimento Estruturados	11.388	0,60%	0	0,00%	507	0,03%
Fundos Multimercado	11.388	-	-	-	507	-
Investimentos em Imóveis	157.154	8,22%	-	-	59.490	3,66%
Imóveis para Aluguel e Renda	148.576	-	-	-	56.243	-
Imóveis de Uso Próprio	6.301	-	-	-	2.385	-
Outros valores	2.277	-	-	-	862	-
Empréstimos	97.616	5,11%	12.563	2,85%	52.786	3,25%
Emergência	203	-	-	-	31	-
Financeiro	87.942	-	12.741	-	53.230	-
Vesting	10.225	-	-	-	81	-
Escolar	2	-	-	-	1	-
Provisão P/ Devedores Duvidosos	(756)	-	(178)	-	(557)	-
Total dos Investimentos	1.910.878	100,00%	440.801	100,00%	1.624.521	100,00%

SELEÇÃO DE ATIVOS – INVESTIMENTOS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO (continuação)

Planos	CV EPE		CD CERON		PGA	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Investimentos em Renda Fixa	55.735	87,64%	55.824	89,77%	84.861	100,00%
Notas Tesouro Nacional	11.438	-	13.063	-	52.513	-
Letras Hipotecárias	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	7.260	-	7.008	-	-	-
Fundos de Renda Fixa	37.037	-	35.753	-	32.348	-
Debêntures Não Conversíveis	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Renda Variável	7.423	11,67%	6.362	10,23%	-	-
Mercado à Vista	4.946	-	4.239	-	-	-
Derivativos	-	-	-	-	-	-
Fundos de Ações	2.477	-	2.123	-	-	-
Investimento Estruturados	0	0,00%	-	-	-	-
Fundos Multimercado	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	0	0,00%
Imóveis para Aluguel e Renda	-	-	-	-	-	-
Imóveis de Uso Próprio	-	-	-	-	-	-
Outros valores	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	440	0,69%	-	-	-	-
Emergência	-	-	-	-	-	-
Financeiro	440	-	-	-	-	-
Vesting	-	-	-	-	-	-
Escolar	-	-	-	-	-	-
Provisão P/ Devedores Duvidosos	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos	63.598	100,00%	62.186	100,00%	84.861	100,00%

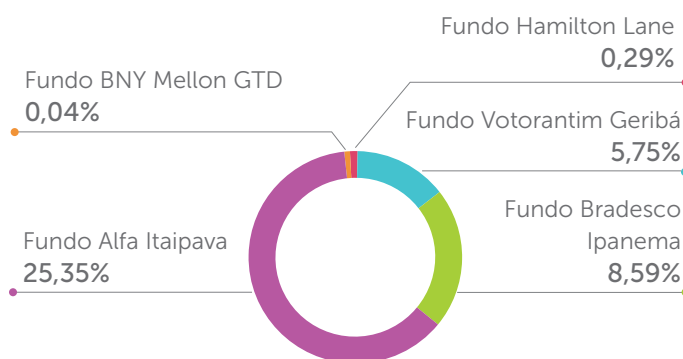
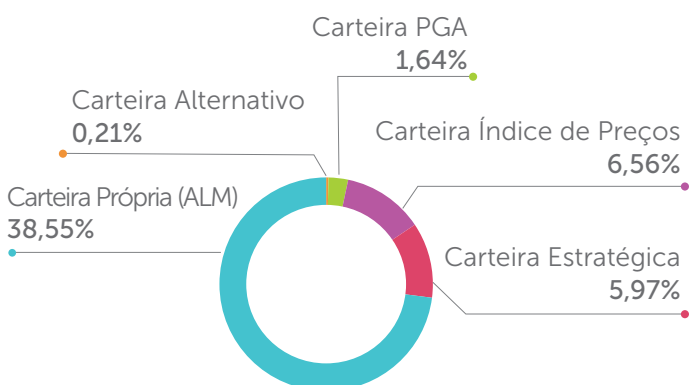
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ENTRE GESTÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA – RENDA VARIÁVEL

Carteira	R\$	% TOTAL
Gestão Própria	371.361	66,93%
Gestão Terceirizada	183.516	33,07%
Apex São Conrado	25.189	4,54%
Gap Arpoador	132.436	23,87%
JGP Grumari	25.891	4,67%
Total Geral	554.877	100,00%



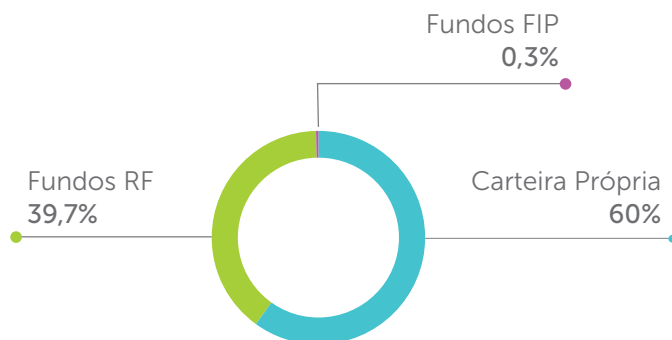
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ENTRE GESTÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA – RENDA FIXA

GESTÃO PRÓPRIA	R\$	% TOTAL
Carteira Própria (ALM)	1.232.972	38,55%
Carteira Estratégica	191.080	5,97%
Carteira Índice de Preços	209.744	6,56%
Carteira PGA	52.512	1,64%
Carteira Alternativo	6.677	0,21%
Carteira Renda Vitalícia	1.875	0,06%
Carteira Saldado	223.501	6,99%
GESTÃO TERCEIRIZADA	R\$	% TOTAL
Fundo Votorantim Geribá	183.934	5,75%
Fundo Bradesco Ipanema	274.861	8,59%
Fundo Alfa Itaipava	810.619	25,35%
Fundo Hamilton Lane	9.126	0,29%
Fundo BNY Mellon GTD	1.162	0,04%
Total	3.198.063	100,00%



DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ENTRE GESTÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA – SEGMENTOS ESTRUTURADOS

GESTÃO TERCEIRIZADA	100%	3.198.063
Carteira Própria	60,0%	1.918.361
Fundos RF	39,7%	1.269.414
Fundos FIP	0,3%	10.288
TOTAL	100,00%	3.198.063



GESTÃO PRÓPRIA

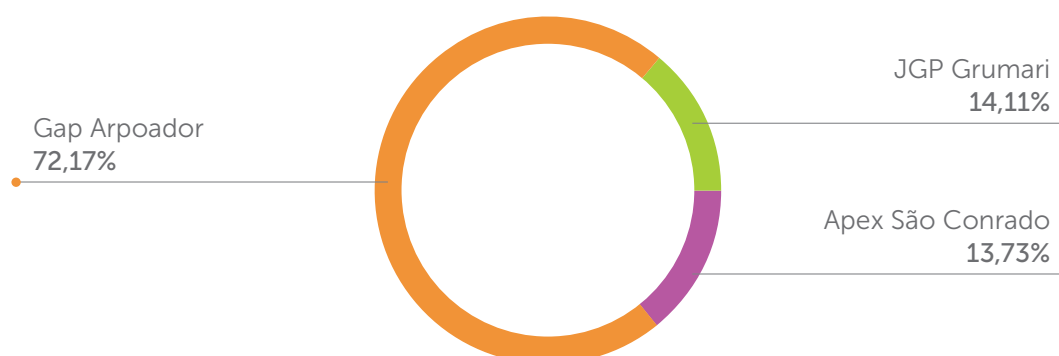
	Ações	Quantidade	Preço	Financeiro (R\$mil)	Participação (%)
ABEV3	AMBEV ON	1.404.212	16,40	23.029	6,34%
ALSC3	ALIANSC	130.470	14,45	1.885	0,52%
BBAS3	BANCO DO BRASIL ON	181.700	28,09	5.104	1,40%
BBDC3	BRADESCO ON	184.172	29,14	5.367	1,48%
BBDC4	BRADESCO PN	1.053.707	29,00	30.558	8,41%
BBSE3	BB SEGURIDADE	206.300	28,30	5.838	1,61%
BOVA11	ISHARE BOVESPA	70.800	14,85	1.051	0,29%
BRAP4	BRADESPAR PN	326.000	48,25	15.730	4,33%
BRFS3	BRASIL FOODS ON	205.010	11,95	2.450	0,67%
BRML3	BR MALLS ON	618.700	16,50	10.209	2,81%
BVMF3	BMF BOVESPA ON	304.800	15,96	4.865	1,34%
CCRO3	CCR RODOVIAS ON	322.408	27,89	8.992	2,47%
CIEL3	CIELO ON	162.400	7,71	1.252	0,34%
CMIG4	CEMIG PN	108.320	25,21	2.731	0,75%
CPFE3	CPFL ENERGIA ON	27.800	27,36	761	0,21%
CPLE6	COPEL PNB	43.651	44,60	1.947	0,54%
CTIP3	CETIP ON	68.200	35,00	2.387	0,66%
EGIE3	TRACTEBEL ON	31.600	11,29	357	0,10%
ELPL4	ELETROPAULO PN	107.000	16,00	1.712	0,47%
EMBR3	EMBRAER ON	46.000	54,40	2.502	0,69%
EQTL3	EQUATORIAL ENERGIA ON	123.900	15,80	1.958	0,54%
ESTC3	ESTÁCIO ON	92.300	31,89	2.943	0,81%
FIBR3	FIBRIA ON	547.400	10,80	5.912	1,63%
GGBR4	GERDAU PN	195.400	4,80	938	0,26%
GOAU4	GERDAU MET	204.300	26,13	5.338	1,47%
HYPE3	HYPERMARCAS ON	1.652.168	8,28	13.680	3,76%
ITSA4	ITAUSA PN	1.263.834	33,85	42.781	11,77%
ITUB4	ITAUBANCO PN	532.100	11,40	6.066	1,67%
JBSS3	JBS ON	428.300	13,33	5.709	1,57%
KLBN11	KLABIN UNIT	304.361	17,00	5.174	1,42%
KROT3	KROTON UNIT	29.800	17,36	517	0,14%
LAME4	LOJAS AMERIC PN	238.000	23,17	5.514	1,52%
LIGT3	LIGHT ON	699.800	6,61	4.626	1,27%
LREN3	LOJAS RENNER ON	198.700	10,94	2.174	0,60%
MRFG3	MARFRIG ON	52.100	59,38	3.094	0,85%
MRVE3	MRV ON	48.342	54,75	2.647	0,73%
MULT3	MULTPLAN ON	974.100	16,94	16.501	4,54%

GESTÃO PRÓPRIA (continuação)

	Ações	Quantidade	Preço	Financeiro (R\$mil)	Participação (%)
PCAR4	P.ACUCAR-CBD PN	1.753.676	14,87	26.077	7,18%
PETR3	PETROBRAS ON	117.700	61,19	7.202	1,98%
PETR4	PETROBRAS PN	259.800	6,14	1.595	0,44%
RADL3	RAIA DROGASIL ON	140.300	28,79	4.039	1,11%
RUMO3	RUMO ON	195.500	14,20	2.776	0,76%
SBSP3	SABESP ON	1.450	2,69	4	0,00%
SUZB5	SUZANO PAPEL PN	228.700	7,83	1.791	0,49%
TAE11	TAE11 UNIT	44.200	64,87	2.867	0,79%
TIET11	AES TIETÊ UNIT	155.600	68,45	10.651	2,93%
TIET4	AES TIETÊ UNIT	491.208	25,68	12.614	3,47%
TIMP3	TIM PART ON	725.700	23,34	16.938	4,66%
TRPL4	TRAN PAULIST PN	151.400	44,08	6.674	1,84%
UGPA3	ULTRAPAR ON	162.200	15,50	2.514	0,69%
VALE3	VALE R DOCE ON	73.830	58,24	4.300	1,18%
VALE5	VALE R DOCE PNA	128.700	17,72	2.281	0,63%
VIVT4	VIVOTELESP PN (TELEF)	33.400	20,74	693	0,19%
WEGE3	WEG ON	431.090	14,00	6.035	1,66%
Própria	Total de Mercado	-	-	363.348	100,00%

GESTÃO TERCEIRIZADA

Terceirizados	Financeiro (R\$ Mil)	Participação (%)
Apex São Conrado	25.189	13,73%
Gap Arpoador	132.436	72,17%
JGP Grumari	25.891	14,11%
Total do Mercado	183.516	100,00%
Total Geral	546.864	-



COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA VARIÁVEL POR SETORES

Setores	Asset	Apex São Conrado	Gap Arpoador	JGP Grumari	IBrX
Alimentos & Bebidas	9,43%	3,99%	13,03%	0,00%	14,46%
Bancos	24,74%	24,26%	29,23%	16,01%	25,52%
Bio-Combustíveis	0,00%	0,00%	0,00%	1,34%	0,74%
Construção	0,73%	5,82%	2,39%	2,72%	1,01%
Educação	0,95%	4,18%	0,00%	1,79%	2,59%
Elétrico	12,91%	12,26%	9,47%	13,84%	6,46%
Farmacia	4,88%	4,15%	0,00%	0,00%	2,01%
Logística	0,76%	0,00%	0,00%	0,60%	0,53%
Máquinas & Equipamentos	1,66%	0,00%	0,00%	0,00%	1,07%
Mineração	6,14%	2,45%	3,18%	4,77%	5,15%
Outros	2,29%	3,01%	4,96%	13,88%	4,00%
Papel & Celulose	3,54%	2,08%	1,96%	6,11%	1,62%
Petróleo & Gás	2,42%	10,30%	8,33%	6,62%	8,59%
Químico & Petroquímico	0,69%	3,86%	0,96%	0,00%	4,36%
Rodovias	2,47%	2,77%	0,00%	0,00%	1,52%
Saneamento	0,00%	7,04%	1,30%	9,34%	0,93%
Saúde	0,00%	4,22%	4,56%	0,00%	0,78%
Seguro	1,61%	0,00%	0,00%	3,73%	2,44%
Shopping & Properties	7,87%	1,08%	3,40%	0,84%	1,55%
Siderurgia	1,73%	0,00%	1,55%	1,42%	1,58%
Telecom & Tecnologia	4,85%	0,00%	3,30%	8,38%	3,31%
Textil	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Transporte	0,69%	0,00%	2,03%	0,00%	1,22%
Varejo & Serviços	9,64%	8,53%	10,35%	8,60%	8,55%
Total Carteira Própria	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

ENQUADRAMENTO

Descrição	Limite	BD Eletrobrás	CV ONS	CD Eletrobrás	CV EPE	CD CERON	PGA
	3792	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Investimentos (R\$ Mil)	-	1.910.878	440.801	1.624.521	63.598	62.186	84.861
% do total de investimentos	-	58,8%	13,6%	50,0%	2,0%	1,9%	2,6%
Investimentos em Renda Fixa (R\$ Mil)	-	1.354.660	368.183	1.320.761	55.735	55.824	84.861
% Renda Fixa Total	100%	71,6%	84,0%	81,5%	87,9%	90,1%	100,0%
% Títulos Públicos Federais	100%	56,8%	62,8%	61,3%	66,5%	68,9%	97,4%
% Outros Títulos de Renda Fixa	80%	14,2%	20,9%	20,1%	21,2%	20,9%	2,6%
Investimentos em Renda Variável (R\$ Mil)	-	290.060	60.055	190.977	7.423	6.362	0
% Renda Variável Total	70%	14,5%	13,2%	11,4%	11,4%	9,9%	-
% Novo Mercado	70%	5,6%	5,1%	4,3%	4,4%	3,8%	-
% Nível 1	60%	5,4%	4,9%	4,2%	4,2%	3,7%	-
% Nível 2	50%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%	-
% Outras ações	35%	3,0%	2,8%	2,3%	2,4%	2,1%	-
% Valores a receber/ a pagar	-	0,1%	0,0%	0,3%	0,1%	0,0%	-
Investimentos Estruturados (R\$ Mil)	-	11.388	0	507	0	0	0
% Investimentos Estruturados Total	20%	0,6%	-	0,3%	-	-	-
Investimentos no Exterior (R\$ Mil)	-	-	-	-	-	-	-
% Investimentos no Exterior Total	10%	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Imóveis (R\$ Mil)	-	157.154	0	59.490	0	0	0
% Imóveis Total	8%	8,2%	0,0%	3,6%	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos (R\$ Mil)	-	97.616	12.563	52.786	0	0	0
% Empréstimos e Financiamentos Total	15%	5,1%	2,9%	3,2%	0,7%	-	-

5

Demonstrações Contábeis

Relatório Anual **2016**



31 de Dezembro de 2016 e 2015



Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	4
Balanço Patrimonial	7
Demonstrações da Mutação do Patrimônio Social	8
Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada	9
Plano de Benefícios BD Eletrobrás - Demonstração do Ativo Líquido	10
Plano de Benefícios BD Eletrobrás - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	11
Plano de Benefícios BD Eletrobrás - Demonstração das Provisões Técnicas	12
Plano de Benefícios CD Eletrobrás - Demonstração do Ativo Líquido	13
Plano de Benefícios CD Eletrobrás - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	14
Plano de Benefícios CD Eletrobrás - Demonstração das Provisões Técnicas	15
Plano de Benefício CV ONS - Demonstração do Ativo Líquido	16
Plano de Benefício CV ONS - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	17
Plano de Benefício CV ONS - Demonstração das Provisões Técnicas	18
Plano de Benefício CD CERON - Demonstração do Ativo Líquido	19
Plano de Benefício CD CERON - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	20
Plano de Benefício CD CERON - Demonstração das Provisões Técnicas	21

*Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

Plano de Benefício CV EPE - Demonstração do Ativo Líquido	22
Plano de Benefício CV EPE - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	23
Plano de Benefício CV EPE - Demonstração das Provisões Técnicas	24
Notas Explicativas às demonstrações contábeis	25



KPMG Auditores Independentes

Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar

20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Diretores da

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4, alínea c, às Demonstrações Contábeis, que descreve que a assinatura do Termo de Compromisso acordado entre a Eletros e as patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, relativo ao contas a receber denominado Contribuições Extraordinárias II, no total de R\$ 80.676 mil em 31 de dezembro de 2016, depende da homologação do Plano de Equacionamento do Déficit de 2013 pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Consequentemente, os referidos recursos estarão disponíveis apenas quando ocorrer a homologação da SEST. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Exercício findo em		Passivo	Nota	Exercício findo em	
		31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015
Disponível		2.474	818	Exigível operacional		16.940	16.632
Realizável		4.327.007	3.683.206	Gestão Previdencial	8	6.200	8.407
Gestão Previdencial	4	113.293	94.560	Gestão Administrativa	9	10.686	8.189
Gestão Administrativa	5	23.400	21.212	Investimentos		54	36
Investimentos	6	4.190.314	3.567.434	Exigível contingencial	10	30.139	23.167
Títulos Públicos	6.1	1.463.046	1.479.372	Gestão Previdencial		12.617	6.429
Créditos Privados e Depósitos	6.1	507.564	462.869	Gestão Administrativa		14.064	13.462
Ações	6.2	366.495	287.984	Investimentos		3.458	3.276
Fundos de Investimento	6.3	1.464.825	959.490	Patrimônio social	12	4.283.702	3.645.445
Derivativos		4.867	-	Patrimônio de Cobertura do Plano		4.146.451	3.527.104
Investimentos Imobiliários	6.4	216.644	221.754	Provisões Matemáticas		4.277.031	3.891.209
Empréstimos		163.416	152.689	Benefícios Concedidos		3.282.538	3.050.577
Depósitos Judiciais/Recursais		3.457	3.276	Benefícios a Conceder		1.526.889	1.210.607
Permanente		1.300	1.220	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(532.396)	(369.975)
Imobilizado		316	442	Equilíbrio Técnico		(130.580)	(364.105)
Intangível		984	758	Resultados Realizados		(130.580)	(364.105)
Diferido		-	20	(-) Deficit Técnico Acumulado		(130.580)	(364.105)
Gestão Assistencial	7	23.802	22.240	Fundos	13	137.251	118.341
Total do Ativo		4.354.583	3.707.484	Fundos Previdenciais		37.085	28.555
				Fundos Administrativos		89.930	81.599
				Fundos de Investimentos		10.236	8.187
				Gestão Assistencial		23.802	22.240
				Total do Passivo		4.354.583	3.707.484

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações da Mutação do Patrimônio Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Exercício findo em		Variacão
		31/12/2016	31/12/2015	(%)
A) Patrimônio Social – Inicio do Exercício	3(n)	3.645.445	3.462.527	5,28
1. Adic�es		989.340	499.809	97,94
Contribui�es Previdenciais		225.498	198.374	13,67
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial		711.461	253.650	180,49
Receitas Administrativas		39.859	36.400	9,50
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa		10.473	10.772	(2,78)
Constitui�o de Fundos de Investimentos		2.049	613	234,26
2. Destina�es		(351.083)	(316.891)	10,79
Benefícios		(298.454)	(272.611)	9,48
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial		(10.629)	(7.540)	40,97
Despesas Administrativas		(39.128)	(35.762)	9,41
Constitui�o Líquida de Contingências – Gestão Administrativa		(2.872)	(978)	193,66
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)		638.257	182.918	248,93
Provisões matemáticas		385.822	332.879	15,90
Superavit (Déficit) Técnico do Exercício		233.525	(164.726)	(241,77)
Fundos Previdenciais		8.530	3.721	129,24
Fundos Administrativos		8.331	10.431	(20,13)
Fundos dos Investimentos		2.049	613	234,26
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)		4.283.702	3.645.445	17,51
5. Gestão Assistencial		1.302	7.084	(81,62)
Receitas Assistenciais		73.498	63.813	15,18
Despesas Assistenciais		(72.196)	(56.729)	27,26

As notas explicativas integram as demonstra es contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2016	31/12/2015	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	81.599	71.168	14,66
1. Custeio da gestão administrativa	50.332	47.171	6,70
1.1. Receitas	50.332	47.171	6,70
Custeio administrativo da gestão previdencial	6.735	6.971	(3,39)
Custeio administrativo dos investimentos	18.919	16.986	11,38
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	181	210	(13,81)
Receitas diretas	1.222	754	62,07
Resultado positivo líquido dos investimentos	10.473	10.771	(2,77)
Reembolso da gestão assistencial	9.627	8.654	11,24
Outras receitas	3.175	2.825	12,39
2. Despesas administrativas	38.518	36.117	6,65
2.1. Administração previdencial	13.923	14.378	(3,16)
Pessoal e encargos	10.116	9.331	8,41
Treinamentos/congressos e seminários	36	33	9,09
Viagens e estadias	37	35	5,71
Serviços de terceiros	2.122	2.012	5,47
Despesas gerais	1.106	1.049	5,43
Depreciações e amortizações	221	297	(25,59)
Tributos	285	1.621	(82,42)
2.2. Administração dos investimentos	13.551	11.906	13,82
Pessoal e encargos	10.380	8.941	16,09
Treinamentos/congressos e seminários	37	31	19,35
Viagens e estadias	38	34	11,76
Serviços de terceiros	1.756	1.630	7,73
Despesas gerais	1.134	1.005	12,84
Depreciações e amortizações	206	265	(22,26)
2.3. Administração assistencial	9.627	8.654	11,24
Despesas Administrativas	9.047	8.299	9,01
Constituição de contingências	580	355	63,38
2.4. Outras despesas	1.417	1.179	20,19
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	2.292	623	267,90
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	1.190	-	100,00
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4)	8.332	10.431	(20,12)
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	8.332	10.431	(20,12)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	89.931	81.599	10,21

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2016	31/12/2015	(%)
1. Ativos	2.084.604	1.893.338	10,10
Disponível	100	11	809,09
Recebível	170.964	147.352	16,02
Investimentos	1.913.540	1.745.975	9,60
Títulos públicos	976.927	858.305	13,82
Créditos Privados e Depósitos	256.045	237.188	7,95
Ações	190.036	161.204	17,89
Fundos de Investimento	228.234	233.022	(2,05)
Derivativos	4.867	-	100,00
Investimentos Imobiliários	157.154	160.861	(2,30)
Empréstimos	97.625	92.883	5,11
Depósitos Judiciais/Rekursais	2.652	2.512	5,57
2. Obrigações	18.948	17.665	7,26
Operacional	7.084	9.183	(22,86)
Contingencial	11.864	8.482	39,87
3. Fundos não previdenciais	64.807	58.957	9,92
Fundos Administrativos	58.603	53.790	8,95
Fundos dos Investimentos	6.204	5.167	20,07
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.000.849	1.816.716	10,14
Provisões Matemáticas	2.123.763	2.159.224	(1,64)
Superavit (Deficit) Técnico	(122.914)	(342.508)	(64,11)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(122.914)	(342.508)	(64,11)
b) Ajuste de Precificação	37.332	43.633	(14,44)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(85.582)	(298.875)	(71,37)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2016	31/12/2015	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	1.816.716	1.789.599	1,52
1. Adi�es	427.093	248.733	71,71
Contribui�es	119.484	99.854	19,66
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	307.609	148.879	106,62
2. Destina�es	(242.960)	(221.616)	9,63
Benefícios	(231.677)	(210.722)	9,94
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(7.639)	(6.923)	10,34
Custeio Administrativo	(3.644)	(3.971)	(8,23)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	184.133	27.117	579,03
Provisões Matemáticas	(35.459)	174.678	(120,30)
Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	219.592	(147.561)	(248,81)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	2.000.849	1.816.716	10,14
C) Fundos Não Previdenciais	64.807	58.957	9,92
Fundos Administrativos	58.603	53.790	8,95
Fundos dos Investimentos	6.204	5.167	20,07

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS**Plano de Benefícios BD Eletrobrás****Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2016	31/12/2015	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.026.000	1.839.548	10,14
1. Provisões Matemáticas	2.123.763	2.159.224	(1,64)
1.1. Benefícios Concedidos	2.441.780	2.329.662	4,81
Benefício Definido	2.441.780	2.329.662	4,81
1.2. Benefício a Conceder	205.117	184.949	10,90
Benefício Definido	205.117	184.949	10,90
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(523.134)	(355.387)	47,20
(-) Serviço passado	(360.132)	(246.012)	46,39
(-) Patrocinador(es)	(360.132)	(246.012)	46,39
(-) Deficit Equacionado	(163.002)	(109.375)	49,03
(-) Patrocinador(es)	(67.600)	(49.898)	35,48
(-) Participantes	(20.633)	(17.181)	20,09
(-) Assistidos	(74.769)	(42.296)	76,78
2. Equilíbrio Técnico	(122.915)	(342.508)	(64,11)
2.1. Resultados Realizados	(122.915)	(342.508)	(64,11)
(-) Deficit Técnico Acumulado	(122.915)	(342.508)	(64,11)
3. Fundos	6.204	5.167	20,07
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.204	5.167	20,07
4. Exigível Operacional	7.084	9.183	(22,86)
4.1. Gestão Previdencial	7.054	9.165	(23,03)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	30	18	-
5. Exigível Contingencial	11.864	8.482	39,87
5.1. Gestão Previdencial	9.211	5.970	54,29
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.653	2.512	5,61

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2016	31/12/2015	(%)
1. Ativos	1.652.565	1.350.728	22,35
Disponível	84	20	320,00
Recebível	27.152	24.401	11,27
Investimentos	1.625.329	1.326.307	22,55
Títulos públicos	342.714	442.496	(22,55)
Créditos Privados e Depósitos	187.789	170.105	10,40
Ações	127.256	93.457	36,17
Fundos de Investimento	854.487	511.431	67,08
Investimentos Imobiliários	59.490	60.893	(2,30)
Empréstimos	52.788	47.161	11,93
Depósitos Judiciais/Recurais	805	764	5,37
2. Obrigações	5.330	2.251	136,78
Operacional	1.119	1.029	8,75
Contingencial	4.211	1.222	244,60
3. Fundos Não Previdenciais	29.683	25.938	14,44
Fundos Administrativos	26.221	23.402	12,05
Fundos dos Investimentos	3.462	2.536	36,51
5. Ativo Líquido (1-2-3)	1.617.552	1.322.539	22,31
Provisões Matemáticas	1.599.504	1.322.912	20,91
Superavit (Deficit) Técnico	(7.665)	(21.597)	(64,51)
Fundos Previdenciais	25.713	21.224	21,15
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(7.665)	(21.597)	(64,51)
b) Ajuste de Precificação	11.008	-	-
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	3.343	(21.597)	(115,48)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS**Plano de Benefícios CD Eletrobrás****Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Exercício findo em</u>		<u>Variacão</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>(%)</u>
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	<u>1.322.539</u>	<u>1.241.709</u>	<u>6,51</u>
1. Adic�es	<u>353.227</u>	<u>133.141</u>	<u>165,30</u>
Contribui�es	52.048	52.050	(0,00)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	301.179	81.091	271,41
2. Destina�es	<u>(58.213)</u>	<u>(52.311)</u>	<u>11,28</u>
Benefícios	(53.677)	(50.142)	7,05
Constitui�o L�quida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	(2.990)	(617)	384,60
Custeio Administrativo	(1.546)	(1.552)	(0,39)
3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>295.014</u>	<u>80.830</u>	<u>264,98</u>
Provis�es Matemáticas	276.592	94.696	192,08
Fundos Previdenciais	4.489	3.299	36,07
Superavit (Deficit) T�cnico do Exercício	13.933	(17.165)	(181,17)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	<u>1.617.553</u>	<u>1.322.539</u>	<u>22,31</u>
C) Fundos Não Previdenciais	<u>29.683</u>	<u>25.937</u>	<u>14,44</u>
Fundos Administrativos	26.221	23.401	12,05
Fundos dos Investimentos	3.462	2.536	36,51

As notas explicativas integram as demonstra es contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS**Plano de Benefícios CD Eletrobrás****Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2016	31/12/2015	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.626.344	1.327.327	22,53
1. Provisões Matemáticas	1.599.504	1.322.912	20,91
1.1. Benefícios Concedidos	782.630	682.694	14,64
Contribuição Definida	529.728	448.864	18,02
Benefício Definido	252.902	233.830	8,16
1.2. Benefício a Conceder	826.136	654.806	26,17
Contribuição Definida	722.978	558.759	29,39
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidor	443.844	348.836	27,24
Saldo de Contas - Parcela Participantes	279.134	209.923	32,97
Benefício definido	103.158	96.047	7,40
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(9.262)	(14.588)	(36,51)
(-) Serviço passado	(9.262)	(8.163)	13,46
(-) Patrocinador(es)	(9.262)	(8.163)	13,46
(-) Déficit Equacionado	-	(6.425)	(100,00)
(-) Patrocinador(es)	-	(6.425)	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	(7.665)	(21.597)	(64,51)
2.1. Resultados Realizados	(7.665)	(21.597)	(64,51)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(7.665)	(21.597)	(64,51)
3. Fundos	29.175	23.760	22,79
3.1. Fundos Previdenciais	25.713	21.224	21,15
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.462	2.536	36,51
4. Exigível Operacional	1.119	1.029	8,75
4.1. Gestão Previdencial	1.101	1.015	8,47
4.2. Investimentos	18	14	28,57
5. Exigível Contingencial	4.211	1.223	244,32
5.1. Investimentos	805	459	75,38
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.406	764	345,81

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV ONS

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2016	31/12/2015	(%)
1. Ativos	443.150	331.753	33,58
Disponível	10	9	11,11
Recebível	2.339	2.519	(7,15)
Investimentos	440.801	329.225	33,89
Títulos públicos	66.393	100.539	(33,96)
Créditos privados e depósitos	49.462	43.578	13,50
Ações	40.017	26.305	52,13
Fundos de investimento	272.366	146.505	85,91
Empréstimos	12.563	12.298	2,15
2. Obrigações	523	516	1,36
Operacional	523	516	1,36
3. Fundos Não Previdenciais	2.901	3.002	(3,36)
Fundos Administrativos	2.338	2.519	(7,19)
Fundos dos Investimentos	563	483	16,56
5. Ativo Líquido (1-2-3)	439.726	328.235	33,97
Provisões Matemáticas	433.981	325.202	33,45
Fundos Previdenciais	5.745	3.033	89,42

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CV ONS

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2016	31/12/2015	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	328.235	284.188	15,50
1. Adic�es	119.796	53.430	124,21
Contribui�es	39.488	34.802	13,46
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	80.308	18.628	331,11
2. Destina�es	(8.306)	(9.383)	(11,48)
Benefícios	(8.587)	(8.509)	0,92
Custeio Administrativo	281	(874)	(132,15)
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	111.490	44.047	153,12
Provisões matemáticas	108.778	44.033	147,04
Fundos previdenciais	2.712	14	19,271
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	439.725	328.235	33,97
C) Fundos não previdenciais	2.901	3.002	(3,36)
Fundos administrativos	2.338	2.519	(7,19)
Fundos dos investimentos	563	483	16,56

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CV ONS

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2016	31/12/2015	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	440.813	329.235	33,89
1. Provisões Matemáticas	433.982	325.203	33,45
1.1. Benefícios Concedidos	50.394	34.286	46,98
Contribuição definida	50.394	34.286	46,98
1.2. Benefício a Conceder	383.588	290.917	31,85
Contribuição definida	383.588	290.917	31,85
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidor	172.160	130.665	31,76
Saldo de Contas - Parcela Participantes	211.428	160.252	31,93
3. Fundos	6.308	3.516	79,41
3.1. Fundos Previdenciais	5.745	3.033	89,42
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	563	483	16,56
4. Exigível Operacional	523	516	1,36
4.1. Gestão Previdencial	520	513	1,36
4.2. Investimentos	3	3	-

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CD CERON

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2016	31/12/2015	(%)
1. Ativos	64.448	42.546	51,48
Disponível	10	4	150,00
Recebível	2.252	1.491	51,04
Investimento	62.186	41.051	51,48
Títulos públicos	13.062	13.871	(5,83)
Créditos privados e depósitos	7.008	5.498	27,46
Ações	4.240	3.239	30,90
Fundos de investimento	37.876	18.443	105,37
2. Obrigações	243	165	47,27
Operacional	243	165	47,27
3. Fundos não previdenciais	2.252	1.491	51,04
Fundos administrativos	2.252	1.491	51,04
5. Ativo Líquido (1-2-3)	61.953	40.890	51,51
Provisões Matemáticas	58.848	38.740	51,91
Fundos Previdenciais	3.105	2.150	44,42

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CD CERON

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2016	31/12/2015	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	40.891	29.237	39,86
1. Adi�es	23.190	13.403	73,02
Contribui�es	12.692	11.180	13,52
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	10.498	2.223	372,24
2. Destina�es	(2.128)	(1.749)	21,67
Benefícios	(1.778)	(1.423)	24,95
Custeio administrativo	(350)	(326)	7,36
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	21.062	11.654	80,73
Provisões matemáticas	20.107	11.301	77,92
Fundos previdenciais	955	353	170,54
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	61.953	40.891	51,51
C) Fundos não previdenciais	2.252	1.491	51,04
Fundos administrativos	2.252	1.491	51,04

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CD CERON

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2016	31/12/2015	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	62.196	41.057	51,49
1. Provisões Matemáticas	58.848	38.742	51,90
1.1. Benefícios concedidos	2.228	804	177,11
Contribuição definida	2.228	804	177,11
1.2. Benefício a conceder	56.620	37.938	49,24
Contribuição definida	56.620	37.938	49,24
Saldo de contas - parcela Patrocinadora/instituidor	27.733	18.801	47,51
Saldo de contas - Parcela participantes	28.887	19.137	50,95
3. Fundos	3.105	2.150	44,42
3.1. Fundos Previdenciais	3.105	2.150	44,42
4. Exigível Operacional	243	165	47,27
4.1. Gestão Previdencial	243	165	47,27

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV EPE

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2016	31/12/2015	(%)
1. Ativos	64.122	47.797	34,15
Disponível	7	1	600,00
Recebível	517	397	30,23
Investimentos	63.598	47.399	34,18
Títulos Públicos	11.438	14.997	(23,73)
Créditos Privados e Depósitos	7.260	6.500	11,69
Ações	4.946	3.779	30,88
Fundos de Investimento	39.514	21.776	81,46
Empréstimos e Financiamentos	440	347	26,80
2. Obrigações	142	120	18,33
Operacional	142	120	18,33
3. Fundos Não Previdenciais	523	398	31,41
Fundos Administrativos	516	397	29,97
Fundos dos Investimentos	7	1	600,00
5. Ativo Líquido (1-2-3)	63.457	47.279	34,22
Provisões Matemáticas	60.935	45.131	35,02
Fundos Previdenciais	2.522	2.148	17,41

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV EPE

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2016	31/12/2015	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	47.279	39.052	67,12
1. Adic�es	19.198	10.289	46,44
Contribui�es	7.330	7.459	23,29
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	11.868	2.830	189,96
2. Destina�es	(3.020)	(2.062)	115,24
Benefícios	(2.735)	(1.815)	146,94
Custeio Administrativo	(285)	(247)	10,76
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	16.178	8.227	35,58
Provisões Matemáticas	15.804	8.172	40,61
Fundos Previdenciais	374	55	(78,52)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	63.457	47.279	60,62
C) Fundos não Previdenciais	523	398	172,60
Fundos Administrativos	516	397	171,92
Fundos dos Investimentos	7	1	(99,32)

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV EPE

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2016	31/12/2015	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	63.604	47.400	34,19
1. Provisões Matemáticas	60.934	45.131	35,02
1.1. Benefício Concedidos	5.506	3.134	75,69
Contribuição Definida	5.506	3.134	75,69
1.2. Benefício a Conceder	55.428	41.997	31,98
Contribuição Definida	55.428	41.997	31,98
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidor	25.305	19.174	31,98
Saldo de Contas - Parcela Participantes	30.123	22.823	31,99
3. Fundos	2.529	2.149	17,68
3.1. Fundos Previdenciais	2.522	2.148	17,41
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	7	1	600,00
4. Exigível Operacional	141	120	17,50
4.1. Gestão Previdencial	141	120	17,50

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS (“ELETROS” ou “Entidade”) pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), instituída pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (“Eletrobras”) e tem por finalidade básica instituir e executar planos privados de concessão de benefícios de caráter previdenciário. Tais planos são acessíveis aos empregados da patrocinadora-instituidora e das demais patrocinadoras, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais.

Os recursos de que a Entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas patrocinadoras, de seus participantes, assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e suas atualizações.

As atividades da Entidade são regulamentadas pelas Leis Complementares n.ºs 108/2001 e 109/2001 e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) e são fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”) vinculada ao Ministério da Fazenda.

Atualmente a ELETROS administra cinco planos de benefícios, todos inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB mantidos pela PREVIC, conforme exposto a seguir:

- **Plano BD Eletrobrás** - patrocinado pela ELETROBRAS, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL e ELETROS, na forma de benefício definido, CNPB nº 19.790.021-18, teve sua primeira aprovação pela SPC em 25 de julho de 1979, através da Portaria PT-GM nº 1.713, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício GAB/SPC/CGPAC, nº 836, de 22 de outubro de 1993 e a última alteração aprovada pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 3.698, de 23 de outubro de 2008, Portaria SPC nº 2.574 de 23 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 24 de outubro de 2008, estando fechado a novas adesões de participantes a partir de 01 de abril de 2006, em função da aprovação do Plano CD Eletrobrás.
- **Plano CD Eletrobrás** - patrocinado pela ELETROBRAS, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL e ELETROS, na forma de contribuição definida, CNPB nº 20.060.015-74, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.004 de 29 de março de 2006, Portaria SPC nº 359 de 29 de março de 2006 e ratificado pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.771 de 29 de maio de 2006 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC nº 2.926 de 26 de maio de 2009.

- **Plano CV ONS** - patrocinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, na forma de Contribuição Variável (CV), CNPB nº 20.000.056-83, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/COG nº 2.214, de 26 de julho de 2000 e a última alteração aprovada pela Portaria PREVIC Nº 477, de 04 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 5 de outubro de 2016, nesta última alteração ocorreu a adequação da nomenclatura de Plano CD ONS para Plano CV ONS, uma vez que há possibilidade de concessão de Renda Vitalícia desde a instituição do Plano em questão. Ressalta-se que até o encerramento do exercício de 2016 não houve concessão de nenhum benefício vitalício.
- **Plano CV EPE** - patrocinado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, na forma de Contribuição Variável, CNPB nº 20.090.029-38, com regulamento vigente aprovado por meio da Portaria SPC nº 3.149, de 12 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 13 de novembro de 2009.
- **Plano CD CERON** - patrocinado pela Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON, na forma de Contribuição Definida, CNPB nº 20.110.015-11, com regulamento e convênio de adesão vigentes aprovados por meio da Portaria PREVIC nº 389 de 26 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 27 de julho de 2011.

As principais características da massa de participantes dos planos de benefícios administrados pela ELETROS e a quantidade estão apresentadas a seguir:

Participantes 2016											
Situação	BD		CD				CV				Total
	Eletrobrás		Eletrobrás		CERON		ONS		EPE		
	2016	Idade Média	2016	Idade Média	2016	Idade Média	2016	Idade Média	2016	Idade Média	
Ativos	215	54	1.328	46	572	47	970	44	325	41	3.410
Aposentados	1.332	70	390	63	8	61	74	64	12	68	1.816
Pensões	406	69	25	45	10	33	15	43	-	-	448
Total	1.953	-	1.743	-	590	-	1.059	-	337	-	5.674

Participantes 2015											
Situação	BD		CD				CV				Total
	Eletrobrás		Eletrobrás		ONS		CERON		EPE		
	2015	Idade Média	2015	Idade Média	2015	Idade Média	2015	Idade Média	2015	Idade Média	
Ativos	216	53	1.336	44	939	43	587	46	321	40	3.399
Aposentados	1.353	70	380	62	68	62	1	65	7	65	1.809
Pensões	414	67	46	44	24	43	6	32	-	-	490
Total	1.983	-	1.762	-	1.031	-	594	-	328	-	5.698

*Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

A ELETROS administra, ainda, serviços de assistência à saúde, através do plano Eletros-Saúde desde 1991, devidamente autorizado pela SPC, através do Ofício DPC/SNPSC/MTPS nº 123/91, de 20 de março de 1991 e ratificado pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 76.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa SRF no 588, de 21/12/2005, e alteradas pelas IN SRF no 667, de 26/07/2006, e IN RFB no 1.315, de 03/01/2013, respectivamente.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da ELETROS e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 8, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações; e pela Instrução MPS/Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

As demonstrações consolidadas representam o somatório dos saldos contábeis de todos os planos de benefícios administrados pela Eletros, da Gestão Assistencial e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), e as demonstrações individuais apresentam exclusivamente os valores contabilizados em cada Plano de Benefícios. Os demonstrativos contábeis exigidos pela Resolução CNPC nº 08/2011 e alterações posteriores são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado).
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada).
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido (Individual por plano).
- Demonstrac o do Ativo Líquido (Individual por plano).
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada).
- Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Individual por plano).

A contabilização e os relatórios contábeis da Gestão Assistencial seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sendo apresentados para fins destas demonstrações contábeis somente os valores patrimoniais da Gestão Assistencial (ativo e passivo) e a movimentação que demonstra a variação da Gestão Assistencial. As operações do Plano Assistencial são contabilizadas de acordo com as regras e o plano de contas da ANS, evidenciando o patrimônio assistencial em demonstrações específicas emitidas separadamente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b. Contribuições para a gestão previdencial

As contribuições do Plano BD Eletrobrás são registradas pelo regime de competência e as contribuições dos Planos CD Eletrobrás, CV ONS, CV EPE e CD CERON pelo regime de caixa (conforme item 8.1 do Anexo C da Resolução MPS/CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011).

O custeio dos planos da ELETROS é anualmente estabelecido na Demonstração Atuarial, quando da avaliação atuarial anual, respeitando os limites existentes nos regulamentos dos planos de benefícios.

c. Investimentos

Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Em atendimento à Resolução Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação

Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os critérios utilizados para apuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários obedecem às orientações técnicas estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG 46 (R1), aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.428, de 25 de janeiro de 2013, que estabelece:

- a.** Hierarquia de valor justo com objetivo de priorizar as informações das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação adotadas para mensurar o valor justo.

*Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

- b. Divulgação das técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações das hierarquias de valor justo:
- **Informações de Nível 1** - preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos acessíveis na data da mensuração.
 - **Informações de Nível 2** - informações também observáveis para o ativo ou passivo, cujos preços não sejam cotados incluídos no Nível 1. Adoção de preços cotados em mercado ativos ou passivos similares; em mercados que não sejam ativos para ativos ou passivos idênticos.
 - **Informações de Nível 3** - dados observáveis para o ativo ou passivo, na medida em que dados observáveis relevantes não sejam disponíveis, pouca ou nenhuma atividade de mercado.

Ações

As aplicações no mercado de ações são classificadas como "Títulos para negociação" e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, de acordo com a Resolução Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 25, de 30 de junho de 2008 e Instrução Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois o menor.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio, foram reconhecidas contabilmente a partir da data em que a ação ficou ex-dividendos, em atendimento à Instrução nº 5 da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), de 08 de setembro de 2011.

Cotas de Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço divulgado pelos administradores dos respectivos fundos.

Investimentos imobiliários

Os investimentos em imóveis estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações periódicas, contabilizadas com base em laudos de peritos independentes. Os planos de benefícios que optarem pela reavaliação dos investimentos imobiliários com periodicidade superior a um ano devem contabilizar a depreciação mensalmente, em caso de reavaliação anual fica dispensado o registro da depreciação. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear, estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, definidas nos Laudos.

Os imóveis devem ser reavaliados, preferencialmente, anualmente ou, pelo menos a cada três anos de acordo com o item 19 letras "h" e "k" do Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contra partida da conta de "Rendas/Variações Positivas" ou Deduções/Variações Negativas", no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, da provisão para perdas na realização de créditos.

d. Provisão para perdas na realização de créditos

A Entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 11, Anexo “A” da Instrução Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

e. Imobilizado e intangível

Os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

Os direitos adquiridos relacionados ao apoio às atividades da Eletros são contabilizados ao valor de custo, deduzidos da amortização acumulada, também calculada pelo método linear, durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A depreciação e a amortização são calculadas às seguintes taxas ao ano:

Móveis e utensílios	10% (dez por cento)
Máquinas e equipamentos de uso	10% (dez por cento)
Biblioteca	10% (dez por cento)
Computadores e periféricos - “Hardware”	20% (dez por cento)
Direito de uso de software	20% (dez por cento)

As benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros estão sendo amortizadas de acordo com a temporalidade que beneficiará os exercícios sociais subsequentes.

f. Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

g. Ativos e Passivos Contingentes

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

*Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

Ativos contingentes (quando aplicável): trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes: são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais: originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.

h. Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos pelos atuários independentes responsáveis pelos planos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder ajustados a valor presente.

i. Superavit/Deficit Acumulados

Apurados pela diferença do Ativo Líquido, Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Deficit é registrado em Resultados a Realizar subgrupo da rubrica Deficit Técnico Acumulado, já o Superavit é registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação ao saldo das Provisões Matemáticas. O excedente é registrado em Reserva Especial para Revisão do Plano a cada exercício.

j. Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões matemáticas, basicamente aquelas relacionadas a planos de benefícios definidos; e as provisões com demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A alta Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos por ocasião do Balanço.

k. Plano de Gestão Administrativa

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelos planos de benefícios administrados pela Fundação, foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

As operações administrativas são registradas conforme Resoluções CGPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado dos Planos de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos, Diretas e do Assistencial), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, dos investimentos e do assistencial, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação dos Planos de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo no PGA foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, nos respectivos Planos de Benefícios. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Planos de Benefícios Previdenciários, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores e Participantes dos planos.

l. Ajustes e Eliminações

Ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo registrado no PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superavit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

m. Ajuste de precificação

Em atendimento à Resolução CNPC nº 22/2015, é requerido que as EFPCs divulguem o Equilíbrio Técnico Ajustado nas Demonstrações do Ativo Líquido. Este ajuste é apurado do valor resultante da diferença positiva ou negativa do valor contábil dos títulos públicos federais, classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, atrelados à índice de preços, e o valor dos fluxos futuros desses títulos descontados pela taxa atuarial.

*Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

4 Realizável - Gestão previdencial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

Descrição	Exercício findo em	
	31/12/16	31/12/15
Contribuições do mês	4.713	4.982
Contribuições em atraso	80.676	40.915
Contribuições contratadas	15.246	20.783
Outros recursos a receber	6.784	23.147
Outros realizáveis	3.348	2.981
Depósitos judiciais/recursais	2.526	1.752
Total	113.293	94.560

Contribuições do mês

Representam os recursos a receber do plano BD Eletrobrás, referentes às contribuições previdenciais normais do mês em curso, prevista na avaliação atuarial anual.

Contribuições em atraso

Referem-se aos recursos a receber do plano BD Eletrobrás, relativos às contribuições previdenciais demonstradas abaixo:

Descrição		Exercício findo em	
		31.12.16	31.12.15
Contribuições Extraordinárias I		-	12.422
Patrocinadoras Eletrobras e Cepel	(a)	-	11.159
Participantes Eletrobras e Cepel	(b)	-	1.263
Contribuições Extraordinárias II		80.676	28.205
Patrocinadoras Eletrobras e Cepel	(c)	72.787	25.394
Participantes Eletrobras e Cepel	(d)	7.889	2.811
Contribuição Normal - Patroc. Eletrobras		-	288
Total		80.676	40.915

- (a) Contribuições Extraordinárias I de responsabilidade das patrocinadoras ELETROBRAS e CEPTEL:

Referem-se às diferenças apuradas em razão do aumento do plano de custeio de 2015, conforme Demonstração Atuarial de 31/12/2014. Em 2015, a patrocinadora ELETROBRAS providenciou a contratação de atuário externo para validação dos valores, os quais foram ratificados. Em janeiro de 2016, as patrocinadoras Eletrobras e Cepel regularizaram a dívida, com a realização de pagamentos retroativos a abril de 2015.

- (b) Contribuições Extraordinárias I de responsabilidade dos participantes ativos das patrocinadoras ELETROBRAS e CEPTEL:

Com a validação dos valores referentes às diferenças apuradas em razão das alterações no Plano de Custeio de 2015, estabelecido na DA de 31/12/2014 pelo atuário externo contratado pela patrocinadora Eletrobras, os novos percentuais de contribuição dos participantes foram implementados a partir da folha de pagamentos das patrocinadoras referente ao mês de fevereiro de 2016. Os valores retroativos referente a 2015 foram regularizados em setembro e outubro 2016.

(c) Contribuições Extraordinárias II de responsabilidade das patrocinadoras ELETROBRAS e CEPEL:

A assinatura do Termo de Compromisso acordado entre a Eletros e as patrocinadoras Eletrobras e Cepel, relativo ao contas a receber denominado Contribuições Extraordinárias II, no total de R\$ 80.676 mil em 31 de dezembro de 2016, depende da homologação do Plano de Equacionamento do Déficit de 2013 pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Consequentemente, os referidos recursos estarão disponíveis apenas quando ocorrer a homologação da SEST. Esta homologação é requerida em razão da Eletrobras ser uma empresa estatal, conforme o § único do art. 4º da Lei Complementar 108, “as alterações no plano de benefícios que implique elevação da contribuição de patrocinadores serão objeto de prévia manifestação do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle”, ainda conforme o inciso VI do artigo 2º do Decreto nº 3.735, de 24/01/2001, a aprovação da alteração de estatutos e regulamentos, convênios de adesão, contratos de confissão e assunção de dívidas de entidades fechadas de previdência privada, patrocinadas por empresas estatais federais, de interesse das empresas estatais federais, depende de prévia manifestação da SEST.

Ressalta-se que as instâncias internas das Patrocinadoras, em consonância com a Portaria DEST/SE/MP nº 27/2012, art. 3º, inciso IV, já aprovaram o Plano de Equacionamento do Déficit de 2013. Destacamos os seguintes fatos:

- Em 24 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração da Eletrobras, em sua 739ª Reunião, deliberou sobre as seguintes aprovações: (i) Plano de Equacionamento do Déficit de 2013; (ii) Termo de Compromisso - Plano de Equacionamento do Déficit de 2013 - Artigo 61; e (iii) Termo de Compromisso - Plano de Equacionamento do Déficit de 2013 - Paritário. Nesta mesma reunião, também foram determinados os lançamentos dos recursos na Conta Orçamentária nº 615.01.41.00 - Contribuições Eletros, no centro financeiro e de custo 10.245 - DAGP e que as Diretorias Financeiras e de Administração adotassem medidas para o cumprimento desta Deliberação.
 - Em 26 de outubro de 2016, foi encaminhada para a patrocinadora ELETROBRAS a carta DA-25487/2016, contendo a manifestação do Conselho da Deliberativo do CEPEL acerca da aprovação do Plano de Equacionamento do Déficit de 2013; e
 - Em 25 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da ELETROBRAS através da DEL-004/2017 aprovou a emissão de Notas Promissórias como garantia para pagamento das dívidas da Holding com a Fundação Eletrobrás de Seguridade Social.
- (d) Contribuições Extraordinárias II de responsabilidade dos participantes ativos das patrocinadoras ELETROBRAS e CEPEL:

Em decorrência de o custeio das Contribuições Extraordinárias II apresentado na DA de 31/12/2014 ainda não ter sido aprovado pela SEST, não foram efetuados os descontos dessas contribuições na folha de pagamentos das patrocinadoras em 2015 - relativa ao pagamento dos participantes ativos.

Destacamos que todos os assistidos e participantes ativos da patrocinadora ELETROS e os participantes assistidos empregados da ELETROBRAS e CEPEL estão adimplentes em relações às contribuições extraordinárias.

Contribuições contratadas

Representam as coberturas de reservas matemáticas já contratadas referentes aos planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás, e são devidas pelas patrocinadoras Cepel e Eletrobras, conforme previsto no regulamento da entidade.

**Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

As contribuições contratadas em aberto em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim demonstradas:

Contratos Firmados	Patrocinadora	Plano	Prazo Amortização	Parcelas (a)		Encargos	Valor		Exercício findo em	
				Quitadas	Vincendas		Contratado	Parcela	31.12.16	31.12.15
CF-015/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	129	51	*INPC + 6% a.a.	2.774	43	1.991	2.225
CF-016-A/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	141	39	*INPC + 6% a.a.	2.894	47	1.710	2.020
CF-017/A/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	141	39	*INPC + 6% a.a.	12.764	205	7.540	8.912
CF-018/10	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	83	97	*INPC + 5,5% a.a.	1.625	20	1.647	1.681
CF-022A/13	CEPEL	CD Eletrobrás	15 anos	48	132	**URE + 5,5% a.a.	798	9	861	854
CF-024/15	ELETROBRAS	BD Eletrobrás	2 anos	19	5	*INPC + 5,5% a.a.+ 0,5% a.a. tx adm.	7.187	310	1.497	5.091
Total									15.246	20.783

- (a) Parcelas com vencimento no dia 28 de cada mês, exceto o contrato CF-024/15, que possui o vencimento das suas parcelas no último dia útil de cada mês.

Garantias:

- Os contratos não possuem garantia conforme Ofício nº 118/2006/MP/SE/DEST de 29 de março de 2006 do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, que excluiu a cláusula de garantia real. Os referidos contratos foram encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar - SPC.
- (*) NPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
- (**) URE - Unidade de Referência da Eletros.

Outros recursos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são apresentado a seguir:

Descrição:	Plano de Benefícios	Exercício findo em	
		31.12.16	31.12.15
Contribuição Contratadas Participantes (a)	CD Eletrobras	-	81
Contrato Patrocinadora Eletrobras (b)	BD Eletrobras	6.784	23.066
Total		6.784	23.147

- (a) Referem-se a valores a receber relativos aos contratos firmados com os participantes das patrocinadoras Eletrobras, Cepel e Eletros, decorrentes do desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC). As diferenças de contribuições devidas foram apuradas entre a remuneração recebida pelo participante e o limite vigente, retroativas a 36 (trinta e seis) meses, conforme firmado pelo participante no “Termo de Opção pelo Desbloqueio do SRC no Plano BD Eletrobrás”, de acordo com o art. 15 do regulamento do Plano fechado BD Eletrobrás.

Esses valores são atualizados pela variação da URE (Unidade de Referência da Eletros), com juros de 0,5% ao mês, acrescidos de 0,16% ao mês referente à taxa prestamista, a qual visa garantir a quitação da dívida em caso de morte ou invalidez.

**Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

- (b) Representam os recursos contratados com a patrocinadora Eletrobras, referentes ao valor do ressarcimento relativo ao depósito judicial efetuado pela Eletros, para garantir a execução do julgado ao processo trabalhista movido por ex-empregados da Eletrobras, cujo objetivo visou a integração dos valores recebidos a título de participação nos lucros nos direitos trabalhistas, com o conseqüente reflexo nas provisões matemáticas.

Contratos Firmados	Patrocinadora	Plano	Prazo Amortização	Parcelas (a)		Encargos	Valor	
				Quitadas	Vincendas		Contratado	Parcela
CF-024/15	ELETROBRAS	BD Eletrobrás	2 anos	19	5	*INPC + 5,5% a.a.+ 0,5% a.a. tx adm.	32.564	1.403
							Total	

- (a) Parcelas com vencimento no último dia útil de cada mês.

Outros realizáveis

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.16	31.12.15
Valores a receber da Eletrobras (a)	2.516	2.114
Outros valores a receber	832	867
Total	3.348	2.981

- (a) Representam os recursos a receber da patrocinadora Eletrobras referentes ao valor do ressarcimento relativo ao depósito judicial efetuado pela Eletros, para garantir a execução do julgado ao processo movido por seus ex-empregados.

Depósitos judiciais / recursais

Representam os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências passivas previdenciais.

5 Gestão Administrativa

Estão registrados os valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa da Fundação e os valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais. Esses depósitos foram atualizados de acordo com os índices de atualização utilizada pela instituição financeira depositária.

**Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são apresentado a seguir:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.16	31.12.15
Contas a receber	2.591	1.776
Responsabilidade de empregados	131	134
Responsabilidade de terceiros	2.076	757
Outros recursos a receber	384	885
Reembolso das despesas administrativas do Plano Eletros-Saúde	276	799
Outros valores receber	108	86
Despesas Antecipadas	583	431
Depósitos Judiciais	13.654	13.223
Outros realizáveis	6.572	5.782
Convênio de interveniência com o INSS	6.114	5.318
Valores a receber dos assistidos	248	264
Valores a receber referente ao seguro plasas	8	-
Outros valores a receber	202	200
Total	23.400	21.212

6 Realizável - Investimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a carteira de investimentos consolidada apresentava a seguinte composição:

	Exercício findo em	
	31/12/16	31/12/15
Títulos públicos	1.463.046	1.479.372
Notas do Tesouro Nacional	1.404.120	1.478.187
Letras Financeiras do Tesouro	58.926	1.185
Créditos privados e depósitos	507.564	462.869
Letras hipotecárias	185.996	175.104
Letras financeiras	318.369	285.813
Debêntures	5.887	4.640
Provisão para Créditos de Liquida Duvidosa PCLD	(2.688)	(2.688)
Ações	366.495	287.984
Instituições Financeiras	99.967	67.740
Companhias Abertas	266.528	220.244
Fundos de investimentos	1.464.825	959.490
Renda fixa	1.269.414	778.328
Ações	183.515	154.736
Direitos creditórios	-	15.035
Participações	11.896	11.391
Derivativos	4.867	-
Opções - Ativos financeiros e mercadorias	4.867	-
Investimentos imobiliários	216.644	221.754
Aluguéis e renda	216.644	221.754
Empréstimos	163.416	152.689
Empréstimos	164.907	153.802
PCLD	(1.491)	(1.113)
Depósitos judiciais/recursais	3.457	3.276
Total de Investimentos	4.190.314	3.567.434

A forte valorização dos ativos de renda fixa e de renda variável em 2016 foi o principal motivo do aumento dos recursos no ano. Na renda fixa, a alocação em NTN-B de longo prazo foi o título que mais valorizou na carteira dos planos. Na renda variável a alta de 34,8% da carteira de ações foi outro segmento que colaborou fortemente para a valorização dos ativos.

**Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

A Eletros mantém provisão de R\$ 2.688 mil em 2016 e 2015, procedimento que vem sendo adotado desde 2005, para absorver possíveis perdas com investimentos em Debêntures da empresa Ferreira Guimarães que está em liquidação judicial.

Gestão de Investimentos

A gestão de investimentos é feita de forma compartilhada, implicando na existência de solidariedade na aplicação dos recursos. Utiliza-se do método do cálculo de cotas para a segregação dos ativos e apuração da rentabilidade dos planos.

A entidade manifesta a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, dispondo, para tanto, de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas políticas de investimentos.

A seguir, demonstramos a composição da carteira de investimentos por planos de benefícios e do PGA, consolidada a posição apresentada em seus fundos exclusivos.

Em 31.12.16

Investimentos	BD		CD		CV		Consolidado
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	PGA	
Titulos Públicos	976.927	342.714	13.062	66.393	11.438	52.512	1.463.046
Créditos privados e depósitos	256.046	187.788	7.008	49.462	7.260	-	507.564
Ações	190.036	127.256	4.240	40.017	4.946	-	366.495
Fundos de investimentos	228.233	854.487	37.876	272.366	39.514	32.349	1.464.825
Derivativos	4.867	-	-	-	-	-	4.867
Investimentos imobiliários	157.154	59.490	-	-	-	-	216.644
Empréstimos e Financiamentos	97.625	52.788	-	12.563	440	-	163.416
Depósitos Judiciais	2.652	805	-	-	-	-	3.457
Total de Investimentos	1.913.540	1.625.328	62.186	440.801	63.598	84.861	4.190.314

Em 31.12.15

Investimentos	BD		CD		CV		Consolidado
	Eletrobrás	Eletrobrás	ONS	CERON	EPE	PGA	
Titulos Públicos	858.305	442.496	100.539	13.871	14.997	49.164	1.479.372
Créditos privados e depósitos	237.188	170.105	43.578	5.498	6.500	-	462.869
Ações	161.204	93.457	26.305	3.239	3.779	-	287.984
Fundos de investimentos	233.024	511.431	146.505	18.443	21.776	28.311	959.490
Investimentos imobiliários	160.861	60.893	-	-	-	-	221.754
Empréstimos e Financiamentos	92.883	47.161	12.298	-	347	-	152.689
Depósitos Judiciais	2.512	764	-	-	-	-	3.276
Total de Investimentos	1.745.977	1.326.307	329.225	41.051	47.399	77.475	3.567.434

6.1 Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos

Os títulos e valores mobiliários foram classificados como “Títulos para negociação” estão avaliados pelo valor de mercado e os “Títulos Mantidos até o Vencimento” são avaliados pelo custo amortizado, pro rata dia até o vencimento.

*Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

Em observância ao Artigo 8º da Resolução CGPC nº4, de 30 de janeiro de 2002 estão indicados a seguir os valores dos títulos da carteira própria e os alocados em fundos de investimentos exclusivos, dos Planos de Benefícios e do PGA.

Demonstrativo, por prazo de vencimento, Consolidado dos Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos:

Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B (a)	-	37.403	132.585	881.648	1.051.636
NTN-C (b)	37.018	-	-	315.467	352.485
LFT (c)	-	1.350	57.575	-	58.925
Total de Títulos Públicos	37.018	38.753	190.160	1.197.115	1.463.046
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	3.199	3.199
Letras Financeiras Subordinadas	318.368	-	-	-	318.368
Letras Hipotecárias	-	185.997	-	-	185.997
Total de Títulos Privados	318.368	185.997	-	3.199	507.564
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	1.000.178	-	-	-	1.000.178
Títulos Públicos	-	62.965	-	-	62.965
Títulos Privados	210.744	-	-	-	210.744
Total	1.210.922	62.965	-	-	1.273.887
Total de Títulos	1.566.308	287.715	190.160	1.200.314	3.244.497

Posição em 31.12.15					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B (a)	-	20.361	64.821	1.059.821	1.145.003
NTN-C (b)	-	34.486	-	298.698	333.184
LFT (c)	-	1.185	-	-	1.185
Total de Títulos Públicos	-	56.032	64.821	1.358.519	1.479.372
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	1.952	1.952
Letras Financeiras Subordinadas	-	285.813	-	-	285.813
Letras Hipotecárias	-	-	175.104	-	175.104
Total de Títulos Privados	-	285.813	175.104	1.952	462.869
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	350.568	-	-	-	350.568
Títulos Públicos	102.664	44.963	-	-	147.627
Títulos Privados	15.034	292.427	-	-	307.461
Total	468.266	337.390	-	-	805.656
Total de Títulos	468.266	679.235	239.925	1.360.471	2.747.897

- (a) Nota do Tesouro Nacional - Série B - Título indexado a variação do IPCA.
 (b) Nota do Tesouro Nacional - Série C - Título indexado a variação do IGP-M.
 (c) Letra Financeira do Tesouro - Título indexado a variação da SELIC.

**Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

6.1.1 Títulos para Negociação

a. Consolidado

Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	659.434	659.434
LFT	-	1.350	57.575	-	58.925
Total de Títulos Públicos	-	1.350	57.575	659.434	718.359
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	3.199	3.199
Letras Financeiras Subordinadas	318.368	-	-	-	318.368
Letras Hipotecárias	-	185.997	-	-	185.997
Total de Títulos Privados	318.368	185.997	-	3.199	507.564
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	1.000.178	-	-	-	1.000.178
Títulos Públicos	-	62.965	-	-	62.965
Títulos Privados	210.744	-	-	-	210.744
Total	1.210.922	62.965	-	-	1.273.887
Total de Títulos	1.529.290	250.312	57.575	662.633	2.499.810

Posição em 31.12.15					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	434.115	434.115
LFT	-	1.185	-	-	1.185
Total de Títulos Públicos	-	1.185	-	434.115	435.300
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	1.952	1.952
Letras Financeiras Subordinadas	-	285.813	-	-	285.813
Letras Hipotecárias	-	-	175.104	-	175.104
Total de Títulos Privados	-	285.813	175.104	1.952	462.869
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	350.568	-	-	-	350.568
Títulos Públicos	102.664	44.963	-	-	147.627
Títulos Privados	15.034	292.427	-	-	307.461
Total	468.266	337.390	-	-	805.656
Total de Títulos	468.266	624.388	175.104	436.067	1.703.825

b. Plano de Benefícios BD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	402.430	402.430
Total de Títulos Públicos	-	-	-	402.430	402.430
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	3.199	3.199
Letras Financeiras Subordinadas	66.850	-	-	-	66.850
Letras Hipotecárias	-	185.997	-	-	185.997
Total de Títulos Privados	66.850	185.997	-	3.199	256.046
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	99.191	-	-	-	99.191
Títulos Públicos	-	8.524	-	-	8.524
Títulos Privados	16.292	-	-	-	16.292
Total	115.483	8.524	-	-	124.007
Total de Títulos	182.333	194.521	-	405.629	782.483
Posição em 31.12.15					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Debêntures	-	-	-	1.952	1.952
Letras Financeiras Subordinadas	-	60.131	-	-	60.131
Letras Hipotecárias	-	-	175.104	-	175.104
Total de Títulos Privados	-	60.131	175.104	1.952	237.187
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	80.216	-	-	-	80.216
Títulos Públicos	3.330	5.168	-	-	8.498
Títulos Privados	15.034	39.139	-	-	54.173
Total	98.580	44.307	-	-	142.887
Total de Títulos	98.580	104.438	175.104	1.952	380.074

*Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

c. *Plano de Benefícios CD ELETROBRÁS*

Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	198.943	198.943
LFT	-	-	26.093	-	26.093
Total de Títulos Públicos	-	-	26.093	198.943	225.036
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	187.788	-	-	-	187.788
Total de Títulos Privados	187.788	-	-	-	187.788
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	611.274	-	-	-	611.274
Títulos Públicos	-	40.810	-	-	40.810
Títulos Privados	139.727	-	-	-	139.727
Total	751.001	40.810	-	-	791.811
Total de Títulos	938.789	40.810	26.093	198.943	1.204.635

Posição em 31.12.15					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
Operações Compromissadas					-
NTN-B	-	-	-	305.893	305.893
Total de Títulos Públicos	-	-	-	305.893	305.893
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	170.105	-	-	170.105
Total de Títulos Privados	-	170.105	-	-	170.105
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	185.488	-	-	-	185.488
Títulos Públicos	70.015	29.883	-	-	99.898
Títulos Privados	-	178.832	-	-	178.832
Total	255.503	208.715	-	-	464.218
Total de Títulos	255.503	378.820	-	305.893	940.216

d. *Plano de Benefícios CV ONS*

Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	45.061	45.061
LFT	-	-	21.332	-	21.332
Total de Títulos Públicos	-	-	21.332	45.061	66.393
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	49.462	-	-	-	49.462
Total de Títulos Privados	49.462	-	-	-	49.462
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	199.763	-	-	-	199.763
Títulos Públicos	-	10.582	-	-	10.582
Títulos Privados	42.472	-	-	-	42.472
Total	242.235	10.582	-	-	252.817
Total de Títulos	291.697	10.582	21.332	45.061	368.672
Posição em 31.12.15					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	100.539	100.539
Total de Títulos Públicos	-	-	-	100.539	100.539
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	43.578	-	-	43.578
Total de Títulos Privados	-	43.578	-	-	43.578
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	50.684	-	-	-	50.684
Títulos Públicos	22.989	7.772	-	-	30.761
Títulos Privados	-	52.049	-	-	52.049
Total	73.673	59.821	-	-	133.494
Total de Títulos	73.673	103.399	-	100.539	277.611

**Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

e. *Plano de Benefícios CV EPE*

Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	6.615	6.615
LFT	-	-	4.823	-	4.823
Total de Títulos Públicos	-	-	4.823	6.615	11.438
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	7.260	-	-	-	7.260
Total de Títulos Privados	7.260	-	-	-	7.260
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	29.312	-	-	-	29.312
Títulos Públicos	-	1.552	-	-	1.552
Títulos Privados	6.234	-	-	-	6.234
Total	35.546	1.552	-	-	37.098
Total de Títulos	42.806	1.552	4.823	6.615	55.796
Posição em 31.12.15					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	14.997	14.997
Total de Títulos Públicos	-	-	-	14.997	14.997
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	6.500	-	-	6.500
Total de Títulos Privados	-	6.500	-	-	6.500
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	7.555	-	-	-	7.555
Títulos Públicos	3.429	1.159	-	-	4.588
Títulos Privados	-	7.763	-	-	7.763
Total	10.984	8.922	-	-	19.906
Total de Títulos	10.984	15.422	-	14.997	41.403

f. Plano de Benefícios CD CERON

Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	6.385	6.385
LFT	-	1.350	5.327	-	6.677
Total de Títulos Públicos	-	1.350	5.327	6.385	13.062
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	7.008	-	-	-	7.008
Total de Títulos Privados	7.008	-	-	-	7.008
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	28.290	-	-	-	28.290
Títulos Públicos	-	1.497	-	-	1.497
Títulos Privados	6.018	-	-	-	6.018
Total	34.321	1.497	-	-	35.805
Total de Títulos	41.316	2.847	5.327	6.385	55.875
Posição em 31.12.15					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	12.686	12.686
LFT	-	1.185	-	-	1.185
Total de Títulos Públicos	-	1.185	-	12.686	13.871
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	5.499	-	-	5.499
Total de Títulos Privados	-	5.499	-	-	5.499
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	6.391	-	-	-	6.391
Títulos Públicos	2.901	981	-	-	3.882
Títulos Privados	-	6.567	-	-	6.567
Total	9.292	7.548	-	-	16.840
Total de Títulos	9.292	14.232	-	12.686	36.210

*Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

g. *Plano de Gestão Administrativa (PGA)*

Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	32.349	-	-	-	32.349
Total	32.349	-	-	-	32.349
Posição em 31.12.15					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Fundo de Investimento					
Títulos Públicos	20.234	-	-	-	20.234
Títulos Privados	-	8.077	-	-	8.077
Total	20.234	8.077	-	-	28.311

6.1.2 *Títulos Mantidos até o Vencimento*

a. *Consolidado*

Consolidado - títulos até o vencimento					
Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	37.403	132.585	222.214	392.202
NTN-C	37.018	-	-	315.467	352.485
Total de Títulos Públicos	37.018	37.403	132.585	537.681	744.687
Posição em 31.12.15					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	20.361	64.821	625.706	710.888
NTN-C	-	34.486	-	298.698	333.184
Total de Títulos Públicos	-	54.847	64.821	924.404	1.044.072

b. Plano de Benefícios BD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	66.861	155.150	222.011
NTN-C	37.018	-	-	315.467	352.485
Total de Títulos Públicos	37.018	-	66.861	470.617	574.496

Posição em 31.12.15					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	52.255	472.867	525.122
NTN-C	-	34.486	-	298.698	333.184
Total de Títulos Públicos	-	34.486	52.255	771.565	858.306

c. Plano de Benefícios CD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	15.658	52.297	49.724	117.679
Total de Títulos Públicos	-	15.658	52.297	49.724	117.679

Posição em 31.12.15					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	136.603	136.603
Total de Títulos Públicos	-	-	-	136.603	136.603

**Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

d. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	21.745	13.427	17.340	52.512
NTN-C	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	-	21.745	13.427	17.340	52.512

Posição em 31.12.15					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	20.361	12.566	16.236	49.163
NTN-C	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	-	20.361	12.566	16.236	49.163

6.1.3 **Títulos Reclassificados de Mantidos até o Vencimento para Títulos para Negociação**

Observado o disposto na Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, que determina em seu artigo 8º que é obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações contábeis, de informações que abrangem, o montante dos títulos reclassificados, o reflexo no resultado e os motivos que levaram à reclassificação, abaixo estão relacionados os títulos que foram reclassificados da categoria de títulos mantidos até o vencimento para a categoria de títulos mantidos para negociação, bem como o efeito dessas reclassificações no resultado em 31.12.2016.

A reclassificação dos referidos títulos foi motivada pelo resultado do estudo ALM (Assets Liability Management) realizado em 2016, que demonstrou que a carteira atual de NTN-Bs marcadas a vencimento (*HtM*) se encontrava em desequilíbrio com o Passivo atuarial projetado, portanto, as alterações de reclassificação foram realizadas para readequar esta situação. Desequilíbrio este ocasionado devido as alterações no passivo atuarial ocorridas em 2014, que resultou na redução da *duration* dos planos BD Eletrobras e CD Eletrobras Saldado. A finalidade do estudo ALM é a de obter uma carteira ótima de ativos que maximize a razão de solvência, a relação de risco e retorno dos investimentos e recomendar um nível adequado de liquidez frente aos compromissos atuariais. Para realizar a implementação operacional do estudo ALM nos investimentos dos planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás Saldado foi necessário que alguns títulos classificados como “títulos mantidos até o vencimento” fossem reclassificados como “títulos para negociação”. A Eletros entende que o estudo ALM de 2016 comprovou a necessidade de negociação dos títulos por motivação financeira ou de liquidez, atendendo assim a interpretação dada pelo Ofício Circular Conjunto nº 001/2014/DIACE/DIFIS/DITEC/PREVIC de 24 de março de 2014 e considera as razões para a reclassificação decorrentes de motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação, de modo a não descaracterizar a intenção evidenciada pela entidade fechada de previdência complementar quando da classificação nesta categoria, em consonância com o § 2º do artigo 6º da Resolução CGPC 04.

Cabe ressaltar que a Eletros realiza este estudo anualmente, utilizando o último parecer atuarial dos planos de benefícios.

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Reclassificação de títulos						
NTN-B						
Vencto	Qtde	Curva		Mercado		Diferença
		Taxa	Valor	Taxa	Valor	
15/08/40	25.099	6,49%	71.710	5,65%	79.263	7.553
15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
15/08/50	2.100	6,52%	5.931	5,73%	6.599	668
15/05/55	5.000	7,60%	12.042	5,68%	15.661	3.619
15/05/55	10.000	7,40%	24.696	5,68%	31.322	6.626
15/05/55	10.000	7,14%	25.528	5,68%	31.322	5.794
15/05/55	10.000	7,05%	25.827	5,68%	31.322	5.495
15/05/55	881	6,86%	2.333	5,68%	2.759	426
15/05/55	8.000	7,02%	20.760	5,68%	25.058	4.298
Total	128.080		349.817		402.426	52.609

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Reclassificação de títulos						
NTN-B						
Vencto	Qtde	Curva		Mercado		Diferença
		Taxa	Valor	Taxa	Valor	
15/05/35	10.000	7,38%	25.863	5,74%	30.692	4.829
15/08/50	4.900	7,24%	12.624	5,73%	15.398	2.774
15/08/50	5.000	7,24%	12.882	5,73%	15.713	2.831
Total	19.900		51.369		61.803	10.434

**Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

A reclassificação dos títulos apresentados nas tabelas acima foi realizada em 30/12/2016 e os títulos foram vendidos posteriormente conforme descrito abaixo:

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Venda dos títulos				
NTN-B				
Data	Vencido	Qtde	Valor Venda	
			Taxa	Valor
02/01/2017	15/08/50	10.000	5,66%	31.783
02/01/2017	15/08/40	10.000	5,61%	31.761
03/01/2017	15/08/40	5.000	5,64%	15.828
04/01/2017	15/08/40	10.000	5,70%	31.436
04/01/2017	15/08/50	10.000	5,78%	31.271
10/01/2017	15/08/50	10.000	5,76%	31.405
10/01/2017	15/05/55	20.000	5,74%	62.227
11/01/2017	15/08/50	10.000	5,76%	31.414
11/01/2017	15/05/55	3.881	5,72%	12.114
12/01/2017	15/08/40	80	5,50%	258
12/01/2017	15/08/50	10.000	5,58%	32.236
12/01/2017	15/05/55	10.000	5,54%	32.083
13/01/2017	15/08/40	19	5,48%	62
13/01/2017	15/08/50	9.100	5,57%	32.236
17/01/2017	15/05/55	10.000	5,49%	32.370
	Total	128.080		408.484

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Venda dos títulos				
NTN-B				
Data	Vencido	Qtde	Valor Venda	
			Taxa	Valor
02/01/2017	15/05/35	10.000	5,66%	30.973
13/01/2017	15/08/50	9.900	5,57%	31.671
	Total	19.900		62.644

6.2 Ações

a. Carteira Consolidada

	<u>Exercício findo em</u>	
	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
Carteira de Ações		
Instituições Financeiras	97.489	66.305
Companhias Abertas	265.859	219.890
Dividendos	100	86
Juros sobre Capital Próprio	3,047	1.703
Ações	<u>366.495</u>	<u>287.984</u>

b. Carteira por Plano de Benefícios

	<u>Em 31.12.16</u>					
	<u>BD</u>	<u>CD</u>			<u>CV</u>	
	<u>Eletrobrás</u>	<u>Eletrobrás</u>	<u>CERON</u>	<u>ONS</u>	<u>EPE</u>	<u>Consolidado</u>
Carteira de Ações						
Instituições Financeiras	51.835	34.711	1.156	10.915	1.349	99.966
Companhias Abertas	137.854	92.313	3.076	29.029	3.588	265.860
A Receber						
Dividendos	28	19	1	6	1	55
Juros sobre Capital Próprio	319	213	7	67	8	614
Total de Ações	<u>190.036</u>	<u>127.256</u>	<u>4.240</u>	<u>40.017</u>	<u>4.946</u>	<u>366.495</u>
	<u>Em 31.12.15</u>					
	<u>BD</u>	<u>CD</u>			<u>CV</u>	
	<u>Eletrobrás</u>	<u>Eletrobrás</u>	<u>ONS</u>	<u>CERON</u>	<u>EPE</u>	<u>Consolidado</u>
Carteira de Ações						
Instituições Financeiras	37.116	21.517	6.056	746	870	66.305
Companhias Abertas	123.087	71.359	20.085	2.473	2.886	219.890
Dividendos	48	28	8	1	1	86
Juros sobre Capital Próprio	953	553	156	19	22	1.703
Total de Ações	<u>161.204</u>	<u>93.457</u>	<u>26.305</u>	<u>3.239</u>	<u>3.779</u>	<u>287.984</u>

6.3 Fundo de Investimentos

As aplicações efetuadas pelos planos em cotas de fundos de investimento e fundos de investimentos, exclusivos ou não, são atualizadas em função do valor da cota de fechamento divulgado pelos respectivos administradores. A variação da diferença entre os valores das cotas e o de mercado é apropriada ao resultado.

Em 31.12.16

	BD	CD		CV			Consolidado
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	PGA	
Investimentos							
Fundo de Renda Fixa	121.688	790.258	35.753	252.329	37.038	32.349	1.269.415
Alfa Itaipava FIM Crédito Privado	88.041	485.667	22.496	158.764	23.304	32.349	810.621
FIM Votorantim Geribá Multimercado	24.251	119.726	4.394	31.011	4.552	-	183.934
Bradesco FIM Ipanema Crédito Privado	9.396	184.865	8.863	62.554	9.182	-	274.860
Fundo de Ações	95.157	63.721	2.123	20.037	2.476	-	183.514
Bradesco FIA IBRX Ativo Leblon							-
GAP Arpoador IBRX Ativo FIA	68.671	45.985	1.532	14.460	1.787	-	132.435
FIA Leme							-
Pontal FIC FIA							-
FIA SAO CONRADO	13.061	8.746	291	2.750	340	-	25.188
GRUMARI FIA	13.425	8.990	300	2.827	349	-	25.891
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	-	-	-	-	-	-
FIDC IN BA IN PE SN2							-
Fundo de Investimento em Participações	11.388	508	-	-	-	-	11.896
Direito a Receber (Mellon GTD FIP)	655	508	-	-	-	-	1.163
Hamilton LN FICFIP	10.733	-	-	-	-	-	10.733
Total	228.233	854.487	37.876	272.366	39.514	32.349	1.464.825

Carteira dos Fundos de Investimentos por Plano

Em 31.12.15							
	BD	CD		CV			
Investimentos	Eletrobrás	Eletrobrás	ONS	CERON	EPE	PGA	Consolidado
Fundo de Renda Fixa	120.972	460.227	132.371	16.702	19.745	28.311	778.328
Alfa Itaipava FIM Crédito Privado	91.519	154.869	40.467	5.106	6.036	28.311	326.308
FIM Votorantim Geribá Multimercado	21.234	122.321	31.804	4.013	4.744	-	184.115
Bradesco FIM Ipanema Crédito Privado	8.219	183.037	60.100	7.583	8.965	-	267.904
Fundo de Ações	86.616	50.216	14.133	1.741	2.030	-	154.736
Bradesco FIA IBRX Ativo Leblon	6.736	3.905	1.099	135	158	-	12.033
GAP Arpoador IBRX Ativo FIA	62.593	36.288	10.214	1.258	1.467	-	111.820
FIA Leme	8.548	4.956	1.394	172	200	-	15.270
Pontal FIC FIA	8.739	5.067	1.426	176	205	-	15.613
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	15.035	-	-	-	-	-	15.035
FIDC IN BA IN PE SN2	15.035	-	-	-	-	-	15.035
Fundo de Investimento em Participações	10.403	988	-	-	-	-	11.391
Mellon GTP FIP	1.277	988	-	-	-	-	2.265
Hamilton LN FICFIP	9.126	-	-	-	-	-	9.126
Total	233.026	511.431	146.504	18.443	21.775	28.311	959.490

**Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

6.4 Investimentos Imobiliários

As aplicações em investimentos imobiliários são efetuadas pelo Plano BD Eletrobrás (participação de 72,54%) e pelo Plano CD Eletrobrás (participação de 27,46%).

Imóveis	Reavaliação	Exercício findo em	
		31.12.16	31.12.15
Localização			
Uso próprio:		8.686	8.783
Rua Uruguaiana nº 174 - RJ (Edifício Metropolitan Center)	Dezembro/2015	8.686	8.783
Locados às patrocinadoras:		87.053	89.128
Avenida Presidente Vargas nº 409 - RJ (Edifício Herm Stoltz)	Dezembro/2014	70.172	71.890
Avenida Marechal Floriano nº 19 - RJ (Edifício Vital Brazil)	Dezembro/2014	10.506	10.763
Avenida Presidente Vargas nº 417 - RJ (Edifício Central)	Dezembro/2014	6.375	6.475
Locados a terceiros:		117.765	120.896
Avenida Presidente Vargas nº 642 - RJ (Edifício Belacap)	Dezembro/2014	58.167	59.875
Rua da Quitanda nº 196 - RJ (Edifício Mário Bhering)	Dezembro/2015	59.598	61.021
Valores a receber		3.140	2.947
Total		216.644	221.754

6.4.1 Reavaliação de Imóveis

No exercício de 2015 a Entidade promoveu a avaliação dos imóveis do Edifício Metropolitan Center e do Edifício Mário Bhering, pela empresa CCA - Câmara de Consultores Associados, cujos laudos técnicos foram elaborados observando as normas legais aplicáveis. Em 2016 a Eletros não efetuou reavaliações em seus imóveis.

O resultado positivo das reavaliações de 2015 possibilitou um acréscimo patrimonial no montante líquido de R\$ 1.299 mil registrado no fluxo dos investimentos.

	Valor Reavaliado	Valor Contábil	Ajuste	Empresa Avaliadora	Vida útil Remanescente
Uso Próprio					
Edifício Metropolitan Center Rua Uruguaiana nº 174 - RJ	8.783	7.909	874	CCA	27 anos
Total	8.783	7.909	874		
Locadas a Terceiros					
Edifício Mário Bhering Rua da Quitanda, 196 - RJ	61.021	60.597	425	CCA	30 anos
Total	61.021	60.597	425		
Total Imóveis Reavaliado	69.804	68.506	1.299		

CCA - Câmara de Consultores Associados

6.4.2 Venda de Imóveis

Em outubro de 2015, ocorreu a venda do imóvel Edifício Belacap (Loja) no valor de R\$ 13.570 mil, o que gerou um ganho de R\$ 3.991 mil nos investimentos em imóveis.

7 Realizável - Gestão assistencial

Registra as atividades de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.

Os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS mantêm sua contabilidade segregada dos planos de benefícios.

Desta forma, a transparência, a identificação e a independência do patrimônio são mantidas, conforme determinação normativa do agente regulador, bem como o desdobramento analítico das contas, de acordo com a planificação contábil estabelecida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

8 Exigível operacional - Gestão previdencial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.16	31.12.15
Contas a pagar	774	761
IRRF a recolher	5.423	4.630
Retenções a recolher	3	3
Outras exigibilidades	-	3.013
Recursos da patrocinadora Eletrobrás	-	3.013
Total	6.200	8.407

**Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

9 Exigível operacional - Gestão administrativa

Registram os compromissos a pagar assumidos pela Eletros relativos a gestão administrativa, como segue:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.16	31.12.15
Contas a pagar	(a) 6.710	5.322
Retenções a recolher	543	488
Receita Antecipadas	(b) 1.788	-
Outras exigibilidades	(c) 1.645	2.379
Total	10.686	8.189

- (a) Refere-se preponderantemente a provisão de férias e de remuneração variável dos empregados.
- (b) Referem-se aos recursos oriundos do convênio com o Banco Santander, que tem como contrapartida a centralização, naquele banco, dos pagamentos de benefícios dos assistidos e de salários dos empregados da Eletros.
- (c) Refere-se a seguro de vida dos aposentados e recursos das patrocinadoras

10 Exigível contingencial

10.1 Contingências - Perda Provável

As provisões decorrentes dos processos com chance de perda provável estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais. Essas provisões registram ocorrências de fatos que serão objeto de decisões e que, provavelmente, irão gerar desembolsos futuros, e estão compostas por contingências de natureza previdencial, trabalhista, cível e fiscal. Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada, sendo obrigação legal aquela que deriva de contrato, legislação ou outra ação da Lei) como resultado de evento passado; (ii) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.16	31.12.15
Gestão Previdencial	12.617	6.429
Aposentadorias	569	525
Outros processos	10.091	4.677
Processos Trabalhistas	1.957	1.227
Gestão Administrativa	14.064	13.462
Contingências Tributárias	13.872	13.284
Reclamações Trabalhistas		33
Outros processos	192	145
Investimentos	3.458	3.276
Tributárias IN SRF 170	2.941	2.792
RET	517	484
Total	30.139	23.167

10.1.1 Contingências da Gestão Previdencial

De acordo com orientações dos advogados da Eletros e também considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela divisão jurídica da Eletros, foram constituídas provisões relativas aos processos judiciais movidos por participantes assistidos contra a Eletros. Houve variação nos valores contingenciados ao longo do ano de 2016 em razão de mudança no prognóstico de alguns processos com decisão desfavorável à ELETROS. Outrossim, foram apresentados novos cálculos, seja pelas partes, pelo perito do juízo ou pelo assistente técnico da ELETROS, pois os processos a eles referentes entraram em fase de execução, sendo necessária a liquidação dos valores, antes inviável, pois dependentes de divergências apresentadas que precisavam ser resolvidas pelo Juízo.

10.1.2 Contingências da Gestão administrativa

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências cíveis e tributárias, das quais as principais são o Programa de Integração Social (PIS) R\$ 1.888 mil e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) R\$ 10.704 mil...

10.1.3 Contingências de investimentos

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente ao Programa de Integração Social(PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e ao Regime Especial de Tributação (RET).

11 Passivos e ativos contingentes

11.1 Passivos Contingentes

Os processos com probabilidade de perda possível representam o montante de R\$ 1.586 mil (R\$863 mil em 2015) e envolvem discussões fiscais, administrativas, ações judiciais de natureza previdencial, trabalhista e cível.

11.2 Ativo Contingente - OFND

Ação ordinária n. 0123902-36.1991.4.02.5101, ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e da União Federal, objetivando o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008 e o processo entrou na fase de execução. Em 28/11/2013 o Juízo determinou que as entidades beneficiadas pela decisão judicial deveriam ajuizar ações de liquidação, com menor grupo de autores por processo, em que deveriam comprovar as obrigações adquiridas. Embasada na opinião dos assessores jurídicos, a ABRAPP classificou a probabilidade de êxito como “provável” e não como “praticamente certo”, em função de não existir uma data prevista para o seu recebimento e considerando que a mensuração dos valores ainda vai ser alvo de discussão entre as partes. Foi distribuída ação sob o nº 0145862-08.2015.4.02.5101, na 4ª Vara Federal, em 27/11/2015, de autoria da ABRAPP, tendo a ELETROS como litisconsorte ativa, além de outros fundos de pensão. Foi atribuído valor à causa de R\$ 1.474.206.593,22. O processo encontra-se em fase inicial, com apresentação de contestação pela União, juntada em 29/07/2016, e determinação de produção de prova pericial contábil em 04/11/2016. Ainda não é possível informar o valor atualizado devido à ELETROS, sendo necessário aguardar o fim da liquidação para tal. As principais peças processuais e demais documentos das ações em referência estão disponíveis no portal da ABRAPP, no endereço: <http://www.abrapp.org.br>.

*Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

12 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos elaborados por atuários responsáveis pelos planos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões matemáticas possuíam a seguinte composição consolidada:

	<u>Exercício findo em</u>	
	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
Provisões Matemáticas	31.12.16	31.12.15
Benefícios concedidos	3.282.538	3.050.577
Contribuição definida	587.857	487.086
Benefício definido	2.694.681	2.563.491
Benefícios a conceder	1.526.889	1.210.607
Contribuição definida	1.218.614	929.611
Benefício definido	308.275	280.996
Provisões matemáticas a constituir	(532.396)	(369.975)
(-) Serviço passado	(369.394)	(254.175)
Patrocinadora Eletrobrás	(342.416)	(238.867)
Atividade Especial	(26.978)	(15.308)
(-) Déficit equacionado	(163.002)	(115.800)
Total	4.277.031	3.891.209

12.1 Benefícios concedidos

Registram o valor atual dos compromissos correspondentes aos benefícios concedidos deduzidos das contribuições a receber dos beneficiados, no caso do plano de benefício definido. No caso de Planos CD/CV, corresponde ao somatório dos saldos individuais dos assistidos, desde que o assistido não esteja em gozo de Renda Vitalícia.

12.2 Benefícios a conceder

Registram a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, no caso dos planos CD/CV. No caso de planos de benefício definido, corresponde ao valor presente do compromisso futuro com os atuais ativos do Plano, descontado o valor presente das contribuições normais a serem pagas até a aposentadoria.

12.3 Provisões matemáticas a constituir/(-) Serviço passado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a serviço passado das patrocinadoras. Com a seguinte composição:

Patrocinadora Eletrobras

Serviço Passado correspondente à parcela do valor presente dos benefícios já concedidos, após o fechamento do Plano BD Eletrobrás a novas adesões, não coberta pelo patrimônio garantidor.

Atividade especial

Registram os valores a serem aportados pelas patrocinadoras referentes às reservas destinadas a aposentadorias com tempo de contribuição em atividade especial reconhecida pela Previdência Social e das recomposições de reservas em função das demandas judiciais, no montante de R\$ 26.978 mil em 2016 (R\$ 15.308 mil em 2015). Distribuídos da seguinte forma:

Patrocinadoras:	Plano de Benefícios	Exercício findo em	
		31.12.16	31.12.15
ELETROBRAS	BD	17.611	7.053
ELETROBRAS	CD	344	303
CEPEL	BD	105	92
CEPEL	CD	8.918	7.860
Total		26.978	15.308

12.4 Provisões matemáticas a constituir/(-) Déficit equacionado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referente à *Déficit Técnico* no montante de R\$ 163.002 mil em 2016 (R\$ 115.800 mil em 2015), equacionado paritariamente, pelos patrocinadores, participantes e assistidos, através de contribuições extraordinárias, determinadas por avaliação atuarial, distribuídos da seguinte forma:

Descrição:	Plano de Benefícios	Exercício findo em	
		31.12.16	31.12.15
Déficit Equacionado	BD	(163.002)	(109.375)
Déficit Equacionado	CD	-	(6.425)
Total		(163.002)	(115.800)

Plano de Benefício Definido - BD ELETROBRÁS

Dos R\$ 163.002 mil temos que:

Descrição	31.12.2016
(a) Deficit Equacionado exercício 2011	31.198
(b) Deficit Equacionado exercício 2013	67.698
(c) Deficit Equacionado exercício 2015	64.106
Total	163.102

- Plano de Contribuição Definida - CD ELETROBRÁS

O Conselho Deliberativo da ELETROS aprovou em 19 de dezembro de 2016 o Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 da "Parcela BPDS" do Plano CD Eletrobrás para a dívida apurada em R\$ 6.425 mil no encerramento do exercício de 2015.

**Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Em consonância com o artigo 4º da Instrução PREVIC/DC nº 32, de 02/09/2016, ocorreu, no encerramento do exercício de 2016, a reversão das Provisões Matemáticas a Constituir, tendo como contrapartida no resultado a conta de reversão de Provisões Atuarias, referentes ao Déficit Equacionado no Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 - Parcela BPDS - em 31/12/2016, bem como a extinção do custeio extraordinário que se iniciaria em fevereiro de 2017.

12.5 Premissas atuariais por plano de benefícios

As premissas e hipóteses atuariais estão adequadas à massa de participantes do plano, aos normativos legais, inclusive com a Resolução CNPC nº15, de 19/11/2014, publicada no Diário Oficial em 24/11/2014.

Plano BD Eletrobrás

	31.12.16	31.12.15
Taxa real anual de Juros	5,65% a.a.	5,65% a.a.
Taxa de Rotatividade (Ativos)	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Salarial (Ativos)	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Taxa de Crescimento de Benefícios (Assistidos)	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Capacidade Salarial	97%	97%
Capacidade de Benefício	97%	97%
Tábua Geral	AT 2000 Básica-M&F	AT 2000 Básica-M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua Sobrevida de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Hipótese sobre Composição Familiar	Família Real (*)	Família Real (*)

(*) Para os ativos adota-se hipótese de que 75% dos participantes são casados e que as mulheres são 4 anos mais jovens que os homens. Para os assistidos é adotada a composição familiar real declarada pelo mesmo.

Composição das Provisões Matemáticas - Plano BD Eletrobrás

	Exercício findo em	
	31.12.16	31.12.15
Provisões Matemáticas	<u>2.123.763</u>	<u>2.159.224</u>
Benefícios concedidos	<u>2.441.780</u>	<u>2.329.662</u>
Benefício definido	2.441.780	2.329.662
Benefício a conceder	<u>205.117</u>	<u>184.949</u>
Benefício definido	205.117	184.949
(-) Provisões Matemáticas a constituir	<u>(523.134)</u>	<u>(355.387)</u>
(-) Serviço passado	<u>(360.132)</u>	<u>(246.012)</u>
(-) Patrocinador(es)	(360.132)	(246.012)
Atividade Especial	(17.716)	(7.145)
Artigo 61 Adicional 2011	(64.035)	(77.211)
Artigo 61 Adicional 2013	(147.931)	(161.656)
Artigo 61 Adicional 2015	(130.450)	-
(-) Deficit equacionado	<u>(163.002)</u>	<u>(109.375)</u>
(-) Deficit Equacionado 2011	<u>(31.198)</u>	<u>(36.819)</u>
(-) Patrocinador(es)	(13.048)	(17.520)
(-) Participantes	(3.690)	(4.308)
(-) Assistidos	(14.460)	(14.991)
(-) Deficit Equacionado - Equacionamento 2013	<u>(67.698)</u>	<u>(71.014)</u>
(-) Patrocinador(es)	(29.256)	(32.377)
(-) Participantes	(8.618)	(8.968)
(-) Assistidos	<u>(29.824)</u>	<u>(31.211)</u>
(-) Deficit Equacionado 2015	<u>(64.106)</u>	<u>-</u>
(-) Patrocinador(es)	(25.296)	-
(-) Participantes	(8.325)	-
(-) Assistidos	<u>(30.485)</u>	<u>-</u>
Equilíbrio Técnico	<u>(122.915)</u>	<u>(342.508)</u>
Resultados Realizados	<u>(122.915)</u>	<u>(342.508)</u>
(-) Deficit técnico acumulado	(122.915)	(342.508)

Foi apurado no exercício o resultado, Déficit Técnico Acumulado, no valor de R\$ 122.915

**Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

As principais causas da redução do déficit foram a rentabilidade do plano ter superado, no exercício de 2016, a meta atuarial (INPC + 5,65%) e o diferimento do equacionamento do déficit de 2015.

O valor da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado - Artigo 61, corresponde aos compromissos estabelecidos no artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

Com isso, as contribuições extraordinárias referentes ao serviço passado - Artigo 61 são de responsabilidade integral da Patrocinadora ELETROBRAS, enquanto as demais parcelas referentes aos *Déficits* Equacionados de 2011, 2013 e 2015 são de responsabilidade das Patrocinadoras, Participantes e Assistidos não amparados no artigo 61.

Em atendimento ao Ofício PREVIC 493/2017 de 09 de março de 2017, considerando o disposto na Resolução CNPC nº 14, de fevereiro de 2014, foi realizado ajuste na segregação dos valores do Déficit Equacionado de 2015, em valores equivalentes a R\$ 2.887 mil, em virtude da inclusão do grupo de pensionistas não amparados pelo Art. 61 do Regulamento do Plano BD Eletrobras.

Destaque-se que os custeios extraordinários referentes aos déficits de 2011 e 2013 não sofreram ajustes haja vista que a matéria encontra-se todavia pendente de decisão em grau de recurso administrativo perante a PREVIC, pois referem-se a período anterior a mudança da legislação.

As contribuições extraordinárias para a amortização da Provisão Matemáticas a Constituir, são reavaliadas anualmente, conforme Plano de Custeio da Demonstração Atuarial.

Plano CD Eletrobrás

	31.12.16	31.12.15
Taxa real anual de Juros	5,65	5,65% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 Básica - M&F	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(*)	(*)

(*) No cálculo do benefício é utilizada a composição familiar real declarada pelo mesmo para todos, com exceção dos benefícios BPDS . Para a Parcela BPDS: Para os ativos adota-se hipótese de que 85% dos participantes são casados e que as mulheres são 4 anos mais jovens que os homens. Para assistidos os beneficiários dos participantes que optaram por este benefício serão os mesmos reconhecidos pela Previdência Oficial.

OBS 1: No BPDS e na Renda Vitalícia o Reajuste dos Benefícios se dá pelo Indexador Atuarial do Plano - IAP, definido no artigo 50 - XXVI, atualmente o INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem. O reajuste dos benefícios dos demais aposentados se dá pelo recálculo anual.

Composição das Provisões Matemáticas - Plano CD Eletrobrás

	<u>Exercício findo em</u>	
	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
Provisões Matemáticas	1.599.503	1.332.912
Benefícios concedidos	782.629	682.694
Contribuição definida	529.728	448.864
Benefício definido	252.901	233.830
Benefício a conceder	826.136	654.806
Contribuição definida	722.978	558.759
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	443.844	348.837
Saldo de contas - Parcela participantes	279.134	209.923
Benefício definido	103.158	96.047
(-) Provisões Matemáticas a constituir	(9.262)	(14.588)
(-) Serviço passado	(9.262)	(8.163)
(-) Patrocinador(es)	(9.262)	(8.163)
(-) Deficit Equacionado BPDS 2015	-	(6.425)
(-) Patrocinador(es)	-	(6.425)
Equilíbrio Técnico	(7.665)	(21.597)
Resultados Realizados	(7.665)	(21.597)
(-) Deficit técnico acumulado	(7.665)	(21.597)

O resultado apresentado, Deficit Técnico, foi de R\$ 7.665 e foi calculado considerando a Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015. Desse valor, R\$ 7.866 mil referem-se à Parcela BPDS, enquanto a Parcela de Renda Vitalícia apresentou um resultado positivo de R\$ 201 mil.

Ressaltamos que, com exceção das Parcelas "BPDS" e "Renda Vitalícia", as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

**Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Na modalidade “CD Puro” houve considerável aumento das Provisões Matemáticas em função da rentabilidade positiva no período, conforme mencionado na nota explicativa número 6.

Plano CV ONS

	31.12.16	31.12.15
Taxa real anual de Juros	5,65% a.a.	5,65% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 Básica - M&F	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(*)	(*)

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

Composição das Provisões Matemáticas - Plano CV ONS

	Exercício findo em	
	31.12.16	31.12.15
Provisões Matemáticas	433.981	325.203
Benefícios concedidos	50.394	34.286
Contribuição definida	50.394	34.286
Benefício a conceder	383.587	290.917
Contribuição definida	383.587	290.917
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	172.159	130.665
Saldo de contas - Parcela participantes	211.428	160.252

Houve considerável aumento das Provisões Matemáticas em função da rentabilidade positiva no período, conforme mencionado na nota explicativa número 6.

Plano CV EPE

	31.12.16	31.12.15
Taxa real anual de Juros	5,65%	5,65%
Tábua Geral	AT 2000 Básica - M&F	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(*)	(*)

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

Composição das Provisões Matemáticas - Plano CV EPE

	<u>Exercício findo em</u>	
	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
Provisões Matemáticas	60.935	45.131
Benefícios concedidos	5.507	3.134
Contribuição definida	5.507	3.134
Benefício a conceder	55.428	41.997
Contribuição definida	55.428	41.997
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	25.305	19.174
Saldo de contas - Parcela participantes	30.123	22.822

Houve considerável aumento das Provisões Matemáticas em função da rentabilidade positiva no período, conforme mencionado na nota explicativa número 6.

Plano CD CERON

	31.12.16	31.12.15
Taxa real anual de Juros	4,1	4,80%
Tábua Geral	AT 2000 Básica - M&F	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	Não Aplicável	Não Aplicável

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

Composição das Provisões Matemáticas - Plano CD CERON

	<u>Exercício findo em</u>	
	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
Provisões Matemáticas	58.848	38.741
Benefícios concedidos	2.228	804
Contribuição definida	2.228	804
Benefício a conceder	56.620	37.938
Contribuição definida	56.620	37.938
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	27.733	18.801
Saldo de contas - Parcela participantes	28.887	19.137

Houve considerável aumento das Provisões Matemáticas em função da rentabilidade positiva no período, conforme mencionado na nota explicativa número 6.

*Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

13 Fundos

13.1 Fundos previdenciais

	Exercício findo em	
Fundos previdenciais	31.12.16	31.12.15
Fundo de risco	34.799	28.555
	2.286	-
Fundo de reversão do Patrocinador		
Total	37.085	28.555

.Para os Planos CD/CV administrados pela ELETROS:

- Fundo de Riscos é constituído por:
 - Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos crédito adicional/Pecúlio por invalidez e crédito adicional/Pecúlio por morte, conforme o caso;
 - Eventual resíduo do crédito adicional, na hipótese de cessação da percepção do Benefício de Renda por Invalidez, nos planos que oferecem este benefício;
 - Saldo existente na Conta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
 - Demais recursos/despesas auferidos pelo Planos que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.
- Fundo de Reversão do Patrocinador é composto por:
 - Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate. No Plano CD Eletrobrás, o saldo deste Fundo tem sua utilização definida no plano de custeio anual, aprovada pelo Conselho Deliberativo, embasada em manifestação atuarial. Nos Planos CV ONS, CV EPE e CD CERON tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro.

13.2 Fundo da Gestão Administrativa

O fundo da gestão administrativa se destina a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da Eletros sendo constituído pela diferença entre as receitas (taxas de administração do ativo, taxas de carregamento previdencial, ressarcimentos de despesas operacionais e outras receitas) e as despesas administrativas.

Da rentabilidade auferida pelo fundo administrativo do PGA, no valor de R\$ 10.473 mil em 2016 (R\$ 10.771 mil em 2015) foram usados no custeio R\$ 2.141 mil em 2016 (R\$ 340 mil em 2015), o que permitiu que o valor remanescente fosse transferido para reforço do saldo do fundo, que atingiu em 31 de dezembro o montante de R\$ 89.930 mil em 2016 (R\$ 81.599 mil em 2015).

As despesas Administrativas da Eletros no exercício de 2016 e 2015 foram rateadas entre as gestões a partir da ponderação do tempo médio anual de alocação dos empregados nas gestões e o custo do grupo Pessoal e Encargos de cada área na matriz do rateio.

O rateio das despesas administrativas Previdenciais foi baseado no número de participantes de cada plano de benefícios da Eletros, com a utilização de um critério de ponderação que atribui pesos de acordo com a categoria dos participantes nos respectivos planos de benefícios, considerando-se o grau de dificuldade e/ou volume de trabalho, dadas as suas características e operacionalidade. Consideramos também no critério o tempo de maturação dos planos de benefícios.

Para o rateio das despesas administrativas de investimentos foi utilizado o critério que baseia-se no patrimônio de cada plano proporcional à totalidade dos recursos garantidores administrados pela ELETROS.

13.3 Fundo dos investimentos

O fundo dos investimentos, denominado fundo garantidor de empréstimos tem como fonte de recursos a taxa prestamista e a rentabilidade do próprio fundo, é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 10.236 mil (R\$ 8.187 mil em 2015).

14 Outras informações

14.1 Ajustes de precificação de ativos

Com a divulgação das Resoluções CNPC n° 15 e n° 16, ambas de 19 de novembro de 2014, a PREVIC divulgou a Instrução n° 19, de 05 de fevereiro de 2015 contemplando as seguintes abordagens: duração do passivo, taxa de juros parâmetro e o ajuste de precificação de ativos.

Complementando as regras contidas na Resolução n° 16/2014, a Instrução n° 19/2015 dispõe sobre os critérios a serem seguidos pelas EFPC para a realização de precificação de ativo, para os títulos que estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

**Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

A Fundação adotou o ajuste de precificação para o Plano de Benefícios BD ELETROBRAS, conforme demonstramos abaixo:

Ajuste de precificação							
NTN-B							
Vencido	Qtde	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,65%	Valor Curva 5,65%	Diferença
15/05/55	10.000	6,8614	2,6484	26.484	3,1445	31.445	4.961
15/08/50	11.400	6,5181	2,8245	32.199	3,1805	36.258	4.059
15/08/50	3.600	6,0990	2,9876	10.755	3,1805	11.450	695
15/08/40	30.000	6,4900	2,8571	85.712	3,1583	94.749	9.037
15/08/24	786	6,0000	3,0242	2.377	3,0857	2.425	48
15/08/24	20.000	7,3246	2,8054	56.107	3,0857	61.714	5.607
15/05/23	1.700	6,0300	2,9768	5.061	3,0344	5.158	98
15/08/22	1.100	6,0600	3,0151	3.317	3,0710	3.378	61
	78.586	6,4229		222.011		246.578	24.566
NTN-C							
Vencido	Qtde	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,50%	Valor Curva 5,50%	Diferença
01/01/31	55.345	6,1587	5,7000	315.467	5,9290	328.138	12.671
01/07/17	10.000	6,2074	3,7018	37.018	3,7112	37.112	94
	65.345	6,1831		352.485		365.251	12.765
Total	143.931	6,3749		574.497		611.829	37.332

Como o resultado do ajuste de precificação do Plano BD ELETROBRÁS foi positivo e foi acrescido na apuração do resultado do plano, para fins de equacionamento de *deficit* de acordo com o artigo 28-A, da Resolução nº 16/2014.

	BD Eletrobrás	
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	31.1216	31.12.15
a) Resultado Realizado	(122.914)	(342.508)
a.2) (-) <i>Deficit</i> Técnico Acumulado	(122.914)	(342.508)
b) Ajuste de Precificação	37.332	43.633
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(85.582)	(298.875)

A Fundação adotou o ajuste de precificação para o Plano de Benefícios CD ELETROBRAS - parcela BPDS, conforme demonstramos abaixo:

Ajuste de precificação							
NTN-B							
Vencido	Qtde	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,65%	Valor Curva 5,65%	Diferença
15/08/50	5.000	7,0996	2,6219	13.109	3,1805	15.903	2.794
15/05/45	2.100	6,1800	2,9156	6.123	3,1275	6.568	445
15/08/40	100	5,9987	3,0276	303	3,1583	316	13
15/08/40	1.000	6,0500	3,0091	3.009	3,1583	3.158	149
15/05/35	10.000	7,3815	2,5863	25.863	3,0985	30.985	5.121
15/08/26	5.700	6,3384	2,9544	16.840	3,0976	17.656	816
15/08/24	5.000	6,2540	2,9805	14.903	3,0857	15.429	526
15/05/23	4.000	6,3942	2,9230	11.692	3,0344	12.137	446
15/08/22	905	6,3295	2,9791	2.696	3,0710	2.779	83
15/08/22	1.895	6,4822	2,9590	5.607	3,0710	5.820	212
15/08/21	3.500	6,5083	2,9253	10.238	3,0182	10.564	325
15/08/20	1.800	6,1200	3,0106	5.419	3,0541	5.497	78
	41.000	6,4280		115.803		126.811	11.008

Como o resultado do ajuste de precificação do Plano CD ELETROBRÁS - parcela BPDS foi positivo e foi acrescido na apuração do resultado do plano, para fins de equacionamento de *deficit* de acordo com o artigo 28-A, da Resolução nº 16/2014.

	CD Eletrobrás	
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	31.1216	31.12.15
a) Resultado Realizado	(7.866)	(6.425)
a.2) (-) <i>Deficit</i> Técnico Acumulado	(7.866)	(6.425)
b) Ajuste de Precificação	11.008	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	3.142	(6.425)-

15 Apresentação dos efeitos da consolidação

Consolidação de Balancetes									
31.12.16									
Grupos de Contas	Plano						Eliminação de Consolidação		Saldo Consolidado
	BD	CD	PGA	CV EPE	CV ONS	CERON	Débito	Crédito	
Disponível	100	83	2.263	7	10	11	-	-	2.474
Realizável	2.084.503	1.652.481	111.119	64.115	443.140	64.437	-	92.788	4.327.007
Gestão Previdencial	112.361	932	-	-	-	-	-	-	113.293
Gestão Administrativa	58.603	26.221	26.258	517	2.338	2.251	-	92.788	23.400
Investimentos	1.913.539	1.625.328	84.861	63.598	440.802	62.186	-	-	4.190.314
Permanente	-	-	1.300	-	-	-	-	-	1.300
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	23.802
Total do Ativo	2.084.603	1.652.564	114.682	64.122	443.150	64.448	-	92.788	4.354.583
Exigível Operacional	7.084	1.118	10.688	142	523	243	2.858	-	16.940
Gestão Previdencial	7.054	1.100	-	141	520	243	2.858	-	6.200
Gestão Administrativa	-	-	10.686	-	-	-	-	-	10.686
Investimentos	30	18	2	1	3	-	-	-	54
Exigível Contingencial	11.864	4.211	14.064	-	-	-	-	-	30.139
Gestão Previdencial	9.211	3.406	-	-	-	-	-	-	12.617
Gestão Administrativa	-	-	14.064	-	-	-	-	-	14.064
Investimentos	2.653	805	-	-	-	-	-	-	3.458
Patrimônio Social	2.065.655	1.647.235	89.930	63.980	442.627	64.205	89.930	-	4.283.702
Patrimônio de Cobertura	2.000.848	1.591.840	-	60.935	433.981	58.848	-	-	4.146.452
Fundos	64.807	55.395	89.930	3.045	8.646	5.357	89.930	-	137.250
Previdenciais	-	25.713	-	2.522	5.745	3.105	-	-	37.085
Administrativos	58.603	26.221	89.930	516	2.338	2.252	89.930	-	89.930
Investimentos	6.204	3.461	-	7	563	-	-	-	10.235
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	23.802
Total do Passivo	2.084.603	1.652.564	114.682	64.122	443.150	64.448	92.788	-	4.354.583

*Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

Consolidação de Balancetes

31.12.15

Grupos de Contas	Plano						Eliminação de Consolidação		Saldo Consolidado
	BD	CD	PGA	CV EPE	CD ONS	CERON	Débito	Crédito	
Disponível	10	20	772	1	10	5	-	-	818
Realizável	1.893.327	1.350.708	101.259	47.796	331.744	42.543	-	84.171	3.683.206
Gestão Previdencial	93.562	998	-	-	-	-	-	-	94.559
Gestão Administrativa	53.790	23.402	23.784	397	2.519	1.491	-	84.171	21.212
Investimentos	1.745.975	1.326.308	77.475	47.399	329.225	41.052	-	-	3.567.433
Permanente	-	-	1.220	-	-	-	-	-	1.220
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	22.241
Total do Ativo	1.893.337	1.350.728	103.251	47.797	331.754	42.548	-	84.171	3.707.485
Exigível Operacional	9.183	1.029	8.190	120	516	165	2.572	-	16.631
Gestão Previdencial	9.165	1.015	-	120	513	165	2.572	-	8.406
Gestão Administrativa	-	-	8.189	-	-	-	-	-	8.189
Investimentos	18	14	1	-	3	-	-	-	36
Exigível Contingencial	8.483	1.222	13.462	-	-	-	-	-	23.167
Gestão Previdencial	5.970	458	-	-	-	-	-	-	6.428
Gestão Administrativa	-	-	13.462	-	-	-	-	-	13.462
Investimentos	2.513	764	-	-	-	-	-	-	3.277
Patrimônio Social	1.875.671	1.348.477	81.599	47.677	331.238	42.383	81.599	-	3.645.446
Patrimônio de Cobertura	1.816.714	1.301.315	-	45.131	325.203	38.742	-	-	3.527.105
Fundos	58.957	47.162	81.599	2.546	6.035	3.641	81.599	-	118.341
Previdenciais	-	21.224	-	2.148	3.033	2.150	-	-	28.555
Administrativos	53.790	23.402	81.599	397	2.519	1.491	81.599	-	81.599
Investimentos	5.167	2.536	-	1	483	-	-	-	8.187
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	22.241
Total do Passivo	1.893.337	1.350.728	103.251	47.797	331.754	42.548	84.171	-	3.707.485

*Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

Diretoria Executiva

Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente

Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Diretor Financeiro

Marcio Peres Silvado
Diretor de Benefícios Previdenciários

Contador Responsável

Cleber Leal
Contador CRC/RJ - 62.288/O-3

6

Pareceres



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis da ELETROS, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e os Pareceres da KPMG Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e nos Pareceres e Demonstrações atuariais emitidos pela WILLIS TOWERS WATSON CONSULTORIA LTDA. sobre o Plano de Benefício Definido ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS - BD ELETROBRÁS abrangendo o Parecer Atuarial Complementar – inclusão dos Pensionistas no Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 considerando a determinação da PREVIC, por meio do Ofício nº 493/17 e o Parecer Atuarial referente ao exercício de 2016; pelo Atuário Bruno Sardinha Lopes sobre o Plano de Contribuição Definida ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS – CD ELETROBRÁS, sobre o Plano de Contribuição Variável – CV ONS, sobre o Plano EPE e sobre o Plano de Contribuição Definida – CD CERON são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira da ELETROS, naquela data.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2017.

José Carlos Nunes Bianco

Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Eduardo Brasil Pereira

Orsino Borges de Oliveira Filho

Paula Prado Rodrigues Couto

RESUMO DAS ATAS (DELIBERAÇÕES) TOMADAS NAS 320ª E 318ª REUNIÕES DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ELETROS – CDE, REALIZADAS EM 22/05/2017 E 07/04/2017:

PARTE DA 320ª REUNIÃO, DE 22/05/2017:

“...BALANÇO (DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS) DE 2016 DA ELETROS (GESTÃO PREVIDENCIAL) E RESPECTIVOS RELATÓRIOS COM O PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE, COM A PRESENÇA DA AUDITORIA INDEPENDENTE - DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, usando das atribuições que lhe confere o Estatuto da Entidade, após exame das Demonstrações Contábeis da ELETROS auditadas, dos Relatórios respectivos, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, no Parecer da KPMG Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e no Parecer do Conselho Fiscal, de 22/05/2017, aprovou as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 da ELETROS, determinando que as mesmas sejam levadas ao conhecimento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BD – ELETROBRÁS ABRANGENDO O PARECER ATUARIAL COMPLEMENTAR – INCLUSÃO DOS PENSIONISTAS NO PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DE 2015 CONSIDERANDO A DETERMINAÇÃO DA PREVIC, POR MEIO DO OFÍCIO Nº 493/17 E O PARECER ATUARIAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016 - DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 007, de 04/05/2017, fundamentado na Demonstração Atuarial de 2016 do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, Cepel, ELETROS; no Parecer Atuarial complementar ao Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 e Parecer Atuarial da Avaliação Atuarial de 31/12/2016, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2016, que contempla as premissas demográficas, financeiras

e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de junho/2017, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS. Determinou que a informação seja disponibilizada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aos participantes e assistidos, na forma da legislação vigente.”

Roberta Carvalho Muniz Zylberberg

Presidente

Alice Valderez de Andrade Salomão

Carol Sampaio Diogo de Siqueira

Jack Nottingham Steiner

Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva

Rosane Barboza da Silva

Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira

Secretária-Geral (Especialista)

Assessoria aos Órgãos Estatutários”

PARTE DA 318ª REUNIÃO, DE 07/04/2017:

“...DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS DOS PLANOS CDs E CVs - DELIBERAÇÕES DO CONSELHO:

DELIBERAÇÃO 1: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 30/03/2017, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios CD -Eletrobrás / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2016, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2017, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS.

DELIBERAÇÃO 2: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 30/03/2017, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Variável do Operador Nacional do Sistema

Elétrico - CV - ONS, referente ao exercício de 2016, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2017, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV - ONS.

DELIBERAÇÃO 3: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 30/03/2017, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Variável da Empresa de Pesquisa Energética - CV - EPE, referente ao exercício de 2016, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2017, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV - EPE.

DELIBERAÇÃO 4: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 30/03/2017, aprovou o resultado da avaliação atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Definida das Centrais Elétricas de Rondônia S/A -CD - CERON, referente ao exercício de 2016, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2017, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD - CERON. Determinou que tais documentos sejam encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e a informação disponibilizada aos participantes na forma e prazo da legislação vigente.....”

André Luiz Amaral dos Santos

Presidente da Reunião

Alice Valderez de Andrade Salomão

Carol Sampaio Diogo de Siqueira

Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva

Paulo Sergio Petis Fernandes

Rosane Barboza da Silva

Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira

Secretária-Geral (Especialista)

Assessoria aos Órgãos Estatutários

6

Pareceres

Relatório Anual 2016



Parecer Atuarial por Plano
Plano BD ELETROBRÁS



Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, administrado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/10/2016.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade verificamos que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, da Eletros e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios BD Eletrobrás são: CEPEL – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social e Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras SA.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria SPC nº 2.574, de 23/10/2008, publicada no D.O.U de 24/01/2008.

O Plano de Benefícios BD Eletrobrás encontra-se em extinção desde 01 de abril de 2006, estando fechado a novas adesões de participantes.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder	31/10/2016
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	193
Idade média (em anos) ¹	54
Tempo de serviço médio (em anos) ¹	24
Participantes em aguardo de benefício proporcional	
Número	22

¹ Valores posicionados em 31/12/2016

Benefícios Concedidos	31/10/2016
Número de aposentados válidos	1.157
Idade média (em anos) ¹	72
Valor médio do benefício ¹	12.108
Número de aposentados inválidos	49
Idade média (em anos) ¹	65
Valor médio do benefício ¹	5.301
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	129
Idade média (em anos) ¹	68
Valor médio do benefício ¹	7.788
Número de pensionistas (grupos familiares)	370
Idade média (em anos) ¹	70
Valor médio do benefício ¹	8.156

¹ Valores posicionados em 31/12/2016

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Eletros e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios BD Eletrobrás conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,65% a.a.	5,65% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Salários	97%	97%
– Benefícios do plano	97%	97%
– Benefícios do INSS	97%	97%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic ¹	AT-2000 Basic ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada de Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Rotatividade	Nula	Nula
Probabilidade de aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral
Elegibilidade ao INSS	Observa a regra de elegibilidade estabelecida para a concessão de benefício do INSS	Observa a regra de elegibilidade estabelecida para a concessão de benefício do INSS
Composição familiar		
<ul style="list-style-type: none"> Benefícios concedidos 	Aposentados: cônjuge/dependente vitalício informado Pensionista: dependente vitalício mais novo e dependente temporário mais novo informados	Aposentados: cônjuge/dependente vitalício informado Pensionista: dependente vitalício mais novo e dependente temporário mais novo informados
<ul style="list-style-type: none"> Benefícios a conceder 		
<ul style="list-style-type: none"> Cônjuge 	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
<ul style="list-style-type: none"> Probabilidade de casados na aposentadoria 	75%	95%

¹ Segregada por sexo

Em 2016, a Willis Towers Watson realizou estudos de aderência das tábuas de mortalidade de válidos, entrada em invalidez, mortalidade de inválidos e rotatividade à população de participantes do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, além das hipóteses de idade de entrada em aposentadoria, composição familiar, projeção de crescimento real dos salários e benefícios, fator de determinação dos salários e benefícios do plano e taxa real de juros, para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e na Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Os estudos de aderência acima foram aprovados pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, a Instrução nº 23/2015 e a Portaria nº 186/2016, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social para desenvolver o estudo utilizando os fluxos de pagamento de benefícios líquido de receitas de contribuições do Plano de Benefícios BD Eletrobrás de 31/12/2015, elaborados com as hipóteses apresentadas no Parecer Atuarial de 2015 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Os resultados do estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, considerando a distribuição da rentabilidade real líquida projetada para o plano supracitado, indicam significativa capacidade de rentabilização dos ativos classificados como "para negociação" a 4,95% a.a. na média, e dos ativos classificados como "mantidos até o vencimento" a 5,88% a.a.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução no 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,95% a.a. para o Plano de Benefícios BD Eletrobrás e com um intervalo de confiança de 67%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,65%. Esta taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186/2016 para esse plano (taxa mínima: 4,33% a.a. e taxa máxima: 6,59% a.a.). Assim, pode-se afirmar, com bom nível de confiabilidade estatística, a aderência da taxa real de juros de 5,65% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores

O referido estudo foi submetido para aprovação pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Eletros, e foi aprovado por meio de parecer pelo Conselho Fiscal da Entidade.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

A Entidade optou pela utilização da taxa de juros de 5,65% a.a. (cinco vírgula sessenta e cinco por cento ao ano) na avaliação atuarial de 2016.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salários deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

O estudo de aderência realizado pela Willis Towers Watson, em outubro de 2016, em atendimento aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23/2015, indicou que a taxa de crescimento real de salários estava entre 0,17% a.a. e 5,24% a.a. com a média convergindo para 2,25% a.a., nos quatro períodos analisados no estudo.

As patrocinadoras optaram pela manutenção da projeção do crescimento real de salário de 1,00% a.a. por considerarem que essa taxa reflete a melhor estimativa com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado na empresa, e por estar consistente com o planejamento estratégico das empresas.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB). A indicação da hipótese foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Eletros e aprovado em parecer pelo Conselho Fiscal.

Projeção do crescimento real dos benefícios

A taxa de projeção do crescimento real dos benefícios deve ser baseada na expectativa de existência de um "spread" entre o indexador de plano, que baliza a hipótese do retorno dos investimentos e o índice que determina o reajuste dos benefícios de modo a refletir o aumento ou redução médio real concedido aos benefícios.

Com base no regulamento desse plano, não há previsão de aumentos reais dos benefícios.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 97% reflete a expectativa de uma inflação anual de 5,0%.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade, além da probabilidade de aposentadoria e composição familiar da massa de participantes do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, foram realizados estudos de aderência de hipóteses em outubro de 2016.

Os resultados desses estudos de aderência de hipóteses indicaram pela necessidade de ajuste da hipótese de composição familiar e pela manutenção das demais hipóteses biométricas e demográficas.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios/institutos do Plano de Benefícios BD Eletrobrás são avaliados pelo regime financeiro de Capitalização e pelo método Agregado.

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no Regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006.

Na presente avaliação foi mantido o regime financeiro e o método atuarial utilizados na avaliação atuarial de 2015.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço do Plano de Benefícios BD Eletrobrás de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social é de R\$ 2.065.655.325,60.

De acordo com informações prestadas pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, o Plano de Benefícios BD Eletrobrás possui títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva) e estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002 permitindo a manutenção de títulos mantidos até o vencimento. Esses estudos não foram objeto de análise pela Willis Towers Watson.

O balancete da Eletros relativo ao Plano de Benefícios BD Eletrobrás apresenta o valor do ativo a integralizar em 31/12/2016 correspondente às contribuições de patrocinadora e participantes em atraso no valor de R\$80.676.439,72 e à dívida assumida pelas patrocinadoras no valor de R\$ 14.385.400,80. Conforme informado pela Eletros, a dívida assumida pelas patrocinadoras refere-se a: integralização da reserva matemática proveniente de ganho de tempo de serviço em atividade especial (contrato firmado junto ao CEPEL), integralização de reserva matemática proveniente de desbloqueio do Salário Real de Benefício – SRB (contrato firmado junto ao CEPEL) e integralização de reserva matemática e restituição de recursos desembolsados pela Eletros em função de processo judicial (contrato firmado junto à Eletrobras).

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do plano de benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Eletros.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.000.848.436,73
Provisões Matemáticas	2.123.763.207,10
■ <i>Benefícios Concedidos</i>	2.441.779.631,00
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.441.779.631,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.038.001.518,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	403.778.113,00
■ <i>Benefícios a Conceder</i>	205.117.340,82
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	199.935.759,86
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	234.702.046,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(17.383.143,07)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(17.383.143,07)
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	5.181.580,96
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	6.082.592,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(450.505,52)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(450.505,52)
■ <i>Provisão Matemática a Constituir</i>	(523.133.764,72)
– <i>Serviço Passado</i>	(360.131.579,23)
– Atividade Especial	(17.715.506,98)
– Artigo 61	(64.035.029,24)
– Artigo 61 Adicional 2013	(147.931.153,63)
– Artigo 61 Adicional 2015	(130.449.889,38)
– <i>Deficit Equacionado 2011</i>	(31.197.630,87)
– Patrocinadores	(13.047.860,97)
– Participantes	(3.689.934,09)
– Assistidos	(14.459.835,81)
– <i>Deficit Equacionado – Equacionamento 2013</i>	(67.698.307,72)
– Patrocinadores (A conceder)	(11.558.442,85)
– Patrocinadores (Concedidos)	(17.697.199,19)
– Participantes	(8.618.174,22)
– Assistidos	(29.824.491,46)
– <i>Deficit Equacionado – Equacionamento 2015</i>	(64.106.246,90)
– Patrocinadores (A conceder)	(5.426.061,71)
– Patrocinadores (Concedidos)	(19.870.263,31)
– Participantes	(8.324.728,24)
– Assistidos	(30.485.193,64)
Equilíbrio Técnico	(122.914.770,37)

	Valores em R\$
■ <i>Resultados Realizados</i>	(122.914.770,37)
– Superavit Técnico Acumulado	0,00
– Deficit Técnico Acumulado	(122.914.770,37)
■ <i>Resultados a Realizar</i>	0,00
Fundos	64.806.888,87
■ Fundo da Gestão Administrativa	58.603.393,08
■ Fundo dos Investimentos	6.203.495,79

O Fundo da Gestão Administrativa se destina a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da Eletros, sendo constituído pela diferença entre as receitas (taxas de administração do ativo, taxas de carregamento previdencial, ressarcimento de despesas operacionais e outras receitas) e as despesas administrativas.

O Fundo dos Investimentos, denominado fundo garantidor de empréstimos, é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento.

Ajuste de Precificação

De acordo com o artigo 28 – A da Resolução CGPC nº 26/2008, o valor do Ajuste de Precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento do deficit.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,65% a.a.), e o valor contábil desses títulos.

Considerando que o plano apresenta resultado deficitário em 31/12/2016, será obrigatória a aplicação do ajuste de precificação para equacionamento do deficit. Dessa forma, foi calculado e informado pela Eletros o valor de R\$37.331.918,53 de Ajuste de Precificação para o Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

Limites de Equacionamento de Deficit

De acordo com o art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, deverá ser equacionado o valor do deficit técnico superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

- Limite de Deficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo do plano – 4) x Provisões Matemáticas

De acordo com o Parágrafo 5º do art. 28 da referida legislação, entende-se por Provisões Matemáticas as parcelas dos planos estruturadas sob a forma de benefício definido, independente da modalidade que o plano de benefícios esteja estruturado, deduzidas as respectivas provisões matemáticas a constituir.

Para o Plano de Benefícios BD Eletrobrás, temos:

Duração	Limite pela formula %	Limite do Deficit
10,10	$1\% \times (10,10 - 4) = 6,10\%$	R\$ 129.549.555,63

Apresentamos abaixo a apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, considerando o Ajuste de Precificação:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	Valores em R\$
a) Resultados Realizados	(122.914.770,37)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	0,00
a.2) Déficit Técnico Acumulado	(122.914.770,37)
b) Ajuste de Precificação (Resolução 16/2014)	37.331.918,53
Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(85.582.851,84)

O equilíbrio técnico ajustado negativo, apurado em 31/12/2016 conforme tabela acima, é inferior ao limite de R\$129.549.555,63 para equacionamento do deficit. Desta forma, não há deficit em 31/12/2016 a ser equacionado e a totalidade da insuficiência apurada foi alocada na conta de Deficit Técnico.

O valor de R\$17.715.506,98 corresponde ao Serviço Passado – Atividade Especial, posicionado em 31/12/2016, informado pela Eletros e deverá ser integralizado pela patrocinadora.

Em 29/12/2011 foi firmado o Termo de Compromisso entre a Eletrobras e a Eletros para cobertura do deficit oriundo dos compromissos estabelecidos no artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás. O referido termo determina que o valor contratado deve ser reavaliado anualmente para cobertura da insuficiência referente às provisões matemáticas dos assistidos amparados pelo artigo 61 do instrumento regulamentar (assistidos com data de início do benefício até o fechamento do plano, em 31 de março de 2006). Os valores apurados em 31/12/2011 e os reavaliados em 31/12/2013 e em 31/12/2015, posicionados em 31/12/2016, estão denominados na posição financeira como "Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado – Artigo 61".

Adicionalmente, em 29/12/2011 foram celebrados Termos de Compromisso entre a Eletrobras e a Eletros e entre o Cepel e a Eletros, referentes aos deficits que cabem às patrocinadoras relativos aos participantes e assistidos não abrangidos pelo disposto no parágrafo segundo do Artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás. As patrocinadoras e os participantes e assistidos (excluindo os pensionistas) são responsáveis por esse déficit, de forma paritária. O termo determina que o valor contratado deve ser reavaliado anualmente para cobertura da insuficiência referente aos deficits que cabem às patrocinadoras, não abrangidos os deficits referentes ao Artigo 61 do regulamento. Os valores apurados em 31/12/2011 e os reavaliados em 31/12/2013 e em 31/12/2015, posicionados em 31/12/2016, estão denominados na posição financeira como "Provisão Matemática a Constituir – Deficit Equacionado".

O deficit equacionado de 2011 foi segregado entre patrocinadoras, participantes e assistidos na data de sua apuração.

O deficit equacionado de 2013 foi segregado entre patrocinadoras e participantes na proporção das contribuições normais vertidas no exercício de 2013, enquanto que a segregação do deficit dos participantes entre ativos e assistidos foi feita com base na proporção das provisões matemáticas de 31/12/2013. Vale ressaltar que a provisão matemática dos assistidos não inclui os pensionistas e considerou apenas a parcela dos assistidos não amparados pelo artigo 61 do Regulamento.

O deficit equacionado de 2015 foi segregado entre patrocinadoras e participantes na proporção das contribuições normais vertidas nos exercícios de 2014 e 2015, exercícios em que se deu a constituição desse deficit, enquanto que a segregação do deficit dos participantes entre ativos e assistidos foi feita com base na proporção das provisões matemáticas de 31/12/2015. Vale ressaltar que, para este rateio, a provisão matemática dos assistidos inclui os participantes aguardando o benefício proporcional diferido e a parcela dos aposentados e pensionistas não amparados pelo artigo 61 do Regulamento.

A segregação dos deficits equacionados entre as patrocinadoras Eletrobras, Cepel e Eletros foi efetuada na proporção das provisões matemáticas.

Os Termos de compromisso referentes ao deficit de 2013 do artigo 61 assumido de forma paritária foram aprovados pela Diretoria Executiva da ELETROBRAS, conforme Resolução 025/2017 de 09/01/2017, e pelo Conselho de Administração da ELETROBRAS, conforme Deliberação 004/2017 de 25/01/2017.

Os termos de compromisso referentes ao deficit equacionado de 31/12/2015, conforme plano de equacionamento preparado pela Eletros em 2016, foram aprovados pela Diretoria e o Conselho Deliberativo da ELETROS em 19/12/2016, com o objetivo de incluir o deficit de 31/12/2015, re-ratificar os termos de compromisso referentes aos deficit de 2011 e 2013, já aprovados pela ELETROBRAS, Cepel e Eletros. Estes termos foram elaborados ainda para abranger os deficits subsequentes, para permitir a adoção do Ajuste de Precificação e a aplicação do limite de equacionamento definido no artigo 28 da Resolução CGPC no 26/2008, além da adoção do novo prazo de equacionamento.

Os termos e a minuta do Plano de Equacionamento foram aprovados pela Eletros e encaminhados a Eletrobras em 26/10/2016, através da Carta PR 155/2016. A Eletrobras encaminhou os termos de compromisso para a SEST (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais), em cumprimento a exigências legais, por e-mail em 31/10/2016. Todas as aprovações na instância da ELETROS estão devidamente documentadas conforme exigências legais e os termos de compromisso referentes ao deficit de 2015 e subsequentes estão em análise da SEST desde outubro de 2016.

Nesse sentido, o resultado apresentado considera as condições impostas nos referidos documentos. Eventuais ajustes deverão ser enviados a Willis Towers Watson para revisão do presente parecer.

VII – Variação do Passivo Atuarial

O quadro abaixo apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado para 31/12/2016 pelo método de recorrência:

	Valores em R\$		
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	Variação em %
Passivo Atuarial	2.646.896.971,82	2.621.490.349,19	0,97%
<i>Benefícios Concedidos</i>	2.441.779.631,00	2.414.486.003,22	1,13%
<i>Benefícios a Conceder</i>	205.117.340,82	207.004.345,97	(0,91%)

A provisão matemática de benefícios a conceder reduziu enquanto a provisão matemática de benefícios concedidos aumentou, quando comparadas com as provisões matemáticas evoluídas, indicando que participantes ativos iniciaram o recebimento de benefício.

Os compromissos atuariais apurados na avaliação atuarial de 2016 variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

VIII – Plano de Custeio

Nos meses de janeiro a maio de 2017 deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio para 2016. No período de junho de 2017 a maio de 2018, deverão vigorar as taxas de custeio indicadas neste parecer.

As patrocinadoras, os participantes ativos e assistidos deverão efetuar as contribuições resultantes da aplicação das taxas indicadas nesse parecer sobre a folha de salário real de contribuição e folha de benefícios, respectivamente, conforme indicado abaixo:

■ Contribuições Normais dos Participantes Ativos e Patrocinadoras

Tabela 1 - Parcela do salário real de contribuição	Taxas
Até o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	8,16%
Entre o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	17,13%
Entre 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	24,48%
Acima de 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	29,60%

■ Contribuições Normais dos Participantes Assistidos

Tabela 2 - Parcela do complemento de aposentadoria	Taxas
Até ½ Teto de contribuição da Previdência Social	2,5%
Entre ½ Teto de contribuição da Previdência Social e 1 Teto de contribuição da Previdência Social	5,0%
Entre 1 Teto de contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	9,0%
Entre 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	15,0%
Acima de 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	19,0%

As contribuições normais dos assistidos tem o objetivo de custear as futuras pensões por morte, que são de sua exclusiva responsabilidade segundo o regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

Ressaltamos que as contribuições descritas na Tabela 2, que foram determinadas pelo atuário responsável pelo fechamento do exercício de 2013, serão analisadas ao longo de 2017 para verificar se o custeio vigente é suficiente para a correta capitalização da pensão por morte.

Além das contribuições normais definidas acima, deverão ser efetuadas as seguintes contribuições extraordinárias para amortização da Provisão Matemática a Constituir, a vigorar a partir de junho/2017.

A sobrecarga administrativa de 3% incide sobre as contribuições normais e extraordinárias do plano de custeio apresentado.

Tabela 3 - Contribuições Extraordinárias Mensais das Patrocinadoras	Valores Mensais em R\$	Valores Mensais em R\$ (incluindo a despesa administrativa)	Prazos em anos contados a partir de dezembro/2016
Serviço Passado - Eletrobras			
Artigo 61	1.933.848,52	1.991.863,98	3 anos
Artigo 61 Adicional 2013	1.335.974,16	1.376.053,41	12 anos e 11 meses
Artigo 61 Adicional 2015 ¹	1.070.328,03	1.102.437,88	14 anos e 11 meses
Deficit Equacionado 2011			
Patrocinadoras	394.043,49	405.864,80	3 anos
Deficit Equacionado Adicional 2013			
Patrocinadoras – referente aos assistidos	118.405,43	121.957,59	21 anos e 1 mês
Patrocinadoras – referente aos participantes ativos	180.500,02	185.915,02	6 anos e 4 meses
Deficit Equacionado Adicional 2015 ¹			
Patrocinadoras – referente aos assistidos	163.033,25	167.924,25	14 anos e 11 meses
Patrocinadoras – referente aos participantes ativos	44.520,28	45.855,89	14 anos e 11 meses

¹ As contribuições referentes ao deficit equacionado de 2015 entrarão em vigor em junho de 2017, conforme Parecer Atuarial do Plano de Equacionamento de 25 de abril de 2017.

Tabela 3 - Contribuições Extraordinárias Anuais dos Participantes Ativos e Assistidos	Valores Anuais em R\$	% da Folha	% da Folha (incluindo a despesa administrativa)	Prazos em anos contados a partir de dezembro/2016
Deficit Equacionado 2011				
Participantes ativos	1.337.225,64	3,97% ¹	4,09% ¹	3 anos
Assistidos – não amparados artigo 61	1.149.044,42	3,20% ²	3,30% ²	21 anos e 6 meses
Deficit Equacionado Adicional 2013				
Participantes ativos	1.615.007,11	4,79% ¹	4,93% ¹	6 anos e 4 meses
Assistidos – não amparados artigo 61	2.394.535,92	6,66% ²	6,86% ²	21 anos e 1 mês
Deficit Equacionado Adicional 2015				
Participantes ativos	819.642,55	2,67% ³	2,75% ³	14 anos e 11 meses
Assistidos – não amparados artigo 61	3.001.534,84	5,16% ⁴	5,31% ⁴	14 anos e 11 meses

¹ Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13º) dos participantes ativos em 2016: R\$333.682.501

² Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2016 não amparados pelo artigo 61 (não considerando os pensionistas): R\$35.940.263

³ Percentual apurado com base na folha de salários (incluindo 13º) dos participantes ativos em 2015, conforme Parecer de Equacionamento do Deficit de 2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo: R\$30.703.207

⁴ Percentual apurado com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2015 não amparados pelo artigo 61 (considerando os BPD e pensionistas), conforme Parecer de Equacionamento do Deficit de 2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo: R\$58.222.274,78

Para determinação dos percentuais referentes a 2013 e 2015, considerou-se que a Eletrobras aprovará os Termos de Compromisso encaminhados em 2016 a SEST. Se eventualmente os termos de compromisso não forem aprovados, as taxas acima deverão ser revistas.

Contribuições Extraordinárias – Patrocinadoras

As contribuições extraordinárias referentes ao serviço passado – Artigo 61 são de responsabilidade da Eletrobras e representam os compromissos estabelecidos no artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás. Os prazos remanescentes de equacionamento em 31/12/2016 são de 3 anos para o deficit apurado em 2011, 12 anos e 11 meses para o deficit apurado em 2013 e de 14 anos e 11 meses para o deficit apurado em 2015, conforme o Termo de Compromisso firmado entre a Eletrobras e a Eletros. As contribuições foram apuradas considerando esses prazos, e a taxa de juros de 5,65% a.a., e devem ser atualizadas mensalmente pela variação da URE da entidade.

As contribuições extraordinárias referentes ao deficit paritário de responsabilidade das patrocinadoras foram apuradas considerando os prazos remanescentes de equacionamento em 31/12/2016 de: 3 anos para o deficit de 2011; 21 anos e 1 mês para o deficit de 2013 referente aos assistidos não amparados pelo artigo 61; 6 anos e 4 meses para o deficit de 2013 referente aos ativos; e 14 anos e 11 meses para o deficit de 2015 referente aos assistidos não amparados e ativos, de acordo com os Termos de Compromisso encaminhados em 2016 à SEST.

Os valores apresentados na Tabela 3 referentes às contribuições da patrocinadora deverão ser atualizados mensalmente pela variação da URE.

Adicionalmente a patrocinadora deverá efetuar contribuições referentes ao Serviço Passado – Atividade Especial na forma acordada entre patrocinadora e entidade.

Contribuições Extraordinárias – Participantes Ativos

O prazo remanescente de amortização do deficit equacionado de 2011 de responsabilidade dos participantes ativos é de 3 anos em 31/12/2016, conforme determinado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, resultando na contribuição de 3,97% do salário real de contribuição, apurada com base na taxa de juros de 5,65% a.a.

O deficit equacionado adicional de 2013, atribuível aos participantes ativos será equacionado pelo prazo remanescente de 6 anos e 4 meses, contados a partir de 31/12/2016, que correspondia ao tempo de serviço futuro dos participantes ativos ponderado pelo benefício apurado em 31/12/2013. O participante ativo deverá contribuir com o resultado obtido com a aplicação de 4,79% sobre o respectivo salário real de contribuição.

O deficit equacionado adicional de 2015, atribuível aos participantes ativos será equacionado pelo prazo remanescente de 14 anos e 11 meses, contados a partir de 31/12/2016, que correspondia ao prazo de 1,5 vezes a duration do plano em 31/12/2015, conforme legislação vigente na época. O participante ativo deverá contribuir com o resultado obtido com a aplicação de 2,75% sobre o respectivo salário real de contribuição.

Contribuições Extraordinárias – Participantes Assistidos

O prazo remanescente de amortização do deficit equacionado de 2011 de responsabilidade dos assistidos é de 21 anos e 6 meses, contados a partir de 31/12/2016, que correspondia à expectativa de vida ponderada pelo benefício dos participantes assistidos não amparados pelo artigo 61, apurado em 31/12/2014, resultando na contribuição de 3,20% do benefício de complementação.

O deficit equacionado adicional de 2013, atribuível aos assistidos não amparados pelo artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, será equacionado pelo prazo remanescente de 21 anos e 1 mês, contados a partir de 31/12/2016, que correspondia à expectativa de vida ponderada pelo benefício dos participantes assistidos não amparados pelo artigo 61, apurado em 31/12/2013 e corresponde a 6,66% da folha de benefícios dos assistidos não amparados pelo artigo 61, não considerando os pensionistas, conforme estabelecido em anos anteriores.

O deficit equacionado adicional de 2015, atribuível aos assistidos não amparados pelo artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, será equacionado pelo prazo remanescente de 14 anos e 11 meses, contados a partir de 31/12/2016, que correspondia ao prazo de 1,5 vezes a duration do plano em 31/12/2015 e corresponde a 5,31% da folha de benefícios dos aposentados e pensionistas não amparados pelo artigo 61 do regulamento e dos participantes aguardando o benefício proporcional diferido, conforme Parecer Atuarial do Plano de Equacionamento de 25 de abril de 2017.

Autopatrocínados

O participante autopatrocinado assume, além da sua contribuição, a contribuição previdenciária, a sobrecarga administrativa e outros encargos, porventura atribuídos à patrocinadora.

Adicionalmente, o autopatrocinado deve contribuir com as contribuições relativas ao deficit equacionado das patrocinadoras, que correspondem a 9,11% sobre o respectivo salário real de contribuição.

A sobrecarga administrativa de 3% incidirá sobre as contribuições normais e extraordinárias do plano de custeio apresentado.

Apresentamos na Tabela 4 a seguir, o comparativo dos percentuais indicados para 2016 com os que deverão ser praticados em 2017, referentes ao custo normal e extraordinário, com exceção do serviço passado do artigo 61, incluindo as contribuições para despesa administrativa:

Participantes aguardando o Benefício Proporcional Diferido

O participante aguardando o benefício proporcional diferido assume a contribuição extraordinária e a sobrecarga administrativa referente ao deficit equacionado de 2015, correspondente a 5,87% do benefício projetado.

Tabela 4 - Taxas de Contribuição em % da folha de participação/ benefício	Novo Plano de Custeio	Plano de Custeio Anterior
<i>Patrocinadoras</i>		
Normal	14,04% ¹	13,38%
Deficit Equacionado 2011	14,46% ¹	21,98%
Deficit Equacionado 2013	10,96% ¹	16,59%
Deficit Equacionado 2015	8,36% ²	-
Contribuição Total das Patrocinadoras	47,82%	51,95%
<i>Participantes Ativos</i>		
Normal	14,04% ¹	13,38%
Deficit Equacionado 2011	4,09% ¹	6,99%
Deficit Equacionado 2013	4,93% ¹	8,66%
Deficit Equacionado 2015	2,75% ²	-
Contribuição Total dos Participantes Ativos	25,81%	29,03%
<i>Participantes Assistidos</i>		
Normal	8,26% ³	7,61%
Deficit Equacionado 2011	3,30% ⁴	3,03%
Deficit Equacionado 2013	6,86% ⁴	6,37%
Deficit Equacionado 2015	5,31% ⁵	-
Contribuição Total dos Participantes Assistidos	23,73%	17,01%

¹ Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13º) dos participantes ativos em 2016: R\$33.682.501

² Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13º) dos participantes ativos em 2015, conforme Parecer de Equacionamento do Deficit de 2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo: R\$30.703.207

³ Percentual apurado com base folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos (não considerando os pensionistas): R\$183.412.037

⁴ Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2016 não amparados pelo artigo 61 (não considerando os pensionistas): R\$35.940.263

⁵ Percentual apurado com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2015 não amparados pelo artigo 61 (considerando os pensionistas e BPD), conforme Parecer de Equacionamento do Deficit de 2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo: R\$58.222.274,78

IX – Conclusão

A redução do deficit técnico em 2016 quando comparado ao deficit tecnico de 31/12/2015 de R\$171.026.613,84 após o equacionamento de R\$ 171.481.171,63, decorre principalmente das oscilações favoráveis do patrimônio.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, administrado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, informamos que o plano apresentou um Deficit Técnico Acumulado no valor de R\$ 122.914.770,37, inferior ao limite de equacionamento definido no artigo 28 da Resolução CNPC no 22/2015. O equilíbrio do plano no longo prazo depende da realização das contribuições indicadas no plano de custeio apresentado nesse parecer e da revisão do custeio das pensões por morte que será realizada ao longo de 2017. É imprescindível a aprovação dos Termos de Compromisso em análise pela SEST para que fiquem canceladas as regras de equacionamento dos deficits atuais e de


eventuais supervenientes. Alterações nos citados termos deverão ser avaliadas e refletidas, se for o caso, no presente parecer.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Eletros em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2017


Natasha Leal Ayres
MIBA nº 930


Samantha Jimenez Redig
MIBA nº 2.120

6

Pareceres

Relatório Anual 2016



Parecer Atuarial por Plano
Plano CD ELETROBRÁS



**PARECER ATUARIAL DO PLANO CD ELETROBRÁS– 31/12/2016**

Plano CD ELETROBRÁS – CNPB: 2006.0015-74

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC n° 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2016.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2016, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:**- Benefícios a Conceder:**

Quantidade de Participantes Ativos:	1202
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 18.934.698,88
Idade Média (Anos):	46,00

Quantidade de Participantes Autopatrocinaos:	48
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 495.881,70
Idade Média (Anos):	47,00

Quantidade de Participantes em BPD (aguardando):	87
Idade Média (Anos):	46,00

- Benefícios Concedidos:

- BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO SALDADO	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	181
Idade Média dos Assistidos (Anos):	64,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 8.362,03

- CRÉDITO ADICIONAL POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 0,00



- CRÉDITO ADICIONAL POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	1
Idade Média dos Assistidos (Anos):	58,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 1.296.670,64

- RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	48
Idade Média dos Assistidos (Anos):	46,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 2.970,29

- RENDA MENSAL POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	2
Idade Média dos Assistidos (Anos):	55,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 3.548,23

- RENDA PROGRAMADA REVERSÍVEL EM RENDA VITALÍCIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	366
Idade Média dos Assistidos (Anos):	63,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 6.652,42

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Benefício proporcional diferido salgado	Capitalização	Agregado
Crédito adicional por invalidez	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal vitalícia de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda programada reversível em renda vitalícia	Capitalização	Capitalização financeira

Os benefícios vitalícios do Plano são avaliados pelo Método de Financiamento Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,65%
Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade	0,98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	85% casados e mulher 4 anos mais nova

A "Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas" é utilizada para cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder da "Parcela BPDS".

Os benefícios BPDS e Renda Vitalícia utilizam como Indexador para fins de reajuste o INPC, do IBGE, defasado em um mês.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (23,19%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,65% (12,60%). A rentabilidade da cota informada se refere ao perfil "CD Puro ELETROS" onde está alocada a maior parte do Patrimônio do Plano. O Patrimônio de Cobertura dos Benefícios Saldados é aplicado conforme previsto na política de investimento, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação. A rentabilidade desse Patrimônio foi de 23,26% e, também, superou a meta atuarial (12,60%). Para 2017, projetou-se INPC em 5,10%.

O resultado acumulado no ano de 2016 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa, Empréstimos, Investimentos Estruturados e Imóveis foram positivos em 34,80%, 23,00%, 16,43%, 12,26% e 4,09%, respectivamente (valores nominais referentes ao perfil "CD Puro ELETROS").

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e patrocinadores para o próximo exercício foram estimadas em 21,94% (10,97% para os participantes e 10,97% para as Patrocinadoras), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 21,62% (10,81% para os participantes e 10,81% para as Patrocinadoras). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsto no regulamento. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00%. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,50% ao ano. Não há sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.



Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 4% das contribuições básicas de participante e de patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Variação das provisões matemáticas:

O Patrimônio do Plano CD ELETROBRÁS é composto por 3 parcelas com características distintas, a saber:

- "Parcela BPDS": Parcela do patrimônio que faz jus ao compromisso do Plano com o grupo de Participantes que, durante o período de migração para este Plano, optaram pelo saldamento de seus benefícios, total ou parcialmente, no Plano de origem (Plano BD Eletrobrás) e migraram as respectivas reservas para este Plano. Essa Parcela contempla também os Participantes que entraram em gozo do benefício do BPDS após a migração;

- "Parcela CV": Parcela do patrimônio composta pelos Fundos Previdenciais acrescidos dos saldos individuais dos Participantes e Assistidos, com exceção de assistidos em gozo de renda mensal vitalícia;

- "Parcela Renda Vitalícia": Parcela do patrimônio que faz jus ao compromisso do Plano com o grupo de Assistidos que estão em gozo de renda mensal vitalícia.

A segregação virtual ocorre, pois, em caso de déficit em uma das parcelas, o possível custeio extraordinário estabelecido para equilíbrio atuarial deverá considerar as cláusulas específicas do Regulamento, os públicos envolvidos e os regimes financeiros e métodos atuariais específicos de cada uma das Parcelas.

A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano e à variação da cota no período.

Resultado apurado no exercício:

O resultado positivo no exercício relativo à "Parcela Renda Vitalícia" em 31/12/2016, no valor de R\$ 201.517,40 (I), ocorreu devido à existência de superávit no encerramento do exercício de 2015, sendo este majorado pelo fato da rentabilidade desta Parcela ter superado a meta atuarial no ano de 2016.

O resultado deficitário apurado na "Parcela BPDS" no encerramento do exercício de 2015 montava a quantia de R\$ 28.116.437,44. Em linha com a Resolução CNPC nº 22/2015, de 25 de novembro de 2015, apurou-se o Limite de Déficit Técnico Acumulado no valor de R\$ 21.691.443,19. Uma vez que o resultado deficitário superava o Limite de Déficit Técnico Acumulado, o Conselho Deliberativo da ELETROS aprovou em 19 de dezembro de 2016 o Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 da "Parcela BPDS" do Plano CD Eletrobrás para a dívida apurada em R\$ 6.424.994,25 no encerramento do exercício de 2015, cujo custeio passaria a vigorar a partir de fevereiro de 2017.

No entanto, o Art. 4º da Instrução PREVIC/DC nº 32 de 02/09/2016 estabelece a possibilidade de revisão do Plano de Custeio utilizando o equilíbrio técnico ajustado positivo, desde que justificada em parecer atuarial e aprovada pelas instâncias competentes da ELETROS.



Nesse sentido, foi elaborado o Parecer Atuarial DB/ACB 003/17, de 31/01/2017, apresentando o resultado do encerramento do exercício de 2016, considerando a apuração do equilíbrio técnico ajustado.

Na apuração do resultado preliminar do encerramento do exercício de 2016 identificou-se que o Déficit Técnico Acumulado, que montava R\$ 21.691.443,19 em 31/12/2015, passaria para R\$ 576.442,39 (II) em 31/12/2016. Tal fato deveu-se, fundamentalmente, a rentabilidade no período ter sido muito superior à meta atuarial (Meta atuarial do exercício de 2016 = 12,60% x Rentabilidade da Parcela BPDS do exercício de 2016 = 23,26%).

Em linha com o Art. 28-A da Resolução CGPC nº 26/2008, e utilizando a planilha disponibilizada pela PREVIC, através da Portaria nº 29, de 16 de janeiro de 2017, foi apurado o Ajuste de Precificação no valor de R\$ 11.008.582,29 (III).

Com isso, apurou-se um Equilíbrio Técnico Ajustado positivo preliminar no valor de R\$ 10.432.139,90 (III - II).

Uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado positivo preliminar em 31/12/2016 é superior ao valor do Déficit Técnico Acumulado preliminar (nessa data) acrescido das Provisões Matemáticas a Constituir referentes ao Déficit Equacionado no Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 – Parcela BPDS, que nessa mesma data montava em R\$ 7.289.561,28 (IV), foi possível a revisão do custeio extraordinário definido no Plano de Equacionamento em questão.

Dessa forma, em consonância com a Instrução PREVIC/DC nº 32, de 02/09/2016, ocorreu, no encerramento do exercício de 2016, a liquidação das Provisões Matemáticas a Constituir referentes ao Déficit Equacionado no Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 – Parcela BPDS – em 31/12/2016, bem como a extinção do custeio extraordinário que se iniciaria em fevereiro de 2017, resultando no Déficit Técnico Acumulado definitivo de R\$ 7.866.003,67 (V = II + IV) para a “Parcela BPDS” do Plano CD Eletrobrás e, conseqüentemente, na apuração de Equilíbrio Técnico Ajustado positivo definitivo de R\$ 3.142.578,62 (III - V) para esta Parcela em 31/12/2016.

Destacamos que o Equilíbrio Técnico negativo apurado no encerramento do exercício de 2016 no valor de R\$ 7.664.486,27 corresponde ao somatório dos Superávits / (Déficits) das Parcelas “BPDS” e “Renda Vitalícia” do Plano CD Eletrobrás (I e V).

Ressaltamos que, com exceção das Parcelas “BPDS” e “Renda Vitalícia”, as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte.

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não forem objeto de Resgate a partir de 1º de janeiro de 2017.



Destacamos que até o encerramento de 2016 tais recursos foram apropriados no Fundo de Riscos e utilizados na determinação do custeio dos benefícios não programáveis.

A utilização do Fundo de Reversão do Patrocinador deverá ser definida no plano de custeio anual, aprovada pelo Conselho Deliberativo e embasada no Parecer Atuarial da Demonstração Atuarial anual.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos crédito adicional por invalidez e crédito adicional por morte;
- Eventual resíduo do crédito adicional, na hipótese de cessação da percepção do Benefício de Renda por Invalidez;
- Saldo existente na Conta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD Eletrobrás que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Conclusão:

A "Parcela CV" encontra-se equilibrada, dependendo apenas do pagamento das contribuições para os benefícios não programáveis previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Já a "Parcela Renda Vitalícia" encerrou o exercício de 2016 com superávit de R\$ 201.517,40, enquanto a "Parcela BPDS" encerrou este mesmo exercício com Déficit Técnico Acumulado de 7.866.003,67, resultando no Equilíbrio Técnico negativo apurado no valor de R\$ 7.664.486,27 para o Plano CD Eletrobrás.

No entanto, tendo em vista a apuração de Ajuste de Precificação positivo, posicionado em 31/12/2016, no valor de R\$ R\$ 11.008.582,29, foi apurado (nessa data) Equilíbrio Técnico Ajustado positivo. Dessa forma, é possível afirmar que o Déficit Técnico Acumulado apresentado no exercício de 2016 é conjuntural, haja vista o Ajuste de Precificação, e tenderá a ser revertido no longo prazo, sem a necessidade de contribuições extraordinárias para o montante em questão. Caso isso não ocorra, caberá a esta Entidade realizar novo equacionamento de déficit.

Atenciosamente,

Bruno Sardinha Lopes
Especialista atuarial

6

Pareceres

Relatório Anual 2016



Parecer Atuarial por Plano
Plano CV ONS



PARECER ATUARIAL DO PLANO CV ONS – 31/12/2016

Plano CV ONS – CNPB: 2000.0056-83

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC n° 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC n° 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2016.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2016, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:**- Benefícios a Conceder:**

Quantidade de Participantes Ativos:	830
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 15.312.019,89
Idade Média (Anos):	45,00

Quantidade de Participantes Autopatrocinaados:	57
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 482.557,33
Idade Média (Anos):	37,00

Quantidade de Participantes em BPD (aguardando):	85
Idade Média (Anos):	39,00

- Benefícios Concedidos:

- AUXÍLIO-DOENÇA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	18
Idade Média dos Assistidos (Anos):	47,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 9.660,53

- PECÚLIO POR INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 0,00





- PECÚLIO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	2
Idade Média dos Assistidos (Anos):	67,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 1.013.432,35

- RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	27
Idade Média dos Assistidos (Anos):	44,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 3.197,85

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	2
Idade Média dos Assistidos (Anos):	61,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 2.558,98

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	72
Idade Média dos Assistidos (Anos):	64,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 3.263,36

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

**Hipóteses atuariais:**

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,65%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (23,50%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,65% (12,60%). A rentabilidade da cota informada se refere ao perfil "ONS ELETROS", onde está alocada a maior parte do Patrimônio do Plano. Para 2017, projetou-se INPC em 5,10%.

O resultado acumulado no ano de 2016 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa e Empréstimos foram positivos em 34,80%, 23,00% e 15,63%, respectivamente (valores nominais referentes ao perfil "ONS ELETROS").

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes para o próximo exercício foram estimadas em 7,95%, enquanto no exercício anterior o percentual era de 8,04%. Já as Contribuições Previdenciárias Normais da Patrocinadora foram estimadas em 8,49% neste exercício, enquanto o percentual era de 8,78% no exercício anterior. Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos ou saídas de participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa equivale a 3,00% das contribuições normais de participante e Patrocinador, sendo tal valor de responsabilidade exclusiva do Patrocinador. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,50% ao ano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições extraordinárias.

Analisando os dispêndios anuais relativos ao pagamento dos benefícios de auxílio-doença nos últimos 5 anos, indicamos que é razoável o ajuste no custeio para cobertura desse risco de 0,50% para 0,30%, incidentes sobre o salário para fins de contribuição. Dessa forma, com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que os percentuais incidentes sobre o salário para fins de contribuição, a partir da vigência deste plano de custeio (abril de 2017), serão de 1,12% de responsabilidade da Patrocinadora (0,30% referente a auxílio-doença e 0,82% referente aos pecúlios) e 0,58% de responsabilidade do participante, em consonância com estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tais percentuais são reavaliados anualmente, podendo estes ser majorados, mantidos ou reduzidos, conforme resultados do estudo.



Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano e à variação da cota no período.

Resultado apurado no exercício:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2016 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

As alterações propostas no regulamento do Plano CD ONS, cujo nome foi alterado para Plano CV ONS, foram aprovadas pela PREVIC em 05 de outubro de 2016.

Apresentamos abaixo as principais alterações de cunho atuarial:

- Alteração da fórmula de cálculo da renda por prazo certo: a nova formulação apresenta a premissa de taxa de juros como variável em sua componente mensal a anual, garantindo que sejam cumpridas as obrigações da Fundação com seus assistidos;

- Permissividade para os participantes autopatrocinados receberem os benefícios não programáveis: o impacto de tal alteração foi considerado irrelevante, uma vez que o Plano possui um Fundo Previdencial suficiente para honrar tal compromisso e que os participantes irão efetuar contribuições para tais benefícios. Ressalta-se, ainda, que o custeio dos benefícios não programáveis é reavaliado anualmente;

- Possibilidade de determinação de percentual para pagamento de Renda Vitalícia: considerando que os benefícios serão calculados em função do percentual determinado, tal medida não acarreta em risco adicional ao Plano;

- Possibilidade de alteração anual do prazo de recebimento e do percentual alocado para renda vitalícia: Como os benefícios são recalculados anualmente, as alterações nos parâmetros impactarão diretamente no valor do benefício, de forma a garantir o cumprimento do compromisso da Fundação com seus assistidos.

Atestamos que as alterações regulamentares apresentadas estão de acordo com as melhores práticas atuariais e não acarretarão em custos adicionais para o Patrocinador, participantes e assistidos.

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate a partir de 05 de outubro de 2016. O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro.



Em consonância com a nota técnica vigente, o Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de Pecúlios e Complementação de Auxílio Doença ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desse risco, conforme o caso;
- Saldo existente na Conta Individual Global e na Subconta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CV ONS que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,

Bruno Sardinha Lopes
Especialista atuarial

6

Pareceres

Relatório Anual 2016



Parecer Atuarial por Plano
Plano CV EPE



PARECER ATUARIAL DO PLANO EPE – 31/12/2016

Plano EPE – CNPB: 2009.0029-38

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC n° 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC n° 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2016.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2016, dos participantes do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:**- Benefícios a Conceder:**

Quantidade de Participantes Ativos:	271
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 3.597.840,29
Idade Média (Anos):	40,00

Quantidade de Participantes Autopatrocínados:	30
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 432.416,43
Idade Média (Anos):	50,00

Quantidade de Participantes em BPD (aguardando):	28
Idade Média (Anos):	42,00

- Benefícios Concedidos:

- AUXÍLIO-DOENÇA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	12
Idade Média dos Assistidos (Anos):	42,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 5.533,33

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	13
Idade Média dos Assistidos (Anos):	67,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 3.240,15



**Adequação dos métodos de financiamento:**

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,65%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (24,06%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,65% (12,60%). Para 2017, projetou-se INPC em 5,10%.

O resultado acumulado no ano de 2016 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa e Empréstimos foram positivos em 34,80%, 23,00% e 15,08%, respectivamente (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinadora para o próximo exercício foram estimadas em 13,60% (6,80% para os participantes e 6,80% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 13,14% (6,57% para os participantes e 6,57% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa



incidente sobre as contribuições normais equivale a 4,00%. Adicionalmente, poderá incidir taxa de administração sobre o Patrimônio do Plano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 10,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Observamos que no exercício de 2016 houve um aumento significativo no número de benefícios de Auxílio Doença concedidos quando comparado a exercícios anteriores, comportado, até o momento, pelo Fundo de Riscos. Destacamos que, possivelmente, haverá necessidade de ajuste do custeio para cobertura dos benefícios não programáveis caso o número de benefícios de Auxílio Doença pagos ao longo de 2017 permaneça nos patamares observados nesta avaliação atuarial.

Há previsão de que no ano de 2017 será permitida aos participantes e assistidos a escolha de perfis de investimentos. Para aqueles que optarem por migrar do perfil "EPE ELETROS" para qualquer um dos demais perfis que forem criados, a sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais poderá ser revista, bem como a incidência de taxa de administração sobre os investimentos.

Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano e à variação da cota no período.

Resultado apurado no exercício:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2016 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Crédito Adicional por Invalidez, Crédito Adicional por Morte, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate.
- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou redução da contribuição de responsabilidade do Patrocinador.



O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CV EPE que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Destacamos que até o encerramento do exercício de 2016, valores remanescentes da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate foram contabilizados em Fundo Previdencial único que contemplava, também, os recursos recebidos para pagamento de benefícios não programáveis. Dessa forma, ao longo do ano de 2017, esta Entidade irá realizar a segregação dos valores entre os Fundos supracitados.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,

Bruno Sardinha Lopes
Especialista atuarial

6

Pareceres

Relatório Anual 2016



Parecer Atuarial por Plano
Plano CD CERON



PARECER ATUARIAL DO PLANO CD CERON – 31/12/2016

Plano CD CERON – CNPB: 2011.0015-11

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC n° 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC n° 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2016.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2016, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:**- Benefícios a Conceder:**

Quantidade de Participantes Ativos:	542
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 5.586.773,97
Idade Média (Anos):	47,00

Quantidade de Participantes Autopatrocinados:	10
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 81.254,71
Idade Média (Anos):	46,00

Quantidade de Participantes em BPD (aguardando):	24
Idade Média (Anos):	50,00

- Benefícios Concedidos:

- RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	11
Idade Média dos Assistidos (Anos):	35,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 504,50

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	1
Idade Média dos Assistidos (Anos):	67,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 3.678,10





- PECÚLIO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	1
Idade Média dos Assistidos (Anos):	58,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 52.553,60

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	7
Idade Média dos Assistidos (Anos):	61,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 1.455,04

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal diferida decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	4,80%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (22,69%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 4,80% (11,70%). Para 2017, projetou-se INPC em 5,10%.



O resultado acumulado no ano de 2016 nos segmentos de Renda Variável e Renda Fixa foram positivos em 34,80% e 23,01%, respectivamente (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinador para o próximo exercício foram estimadas em 15,60% (7,80% para os participantes e 7,80% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 15,22% (7,61% para os participantes e 7,61% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00%. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,80% ao ano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 11,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

O Regulamento deste Plano prevê, em seu Art. 47, a determinação em Plano de Custeio, pelo atuário responsável pelo Plano, de um limite mínimo de valor de benefício a ser pago aos assistidos, nos casos de benefícios de prestação mensal continuada. Estabelecemos o valor de R\$ 269,39 como limite mínimo durante a vigência deste plano de custeio.

Varição das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano e à variação da cota no período.

Resultado apurado no exercício:

Em função de sua modalidade, não haverá resultado positivo ou negativo neste Plano.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate.

- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.



O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou redução da contribuição de responsabilidade do Patrocinador.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD Ceron que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Destacamos que até o encerramento do exercício de 2016, valores remanescentes da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate foram contabilizados em Fundo Previdencial único que contemplava, também, os recursos recebidos para pagamento de benefícios não programáveis. Dessa forma, ao longo do ano de 2017, esta Entidade irá realizar a segregação dos valores entre os Fundos supracitados.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,

Bruno Sardinha Lopes

Especialista atuarial

7

Despesas

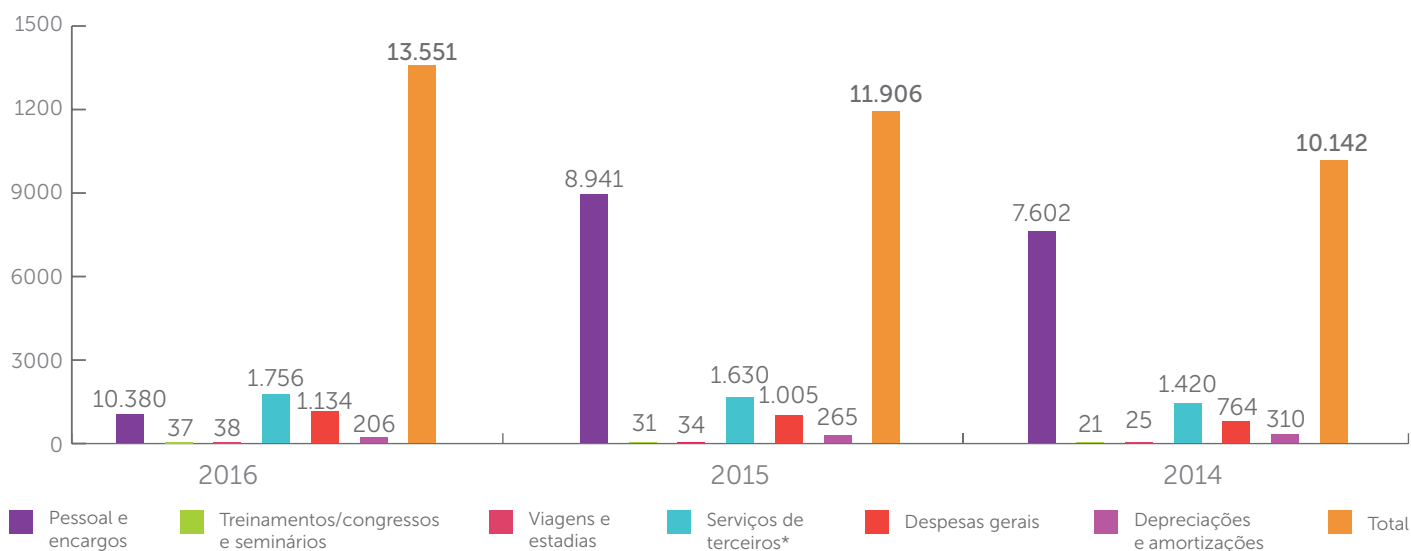


CUSTOS ASSOCIADOS À GESTÃO DE INVESTIMENTO

DESPESAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

DESPESAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS	TOTAL	FUNDOS RF	FUNDOS RV	CARTEIRA PRÓPRIA	ESTRUTURADO
Controladoria	33	24	4	6	0
Gestão	1.107	155	871	54	28
Custódia	351	94	16	238	3
Performance	758	0	758	0	0
Administrador	7	0	0	0	7
IOF	0	0	0	0	0
CVM	184	135	48	0	1
CETIP	281	103	51	125	2
CBLC	13	0	3	10	0
SELIC	72	22	3	47	0
ANBIMA	21	15	6	0	0
Taxa de Bolsa	742	0	329	412	0
Cartório	4	1	2	0	0
Auditoria	41	17	22	0	2
Tx de Permanência	0	0	0	0	0
Outros	3	0	1	1	1
TOTAL	3.618	566	2.115	892	45

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE INVESTIMENTOS (R\$)



* Inclui Consultorias Avaliação e Reavaliação de Imóveis e Consultoria e Análise de Riscos nos Investimentos.



Eletros-Saúde



APRESENTAÇÃO

O ano de 2016 foi especialmente difícil para o mercado de saúde suplementar. Apenas neste ano, o setor perdeu 1,47 milhão de beneficiários, no segundo ano consecutivo de retração. O movimento é reflexo da prolongada crise econômica brasileira e do aumento do desemprego, que superou a casa de 12 milhões de pessoas procurando trabalho. Em 2016, o Brasil fechou 1,32 milhão de empregos formais. Muitos dos desempregados perderam o plano de saúde corporativo e entraram na lista de pessoas que deixaram de ser beneficiárias de planos de saúde privados.

Já o Eletros-Saúde acumulou ao longo de 2016 uma perda de cerca de 2% do número de vidas, sendo a maior concentração deste contingente no plano de Assistidos. A queda do número de vidas impacta diretamente no custo do plano, portanto reforçamos a importância de nossos beneficiários titulares oferecerem e indicarem seus parentes para o Plano Eletros-Saúde Família. Esta é a única forma de oxigenarmos nossa carteira de clientes, visto que pela característica das autogestões (vinculadas a Fundos de Pensão) que determina que apenas beneficiários de planos de previdência e seus familiares podem aderir ao plano de saúde.

Mesmo com a queda de usuários, o ano de 2016 apresentou um crescimento de receita de cerca de 10,65%, motivado pelos reajustes de mensalidades, calculado para garantir as despesas assistenciais, visando a cobertura da inflação médica, o envelhecimento da carteira e a variação do número de vidas da operadora. Os reajustes aplicados a partir de janeiro de 2016 para os planos de pré-pagamento foram de 14,35% para Assistidos, 9,85% Família e 12,1% para Fundação, todos abaixo do índice Variação do Custo Médico-Hospitalar (VCMH), calculado pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), em 19%.

Desde 2013, o VCMH/IESS registra fechamento anual superior a 15% ao ano. Em 2016, o indicador oscilou no patamar de 18% a 19,7% e não foi registrado nenhum sinal do mercado que aponte para a queda desses

percentuais - o que é extremamente preocupante e coloca em risco o sistema de saúde suplementar.

Alguns fatores, como a Judicialização da saúde, novas tecnologias e coberturas impostas pela ANS contribuem para o VCMH permanecer tão elevado por tanto tempo. A principal delas, no entanto, é o sistema de pagamento das operadoras aos prestadores de serviços de saúde no Brasil, que se assemelha a um 'cheque em branco'. A chamada 'conta aberta', ou fee-for-service, que absorve todos os custos, inclusive desperdícios e falhas assistenciais, como reinternações, por exemplo. Todos os insumos são adicionados à conta hospitalar e, dessa forma, os prestadores buscam o máximo consumo possível com o objetivo de obter a máxima remuneração. Um desincentivo total à eficiência.

Por este motivo, sempre reforçamos a importância da parceria de nossos beneficiários com a utilização consciente do Plano, com conferência do seu extrato de utilização disponível no Portal do Eletros-Saúde, a fim de aferir que o que está sendo cobrado, de fato, refere-se aos procedimentos realizados. Lembre-se que você também é responsável pelo equilíbrio financeiro do seu plano de saúde.

Em função da elevada sinistralidade apurada em 2016 e a fim de evitar aumentos de mensalidades muito acima da inflação, no fim do ano foi aprovado pela Diretoria Executiva da ELETROS e pelo Conselho Deliberativo da ELETROS o descredenciamento do Hospital Pró-Cardíaco, para os planos de pré-pagamento. O Hospital Pró-Cardíaco foi a unidade com maior custo da rede do Eletros-Saúde, mesmo com uma baixa utilização – apenas nove usuários utilizaram o hospital em 2016, sendo que dois eventos impactaram significativamente o resultado financeiro do ano no plano para Assistidos. A redução de redes hospitalares de alto custo tem sido uma tendência entre as autogestões, a fim de mitigar o risco assistencial, na tentativa de preservar futuros reajustes de mensalidades menos onerosos aos usuários.

Outra medida importante aprovada no fim de 2016 foi o lançamento de um plano básico para os

aposentados, o Eletros-Saúde Assistidos Essencial – cuja cobertura atende ao rol mínimo exigido pela ANS, com uma rede hospitalar de qualidade, porém sem a participação de redes de alto custo, cujo diferencial está mais relacionado à hotelaria do que ao atendimento hospitalar, em si.

Ao longo do ano, foram realizadas diversas outras ações a fim de otimizar recursos, garantir uma melhor gestão e ampliar o atendimento de nossos usuários. Exemplos são as parcerias firmadas com a Gama Saúde, que passou a ser responsável pelo convênio de reciprocidade do Eletros-Saúde e também a parceria com a ePharma, para atendimento do convênio farmácia. O novo convênio, que entrou em vigor em 21 de março de 2016, permite que o usuário tenha acesso a quase **duas mil farmácias em todo o território nacional**. O objetivo de ambas as parcerias é melhorar a qualidade de atendimento e garantir mais benefícios e comodidades aos usuários dos Planos Eletros-Saúde.

Outros projetos também ganharam destaque no decorrer do ano. O maior exemplo que podemos citar é o novo Portal do Eletros-Saúde, que agora traz uma gama de novidades pensadas estrategicamente para facilitar a navegação dos usuários. Por exemplo, o conteúdo está exposto de forma mais intuitiva e segmentado por públicos de interesse. Além disso, as características detalhadas de cada plano estão disponíveis de forma mais acessível. Anteriormente, essas informações estavam disponíveis apenas nos respectivos regulamentos.

A maior novidade é a Área do Beneficiário – um espaço onde os nossos beneficiários poderão realizar uma série de autosserviços, otimizando alguns processos e até evitando o deslocamento até a nossa Central de Atendimento. O reembolso online é o principal serviço disponibilizado e contou com uma grande adesão e objeto de enorme satisfação de nosso público.

Por falar em satisfação, no final de 2016 foi realizada uma pesquisa, cujo objetivo era identificar a percepção de nossos usuários com relação aos serviços prestados e investir esforços nos pontos de melhoria identificados. E o resultado da pesquisa não poderia ser melhor! Considerando uma escala de 1 (muito insatisfeito) a 5 (muito satisfeito), apenas 4% dos usuários entrevistados apontou um grau de insatisfação em sua avaliação geral do Eletros-Saúde. O que significa que 96% dos beneficiários está satisfeito com os serviços oferecidos, o que é motivo de muito orgulho para nós.

O resultado positivo também foi aferido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Por mais um ano, o Eletros-Saúde ficou classificado na faixa máxima de desempenho das operadoras, de acordo com o Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS).

O Eletros-Saúde obteve a nota **0,8901** numa escala que vai de 0,0 a 1,0 ponto e ficou classificado entre os melhores planos do Brasil, a frente das principais referências de mercado, como Bradesco Saúde, Sulamérica, Amil e CASSI. O Eletros-Saúde também foi reconhecido como sendo o melhor entre os planos do setor elétrico, superando planos como Cemig Saúde, Elosaúde, Fachesf, Funcesp, E-vida, entre outros.

Este resultado, somado ao índice obtido no Monitoramento Assistencial das Operadoras – outra avaliação da ANS, onde o nosso plano mantém o “status verde”, demonstra que nossos esforços em busca da excelência na prestação dos serviços e da satisfação dos usuários têm nos direcionado ao caminho certo!

Ser reconhecido pelo órgão regulador como uma operadora de ponta e, principalmente, por você, usuário, muito nos orgulha, principalmente se observarmos as características e limitações do mercado de autogestão, em especial às operadoras de pequeno porte, como o Eletros-Saúde.

Seguiremos buscando, em 2017, soluções gerenciais e técnicas para aprimoramento do plano, com a certeza de que nossos usuários desfrutem de atendimento assistencial de excelente qualidade.

Agradecemos pela sua confiança!

Rogério Braz

Superintendente do Eletros-Saúde



ELETROS-SAÚDE EM NÚMEROS

1. NÚMERO DE USUÁRIOS EM 2016

	1.1 Eletrobras	3.216
	1.2 Cepel	1.444
	1.3 Fundação	274
	1.4 Vinculados/Família	823
	1.5 Assistidos	1.794
	TOTAL DE VIDAS	7.551

ELETROBRAS E CEPEL
ELETROBRAS

FAIXA ETÁRIA	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL
00 a 18 anos	281	292	573
19 a 23 anos	90	77	167
24 a 28 anos	29	31	60
29 a 33 anos	71	46	117
34 a 38 anos	178	175	353
39 a 43 anos	143	125	268
44 a 48 anos	118	98	216
49 a 53 anos	148	120	268
54 a 58 anos	184	165	349
59 a 110 anos	428	417	845
TOTAL	1.670	1.546	3.216

CEPEL

FAIXA ETÁRIA	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL
00 a 18 anos	122	113	235
19 a 23 anos	43	47	90
24 a 28 anos	26	33	59
29 a 33 anos	33	23	56
34 a 38 anos	31	34	65
39 a 43 anos	47	29	76
44 a 48 anos	55	41	96
49 a 53 anos	91	61	152
54 a 58 anos	96	95	191
59 a 110 anos	205	219	424
TOTAL	749	695	1.444

FUNDAÇÃO E VINCULADOS/FAMÍLIA
FUNDAÇÃO

FAIXA ETÁRIA	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL
00 a 18 anos	31	33	64
19 a 23 anos	11	9	20
24 a 28 anos	5	5	10
29 a 33 anos	10	11	21
34 a 38 anos	18	14	32
39 a 43 anos	18	13	31
44 a 48 anos	14	10	24
49 a 53 anos	15	16	31
54 a 58 anos	20	12	32
59 a 110 anos	1	8	9
TOTAL	143	131	274

FAMÍLIA

FAIXA ETÁRIA	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL
00 a 18 anos	66	56	122
19 a 23 anos	8	6	14
24 a 28 anos	81	73	154
29 a 33 anos	65	69	134
34 a 38 anos	83	75	158
39 a 43 anos	69	48	117
44 a 48 anos	35	36	71
49 a 53 anos	21	10	31
54 a 58 anos	3	1	4
59 a 110 anos	14	4	18
TOTAL	445	378	823

ASSISTIDOS E REDE CREDENCIADA
ASSISTIDOS

FAIXA ETÁRIA	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL
00 a 18 anos	13	19	32
19 a 23 anos	13	21	34
24 a 28 anos	8	13	21
29 a 33 anos	1	1	2
34 a 38 anos	4	2	6
39 a 43 anos	4	3	7
44 a 48 anos	7	3	10
49 a 53 anos	22	2	24
54 a 58 anos	48	18	66
59 a 110 anos	877	715	1.592
TOTAL	997	797	1.794

2. INDICADORES DE UTILIZAÇÃO - CONSULTAS,
EXAMES, INTERNAÇÕES
CONSULTAS POR BENEFICIÁRIO

Média de 5,92 consultas por usuário em 2016

EXAMES POR BENEFICIÁRIO



Média de 37,83 exames por usuário em 2016

*Exames como hemogramas, por exemplo, consideram cada item a ser medido como um exame por usuário em 2016.

INTERNAÇÃO



ASSISTIDOS: 16,19% de usuários deste grupo se internaram ao longo de 2016 e foram responsáveis por 70,61% do custo assistencial do plano no período.






VINCULADOS/FAMÍLIA: 6,72% de usuários deste grupo se internaram ao longo de 2016 e foram responsáveis por 66,24% do custo assistencial do plano no período.



FUNDAÇÃO: 4,84% de usuários deste grupo se internaram ao longo de 2016 e foram responsáveis por 31,6% do custo assistencial do plano no período.



	DESPESAS ASSISTENCIAIS	TAXAS DE UTILIZAÇÃO	SINISTRALIDADE APURADA
 Assistidos	R\$ 27.332.133	90,66%	92%
 Vinculados/ Família	R\$ 3.206.931	87,37%	52%
 Fundação	R\$ 1.212.003	91,29%	60%

3. NÚMERO DE ATENDIMENTOS

 atendimentos Telefônicos	19.047
 atendimentos Presenciais	13.308
 atendimentos por e-mail	371
 atendimentos por correio	7.552
TOTAL DE ATENDIMENTOS	40.278

4. QUALIDADE - MONITORAMENTO ASSISTENCIAL À SAÚDE (ANS)

O Eletros-Saúde permanece muito bem avaliado pela Agência Nacional de Saúde (ANS), nos acompanhamentos realizados pela agência no período, tendo mantido o selo verde de certificação, o que mantém o Eletros-Saúde entre as melhores operadoras do País. O Eletros-Saúde obteve a nota **0,8901** numa escala que vai de 0,0 a 1,0 ponto.

RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE OS CONTROLES INTERNOS

Aos Conselheiros e Diretores da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS - Gestão Assistencial

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social

- ELETROS ("Entidade" ou "Eletros-Saúde") em 31 de dezembro de 2016, conduzindo nossos trabalhos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e emitimos nosso relatório de auditoria sobre essas demonstrações contábeis em 7 de abril de 2017, sem ressalvas.

Em nosso exame, selecionamos procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e informações apresentadas nas demonstrações contábeis. Dentre esses procedimentos, obtivemos entendimento da entidade e do seu ambiente, o que inclui o controle interno da Entidade, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Conforme descrito na NBC TA 200, devido às limitações inerentes da auditoria, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis podem não ser detectadas, apesar de a auditoria ser devidamente planejada e realizada de acordo com as normas de auditoria (NBC TA 200, item 51). Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, com o objetivo de planejar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Assim, não expressamos uma opinião ou conclusão sobre os controles internos da Entidade.

A administração do Eletros-Saúde é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. No

cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

A definição de "Controle interno", no contexto das normas de auditoria, significa o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. Uma deficiência de controle interno existe quando (i) o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis; ou (ii) falta um controle necessário para prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis.

Como resultado dos nossos procedimentos, foram identificadas deficiências de controle interno descritas na parte A e B deste relatório. As recomendamos e observações apresentadas têm por finalidade contribuir para aperfeiçoar os controles internos e os procedimentos contábeis do Eletros-Saúde, e foram previamente discutidas com a administração.

Este relatório está dividido em duas partes como segue:

- Parte A - Novas recomendações; e
- Parte B - Recomendações originárias de auditorias/ revisões passadas, ainda não solucionadas.

Cada parte está dividida nas seguintes seções:

- I. Recomendações para atenção do Conselho Fiscal*
- II. Outras recomendações para melhoria dos controles internos e dos procedimentos contábeis (deficiências não significativas); e*
- III. Descumprimento de normas internas ou regulamentares*

As deficiências de controles internos reportadas neste relatório estão acompanhadas dos comentários da administração como resposta às nossas observações sobre procedimentos contábeis e de controles internos, tais comentários não foram sujeitos a procedimentos

adicionais de auditoria e, conseqüentemente, não expressamos opinião ou qualquer outra forma de assegu-
ração sobre tais comentários.

Este relatório destina-se exclusivamente para informação e uso da administração e para atendimento aos requisitos das normas existentes emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e não foi preparado para ser utilizado ou apresentado a terceiros fora da organização.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos julgados necessários e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel Contador
CRC RJ-087339/O-4

PARTE A - NOVAS RECOMENDAÇÕES

I. RECOMENDAÇÕES PARA ATENÇÃO DOS CONSELHOS FISCAL E DELIBERATIVO (DEFICIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS)

Informamos que os nossos procedimentos de auditoria não identificaram deficiências ou ineficácias de controles significativas a serem reportadas aos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Não obstante, para fins de cumprimento de suas responsabilidades na Administração da Entidade, V.Sas. devem observar que podem existir deficiências ou ineficácias significativas nos controles internos, não endereçadas ou identificadas em nossos trabalhos.

II. OUTRAS RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIA DOS CONTROLES INTERNOS E DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS (DEFICIÊNCIAS NÃO SIGNIFICATIVAS)

1. CONSTITUIÇÃO DE PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA PARA AS PARCELAS NÃO RECEBIDAS A MAIS DE 60 DIAS NO SALDO DE CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA/PRÊMIOS A RECEBER SITUAÇÃO ENCONTRADA

O saldo apresentado na conta contábil de contraprestação pecuniária/prêmios a receber no montante de R\$ 219 mil em 31 de dezembro de 2016 possui em sua composição: (i) R\$ 96 mil de mensalidades a receber que estão vencidas há mais de 60 dias, e (ii) R\$ 88 mil, referente a recurso de glosa a serem reembolsados pelo prestador de serviços Rede D'or, vencidos há mais de 60 dias. Não identificamos constituição de provisão para redução a valor recuperável para tais valores, conforme determina a Resolução Normativa 290/12 e suas atualizações.

RECOMENDAÇÃO

Recomendamos que seja feito o provisionamento dos saldos vencidos há mais de 60 dias

POSSÍVEIS EFEITOS

Ativos superavaliados nas demonstrações contábeis e questionamento por parte do órgão regulador.

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO

Baixo

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A administração do Eletros-Saúde efetuará na competência de março/2017 o provisionamento dos saldos vencidos há mais de 60 dias, conforme determina a RN 290/12 da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

III. DESCUMPRIMENTO DE NORMAS INTERNAS OU REGULAMENTARES

Informamos que os nossos procedimentos de auditoria não identificaram descumprimento de normas internas ou regulamentares. Não obstante, para fins de cumprimento de suas responsabilidades na Administração da Entidade, V.Sas. devem observar que podem existir deficiências ou ineficácias 006Eos controles internos, que possam levar ao descumprimento de normas internas ou regulamentares, não endereçadas ou identificadas em nossos trabalhos.

PARTE B - RECOMENDAÇÕES ORIGINÁRIAS DE AUDITORIAS/REVISÕES PASSADAS, AINDA NÃO SOLUCIONADAS

I. RECOMENDAÇÕES PARA ATENÇÃO DOS CONSELHOS FISCAL E DELIBERATIVO (DEFICIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS)

Informamos que os nossos procedimentos de auditoria não identificaram deficiências ou ineficácias de controles significativas a serem reportadas aos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Não obstante, para fins de cumprimento de suas responsabilidades na Administração da Entidade, V.Sas. devem observar que podem existir deficiências ou ineficácias significativas nos controles internos, não endereçadas ou identificadas em nossos trabalhos.

II. OUTRAS RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIA DOS CONTROLES INTERNOS E DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS (DEFICIÊNCIAS NÃO SIGNIFICATIVAS)

1. INCLUSÃO DE INFORMAÇÕES NOS REGISTROS GERENCIAIS DE PROVISÕES DE EVENTOS E SINISTROS A LIQUIDAR REFERENTES ÀS DESPESAS ASSISTENCIAIS CONFORME REQUERIDO PELA ANS SITUAÇÃO ENCONTRADA

O registro auxiliar de Registro de Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados, nomeado "Relatório de Lotes Faturados por Período", não apresenta a informação sobre se o prestador de serviços à saúde é pessoa física ou jurídica.

RECOMENDAÇÃO

Recomendamos que o Eletros-Saúde envie esforços em adequar os seus registros auxiliares conforme o seu regulador requer para fins de atender a Instrução Normativa (IN) nº 45/2010 da ANS.

POSSÍVEIS EFEITOS

Questionamento por parte do órgão regulador.

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO

Baixo

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Eletros Saúde está avaliando junto à empresa que fornece o Sistema de Gestão de Saúde a customização do relatório para atender à exigência da ANS.

**2. REGISTRO GERENCIAL DE DESPESAS COM
EVENTOS/SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS
SITUAÇÃO ENCONTRADA**

O registro gerencial relativo às despesas com Eventos/Sinistros conhecidos ou avisados do Eletros-Saúde possui o total de R\$ 72.229 mil e o respectivo saldo contábil é de R\$ 72.520 mil, estando o contábil em R\$ 291 mil a maior. As divergências têm sido relatadas em nosso Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados, nos termos dos Anexos à IN no 45/2010 da ANS e ainda não foram solucionadas.

POSSÍVEIS EFEITOS

Possibilidade de apresentação inadequada dos valores apresentados nas demonstrações contábeis e de penalidades por parte da ANS, visto que o registro auxiliar não reflete o valor contabilizado.

RECOMENDAÇÕES

Preparar conciliação mensal entre os registros auxiliares requeridos pela ANS e os saldos contábeis.

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO

Baixo

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Eletros Saúde justifica que a divergência entre o Balancete Contábil e o Registro Auxiliar refere-se a uma impossibilidade operacional de processar o faturamento total da nota fiscal de um prestador de serviço no sistema de Gestão de saúde, ocorrido em março de 2016, pelo fato do pagamento ter sido parcelado.

**3. RECONHECIMENTO CONTÁBIL DAS DESPESAS COM
EVENTOS/SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS
SITUAÇÃO ENCONTRADA**

O registro contábil das despesas médico-hospitalares e odontológicas é realizado após a conferência da documentação recebida e pelo valor líquido de glosas. De acordo com a Resolução Normativa (RN) ANS nº 290/12 e suas atualizações, os eventos conhecidos ou avisados devem ser registrados pelo valor bruto no momento em que a Entidade toma conhecimento, sendo as eventuais glosas ou outros valores a serem ressarcidos registrados posteriormente. Identificamos, ainda assim, que há registros de glosas e coparticipações no balancete contábil que,

conforme informado pela Entidade, ocorre devido à identificação destes valores em um segundo momento relativo à liberação do pagamento, quando a documentação é novamente conferida.

POSSÍVEIS EFEITOS

Possibilidade de apresentação inadequada dos valores apresentados nas demonstrações contábeis e de penalidades por parte da ANS.

RECOMENDAÇÕES

Evitar esforços em atender aos requerimentos da ANS.

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO

Baixo

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Eletros Saúde justifica que a divergência entre o prazo de reconhecimento e a data do aviso é decorrente do prazo de análise da despesa como: conferência dos dados dos usuários, validação da natureza da despesa médica dentre outros procedimentos adotados. Estamos avaliando junto à empresa que fornece o Sistema de Gestão de Saúde a customização do processo para que possamos efetuar a contabilização de acordo com a exigência da ANS.

**4. FORMALIZAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DA
ENTIDADE**
SITUAÇÃO ENCONTRADA

Solicitamos ao Eletros Saúde documentos relacionados à descrição das rotinas, atividades e controles das áreas, conhecidos como procedimentos operacionais padrão. Fomos informados que o Plano de Saúde não possui esse tipo de documento para todos os seus controles internos e que estão em processo de formalização das suas atividades.

RECOMENDAÇÃO

Recomendamos que o Eletros Saúde invista nesse tipo de formalização, de forma que possa avaliar sua rotina e identificar pontos de melhoria, assim como compartilhar essas informações com os seus funcionários.

POSSÍVEIS EFEITOS

Ocorrer falhas nos controles internos por falta de conhecimento dos funcionários e/ou falha de material para consulta na execução do trabalho.

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO

Médio

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Eletros-Saúde informa que no exercício de 2016 foi iniciado o processo com mapeamento e formalização dos processos operacionais das áreas de Autorização Médica e Reembolso. Em 2017 daremos continuidade com as áreas de Cadastro e Cobrança, atendendo desta forma as recomendações da Auditoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos conselheiros e diretores da fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS - Rio de Janeiro - RJ

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS (Eletros-Saúde) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado, abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS (“Eletros-Saúde”) em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Eletros-Saúde de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Eletros-Saúde continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Eletros-Saúde ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Eletros-Saúde são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente

se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Eletros-Saúde.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Eletros-Saúde. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Eletros-Saúde a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

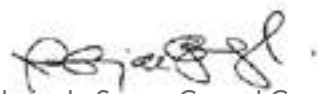
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Governança e com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel Contador

CRC RJ-087339/O-4

BALANÇO PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

ATIVO	NOTA	2016	2015
Ativo Circulante		19.961	19.587
Disponível	4	111	185
Numerários em Trânsito		-	52
Banco Conta Depósitos		111	133
Realizável		19.851	19.402
Aplicações Financeiras	5	17.044	16.010
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	5.1	5.919	5.215
Aplicações Não Vinculadas	5.2	11.125	10.795
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	1.320	1.500
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		1.292	1.348
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados		28	152
Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados	7	436	572
Bens e Títulos a Receber	8	1.051	1.320
Ativo Não Circulante		3.840	2.653
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	3.840	2.653
Total do Ativo		23.802	22.240

BALANÇO PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

PASSIVO	NOTA	2016	2015
Passivo Circulante		13.986	13.426
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	4.859	4.685
Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		-	64
Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		1.604	1.721
Provisões de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		3.255	2.900
Débitos com Operações de Assistência à Saúde	11	3.202	3.144
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		3.202	3.144
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	12	730	1.525
Provisões		4.203	3.332
Provisões para Ações Judiciais	15	4.203	3.332
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	407	231
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	544	471
Débitos Diversos		40	38
Passivo Não Circulante		3.031	3.331
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	3.031	3.331
Patrimônio Social	17	6.785	5.483
Patrimônio Social		1.849	1.849
Superávit Acumulado		4.936	3.634
Total do Passivo		23.802	22.240

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	2016	2015
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Planos Assistência à Saúde	<u>75.663</u>	<u>64.942</u>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	76.004	65.105
Contraprestações Líquidas	76.004	65.105
Tributos Diretos de Operações de Assistência à Saúde da Operadora	(341)	(163)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	<u>(70.349)</u>	<u>(53.989)</u>
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	(69.995)	(53.647)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência a Saúde Médico-Hospitalar	(66.511)	(50.456)
Eventos/Sinistros de Assistência Odontológica	(3.484)	(3.191)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	<u>(354)</u>	<u>(342)</u>
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	<u>5.314</u>	<u>10.953</u>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	4.339	5.257
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	812	488
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	556	245
Outras Receitas Operacionais	256	243
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	(637)	(31)
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	(1)	(6)
Provisão para Perdas Sobre Crédito	(636)	(25)
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde		
Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	<u>(86)</u>	<u>(1.863)</u>
Resultado Bruto	<u>9.742</u>	<u>14.804</u>
Despesas Administrativas	(10.276)	(8.893)
Resultado Financeiro	<u>1.836</u>	<u>1.173</u>
Receitas Financeiras	2.312	1.779
Despesas Financeiras	<u>(476)</u>	<u>(606)</u>
Superávit do Exercício	<u><u>1.302</u></u>	<u><u>7.084</u></u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	2016	2015
Superávit de Exercício	1.302	7.084
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	1.302	7.084

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVAS DE SUPERÁVIT	SUPERÁVIT/ DÉFICIT ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.849	-	(3.450)	(1.601)
Superávit do Exercício	-	-	7.084	7.084
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.849	-	3.634	5.483
Superávit do Exercício	-	-	1.302	1.302
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.849	-	4.936	6.785

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	2016	2015
Atividades Operacionais		
Recebimento de Planos de Saúde	79.711	67.194
Resgate de Aplicações Financeiras	74.684	57.847
Outros Recebimentos Operacionais	16.064	14.339
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(78.666)	(57.192)
Pagamento de Pessoal	(5.667)	(4.753)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(1.257)	(1.025)
Pagamento de Tributos	(4.305)	(3.413)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(98)	(84)
Pagamento de Aluguel	(392)	(1.113)
Aplicações Financeiras	(73.753)	(65.597)
Outros Pagamentos Operacionais	(5.645)	(5.769)
Caixa líquido gerado das nas atividades operacionais	676	434
Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos	(180)	(223)
Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos	(518)	(414)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(698)	(637)
Variação Líquida do Caixa	(22)	(203)
Saldo Inicial - caixa no Início do Exercício	133	336
Saldo Final - caixa no Final do Exercício	111	133
Ativos Livres no Início do Exercício	10.980	2.001
Ativos Livres no Final do Exercício	11.235	10.980
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras	255	8.979
Recursos Livres	255	8.979

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS ("Fundação" ou "ELETROS") é uma entidade fechada de previdência complementar e operadora de plano privado de assistência à saúde, sem fins lucrativos, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 31390-4, classificada como autogestão. A Eletros oferta e gerencia o programa de assistência à saúde e que tem por objeto a prestação continuada de serviços médico-hospitalares e odontológicos, destinados aos seus usuários.

Atualmente, a ELETROS possui registro de quatro produtos na ANS na modalidade de preço pré-estabelecido e de dois produtos da modalidade de preço pós estabelecido.

Modalidade preço pré-estabelecido

- Plano Eletros-Saúde - Assistidos;
- Plano Eletros-Saúde - Vinculados;
- Plano Eletros-Saúde - Família;
- Plano Eletros-Saúde - Fundação.

O plano Eletros-Saúde Assistidos é destinado aos assistidos e pensionistas dos planos de benefícios previdenciários da ELETROS, seus cônjuges ou companheiros e seus descendentes diretos até 1º grau, até 21 anos ou 25 anos, de acordo com os critérios estabelecidos em Regulamento. O Plano também é oferecido para os ex-empregados, ex-diretores e os exadministradores da ELETROS e das Patrocinadoras, desde que participantes previdenciários.

Os planos Eletros-Saúde Vinculados (fechado para novas adesões) e o Eletros-Saúde Família são destinados aos descendentes até 4º Grau dos titulares e cônjuges e colaterais até 2º Grau (irmãos e sobrinhos) dos planos Eletros-Saúde Assistidos, Fundação, Eletrobras e Cepel.

Os Planos Eletros-Saúde Assistidos, Eletros-Saúde Vinculados e Eletros-Saúde Família são custeados exclusivamente pelos seus usuários, através de contribuições mensais, pelos resultados dos investimentos de suas aplicações financeiras, por eventuais doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

O plano Eletros-Saúde Fundação é destinado aos

empregados da ELETROS, seus cônjuges ou companheiros e seus descendentes diretos até 1º grau, até 21 anos ou 25 anos, de acordo com os critérios estabelecidos em Regulamento. As contribuições mensais deste plano são repassadas integralmente pela ELETROS.

Modalidade preço pós-estabelecido

- Plano Eletros-Saúde - Eletrobras;
- Plano Eletros-Saúde - Cepel.

Esses produtos são oferecidos para os empregados e dependentes das Patrocinadoras Eletrobras e Cepel.

Em 31 de dezembro de 2016, os Plano Eletros-Saúde contavam com 5.757 participantes ativos (5.833 em dezembro de 2015) e 1.795 assistidos (1.861 em dezembro de 2015).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas alterações, normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em especial a Resolução Normativa nº 290/12, e alterações posteriores, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- A provisão de eventos a liquidar é reconhecida com base nos avisos informados pelos prestadores de serviços de assistência à saúde;
- A provisão para eventos ocorridos e não avisados é calculada baseada na metodologia estabelecida pelo órgão regulador.
- A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pelo Conselho Deliberativo em 7 de abril de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A Administração utiliza estimativas para mensuração de passivos cujos valores são baseados em premissas e hipóteses condizentes com as transações ou eventos incorridos ou a incorrer. As provisões técnicas são constituídas mediante cálculo definido pelo órgão regulador. As contingências passivas são mensuráveis de acordo com a classificação de probabilidade de perdas e critérios definidos para mensuração financeira.

3.3 Apuração do resultado

a. Receita

As contraprestações efetivas/prêmios ganhos devem ser apropriadas à receita no último dia do mês considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Quando ocorrer o recebimento de mensalidades, em antecipação ao período de cobertura do risco, esses valores devem ser registrados no Passivo Circulante em uma conta específica denominada Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios.

Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita deve ser registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

b. Custo

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão.

3.4 Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de

mudança de valor justo e são utilizados para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.5 Instrumentos Financeiros não derivativos

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, ativos financeiros registrados a valor justo ou mantidos até o vencimento, quando aplicável.

As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação e como mantidos até o vencimento, os empréstimos a pagar e recebíveis. Os destinados à negociação são avaliados a valor justo com seus efeitos reconhecidos no resultado.

A Fundação reconhece os empréstimos a pagar, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os empréstimos a pagar são mensurados pelo valor de custo amortizado. Os ativos financeiros não derivativos da Fundação compreendem: Disponível (Nota nº 4); Aplicações financeiras (Nota nº 5); Créditos recebíveis e Empréstimos e financiamentos a pagar (Nota nº 14).

3.6 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.7 Provisões técnicas

São calculadas com base em metodologia estabelecida pela Resolução Normativa ANS nº 209/09, exce-

tuando-se a provisão de eventos a liquidar, que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde, efetivamente recebidas pelas operadoras, conforme estabelecido pela ANS (Nota Explicativa nº 10).

3.8 Ativos e Passivos contingentes (Provisões)

(i). Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii). Passivos contingentes

São constituídos sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

(iii). Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3.9 Provisão para perda sobre créditos

A Entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 10.2.3.1 do anexo I da Resolução Normativa 290/12 e suas atualizações, que estabeleceu que os planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada.

4. DISPONÍVEL

Os saldos disponíveis abrangem saldos financeiros com realização em até três meses ou menos a partir da data da contratação ou aquisição. Tais saldos são sujeitos a um risco

insignificante de alteração no valor, são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo e estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e 2015, no valor de R\$ 111 (R\$ 185 em 2015), está representado por numerário mantido em conta corrente para pagamento de serviços de assistência à saúde e pelos valores para pagamento de despesas provisionadas.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se a aplicações em cotas de Fundos de Investimento, registradas pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e atualizadas em função do valor da cota de encerramento do balanço. A variação da diferença entre os valores das cotas e os de mercado é apropriada ao resultado.

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentam o montante de R\$ 17.044 e R\$ 16.010, respectivamente. E estão representadas por:

5.1 APLICAÇÕES VINCULADAS A PROVISÕES TÉCNICAS

São recursos aplicados em fundos de investimento aberto, junto ao Banco Bradesco S.A., classificados como de renda fixa, vinculados à garantia de cobertura de reservas e provisões técnicas (Nota Explicativa nº 10), cuja movimentação ocorre por aplicações e ou resgates realizados de acordo com as regras estabelecidas pela ANS e valorização ou desvalorização que ocorre de acordo com o valor de mercado dos fundos de investimento, tais recursos são adquiridos com o propósito de garantir as provisões técnicas.

A rentabilidade auferida em 2016 foi de 13,49% (12,84% em 2015).

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM:	
	2016	2015
Cotas de Fundo de Investimento	5.919	5.215
Total	5.919	5.215

5.2 APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS A PROVISÕES

Referem-se à aplicação em fundos de investimento, classificados como multimercado crédito privado, junto ao Banco Alfa (fundo exclusivo) e Banco do Brasil (fundo aberto), adquiridos com o propósito de ser ativa e frequentemente negociado.

A rentabilidade auferida pelo fundo do Banco Alfa em 2016 foi 14,06% (13,47% em 2015).

O valor está apresentado à valor justo reconhecido por preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, classificado no Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

DESCRIÇÃO	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	10.795	1.665
(+) Aplicações	73.777	67.416
(-) Resgates	(74.690)	(58.734)
(+) Rendimentos	1.243	448
Saldo em 31 de dezembro	<u>11.125</u>	<u>10.795</u>

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O saldo da rubrica Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde é composto como segue:

Descrição	EXERCÍCIO FINDO EM:	
	2016	2015
Contraprestação Pecuniária/ Prêmio a receber pré-estabelecido (6.1)	219	-
Contraprestação Pecuniária/ Prêmio a receber pós-estabelecido (6.2)	1.073	1.347
Participação dos beneficiários em Eventos/Sinistro Indenizados (6.3)	739	211
(-)Provisão para perdas sobre créditos (6.4)	(711)	(58)
Total	<u>1.320</u>	<u>1.500</u>

6.1 CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA / PRÊMIO A RECEBER PRÉ-ESTABELECIDO

Representam os recursos financeiros a receber pela contraprestação de serviços de assistência médico-hospitalar e odontológico com plano de assistência à saúde pré-estabelecido da ELETROS.

O saldo da rubrica Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde é composto como segue:

Descrição	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	-	-
(+) Prêmios emitidos	37.760	34.127
(-) Recebimentos	(37.541)	(34.127)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>219</u>	<u>-</u>

Descrição	2016	2015
À vencer	<u>1</u>	<u>-</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	15	-
De 31 à 60 dias	18	-
De 61 à 90 dias	9	-
De 91 à 120 dias	97	-
De 121 à 365 dias	64	-
Mais de 365 dias	15	-
Total vencidos	<u>218</u>	<u>-</u>
Total	<u>219</u>	<u>-</u>

6.2 CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA / PRÊMIO A RECEBER PÓS-ESTABELECIDO

Representam os recursos financeiros a receber pela contraprestação de serviços de assistência médico-hospitalar e odontológico com plano de assistência à saúde pós-estabelecido da ELETROBRÁS e CEPEL.

6.3 PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS EM EVENTOS INDENIZÁVEIS

Refere-se ao valor proveniente da coparticipação dos usuários em exames médicos ou odontológicos, tratamento seriados e próteses/órteses, de acordo com os percentuais estabelecidos na tabela geral de cobertura do Plano Eletros-Saúde. Parte significativa dos valores é descontada em folha de pagamento dos beneficiários o que reduz significativamente o risco de não realização.

6.4 PROVISÃO PARA PERDAS SOBRE CRÉDITOS

A ELETROS constituiu provisão para perdas sobre créditos provenientes da coparticipação dos usuários do plano Eletros-Saúde na modalidade de preço pré-estabelecido em exames médicos ou odontológicos que possuem pelo menos, uma parcela vencida há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito, conforme requerido no item 10.2.3.1 do anexo I da Resolução Normativa 290/12 e suas atualizações.

7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

DESCRIÇÃO	SALDO EM:	
	2016	2015
Taxa de Administração	36	47
Ressarcimento de Convênio de Reciprocidade	400	553
Provisão para Perdas sobre Créditos	-	(28)
Total	436	542

Refere-se ao Convênio de Reciprocidade firmado entre o Plano Eletros-Saúde com outras fundações e empresas do setor elétrico, com o objetivo de atender a seus usuários dando assistência médico-hospitalar. Os valores são faturados através de boletos enviados às empresas conveniadas, acrescidos da taxa de administração, que realizam o pagamento até a data de vencimento informada. A Fundação não possui histórico de perdas nessa operação.

8. BENS E TÍTULOS A RECEBER

O saldo desta rubrica refere-se basicamente ao valor do fundo rotativo do CEPEL e do valor do ressarcimento de despesas administrativas dos convênios firmados com a ELETROBRÁS e CEPEL:

EXERCÍCIO FINDO EM:

DESCRIÇÃO	2016	2015
Ressarcimento de despesas administrativas	684	647
Fundo Rotativo CEPEL (a)	286	74
Outros valores a receber	81	599
Total	1.051	1.320

(a) O Fundo Rotativo do CEPEL refere-se ao montante a ser ressarcido pelo CEPEL em função da liquidação das despesas médico-hospitalares dos participantes do seu plano de saúde.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Registra os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. Demonstramos a seguir a sua composição:

EXERCÍCIO FINDO EM:

DESCRIÇÃO	2016	2015
Tributários	3.836	2.649
PIS	545	371
COFINS	3.291	2.278
Cíveis	4	4
Total	3.840	2.653

10. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES À SAÚDE

EXERCÍCIO FINDO EM:

DESCRIÇÃO	2016	2015
Provisões de eventos a liquidar (a)	1.604	1.785
SUS	-	64
Médico Hospitalares	1.575	1.635
Odontológicas	29	86
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (b)	3.255	2.900
Total	4.859	4.685

(a) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos.

(b) Provisão para fazer frente aos pagamentos dos eventos que já

tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em cálculo definido pela Resolução Normativa ANS nº 209/09, a qual está registrada integralmente de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25/09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

11. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Refere-se a mensalidades dos assistidos descontadas antecipadamente na folha de pagamento dos planos previdenciários, antes do início do período de cobertura do risco, no montante de R\$3.202 (R\$ 3.144 - 2015).

No mês da cobertura do risco é efetuada a baixa do montante e apropriada a receita no resultado do período, atentando para o princípio da competência.

12. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM:	
	2016	2015
Débitos a Prestadores de Assistência à Saúde (a)	184	214
Outros Débitos não Relacionados com Planos de Saúde	<u>546</u>	<u>1.311</u>
Fundo rotativo Eletrobras (b)	299	755
Valores a serem repassados a ELETROS (c)	237	547
Outros valores a pagar	<u>10</u>	<u>9</u>
Total	<u>730</u>	<u>1.525</u>

(a) Refere-se a prestação de serviços médico-hospitalar/odontológico utilizados pelos usuários relacionados ao convênio de reciprocidade firmado entre o Plano Eletros-Saúde com outras fundações e empresas do setor elétrico.

(b) O Fundo Rotativo ELETROBRAS representa os recursos disponibilizados pela ELETROBRAS em adiantamento para fazer face aos pagamentos de despesas médico-hospitalares dos participantes do plano de saúde da ELETROBRAS.

(c) Refere-se aos valores das despesas administrativas a serem ressarcidas à ELETROS.

13. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os tributos e contribuições a recolher apresentava a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM:	
	2016	2015
INSS	51	39
Imposto de renda retido na fonte	31	29
Imposto Sobre Serviços (ISS)	49	54
Contribuições previdenciárias	191	24
Outros	<u>85</u>	<u>85</u>
Total	<u>407</u>	<u>231</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Refere-se a valores a pagar para a Fundação FABES, oriundos do saldo remanescente no Fundo Transitório, transferido em sua totalidade à FABES, conforme decisão tomada na 164ª. Reunião do Conselho Deliberativo da Eletros, em 18 de dezembro de 2009, e o disposto no Termo de Acordo para Transferência de Créditos em favor da Fundação FABES (IPA-019-09), datado de 30 de dezembro de 2009.

A amortização do empréstimo com a FABES iniciou-se em janeiro de 2010, em continuação ao plano de amortização estabelecido anteriormente, com as seguintes condições:

- Prazo de amortização: 15 anos
- Reajuste: INPC
- Taxa de juros: 0,5% a.m.
- Periodicidade do reajuste: anual

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM:	
	2016	2015
Circulante	544	471
Não Circulante	<u>3.031</u>	<u>3.331</u>
Total	<u>3.575</u>	<u>3.802</u>

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A ELETROS constitui provisão para contingências com base na opinião de seus advogados. Com isso, a entidade reconhece provisão para os processos cuja estimativa de desembolso seja provável. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM:	
	2016	2015
Tributárias	3.895	2.663
PIS	554	371
COFINS	3.341	2.292
Trabalhistas	-	3
Cíveis	308	666
Total	4.203	3.332

Essas provisões tiveram, nesse exercício, a seguinte evolução:

	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2016			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	2.663	3	666	3.332
Constituição de Provisões	1.252	-	661	1.913
Reversão de Provisões	(20)	-	(816)	(836)
Baixas	-	(3)	(150)	(153)
Pagamentos	-	-	(53)	(53)
Saldo em 31/12/2016	3.895	-	308	4.203

MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2014	2.287	362	572	3.221
Constituição de Provisões	376	101	153	630
Reversão de Provisões	-	-	(26)	(26)
Baixas	-	(460)	(3)	(463)
Pagamentos	-	-	(30)	(30)
Saldo em 31/12/2015	2.663	3	666	3.332

ELETROS possui depósitos judiciais, quando requeridos, registrados em seu ativo referentes aos processos em andamento (Nota Explicativa nº 9).

Os processos com probabilidade de perda possível, em função do CPC 25, não são reconhecidos contabilmente, mas devem ser divulgados em notas explicativas, representam o montante de R\$ 938 (R\$ 232 - 2015) e envolvem ações judiciais de natureza cível, relacionadas, principalmente, à questionamentos referentes à procedimentos médicos, medicamentos e reajuste de mensalidade.

16. ATIVOS GARANTIDORES

A Resolução Normativa nº 159/2007 da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e suas alterações descreve a diversificação dos Ativos das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde para aceitação como Ativos Garantidores das Provisões Técnicas. Demonstramos as Provisões Técnicas constituídas e as Garantias Financeiras, os Ativos Garantidores em Aplicações Financeiras Vinculadas e de Lastro.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM:	
	2016	2015
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA	3.255	2.901
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	-	64
Provisão de Eventos a Liquidar - Avisados há mais de 60 dias	<u>185</u>	<u>548</u>
Provisões Técnicas a serem Vinculadas	3.441	3.513
Aplicação Financeira Vinculada	<u>5.919</u>	<u>5.215</u>
(A) Suficiência de Ativos Garantidores Vinculados	<u>2.478</u>	<u>1.702</u>
Provisão de Eventos a Liquidar - Avisados Até 60 dias	<u>1.418</u>	<u>1.173</u>
Provisões Técnicas a serem Lastreadas	1.418	1.173
Aplicação Financeira não Vinculada	11.125	10.795
Disponibilidades Bancárias	<u>111</u>	<u>133</u>
(B) Suficiência de Lastros	<u>9.818</u>	<u>9.755</u>
(C) = (A+B) Suficiência de Ativos Garantidores Vinculados e de Lastros	<u>12.296</u>	<u>11.457</u>

A RN 274/2011 estabelece que as operadoras de plano de assistência à saúde com até 100.000 (cem mil) beneficiários pode optar a vinculação de ativos garantidores para a parcela da Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar referente aos eventos/sinistros que tenham sido avisados nos últimos 60 (sessenta) dias.



17. PATRIMÔNIO SOCIAL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM:	
	2016	2015
Patrimônio Social	<u>1.849</u>	<u>1.849</u>
Patrimônio Social	1.849	1.849
Superávit Acumulados	<u>4.936</u>	<u>3.634</u>
Total	<u>6.785</u>	<u>5.483</u>

Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA)

O PMA representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido da operadora de saúde, ajustado para efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator "K", emitido pela ANS pelo capital base do qual é ajustado, anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM:	
	2016	2015
Patrimônio Social Contábil	6.785	5.483
(+) Obrigações legais (*)	<u>59</u>	<u>15</u>
Patrimônio Social Ajustado	<u>6.844</u>	<u>5.468</u>
Capital Mínimo Exigido	<u>700</u>	<u>643</u>
Insuficiência / Suficiência do PMA	<u>6.144</u>	<u>4.825</u>

(*) De acordo com a Instrução Normativa ANS 50/2012, o montante de obrigações legais refere-se ao saldo contábil de provisões judiciais fiscais e tributárias, excluído da parcela do depósito judicial.

17.1 Margem de Solvência

A Margem de Solvência corresponde à suficiência do Patrimônio social ajustado por efeitos econômicos, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

(i). 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, o que representa em 31 de dezembro de 2016, R\$ 11.379; ou

(ii). 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100%

(cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, o que representa em 31 de dezembro de 2016, R\$14.460.

A Operadora deve observar integral e mensalmente as regras da Margem de Solvência, durante o prazo máximo de 10 (dez) anos, contados a partir de janeiro de 2014, na proporção cumulativa mínima de 1/120, a cada mês, do valor calculado. A seguir está demonstrada a posição de 31 de dezembro de 2016:

Exercício findo em 31.12.16	
Patrimônio Social Ajustado	<u>6.844</u>
Margem de Solvência	
(A) - 0,20 vezes CPL - últimos 12 meses	3.414
(B) - 0,33 vezes EIL - últimos 36 meses	4.388
Maior entre (A) e (B)	<u>4.388</u>
(Insuficiência) / Suficiência da margem de Solvência	2.456

Para equilíbrio financeiro do Plano Eletros-Saúde para o exercício de 2016, foi deliberada em 13 de novembro de 2015, na 280ª Reunião do Conselho Deliberativo, o reajuste de 14,35% para o Plano Eletros-Saúde Assistidos, 13,55% para o Plano Eletros-Saúde Fundação, 9,85% para o Plano Eletros-Saúde Vinculados e Plano Eletros-Saúde Família.

Para manutenção do equilíbrio financeiro do Plano Eletros-Saúde para o exercício de 2017, foi deliberada em 11 de novembro de 2016, na 310ª Reunião do Conselho Deliberativo, o reajuste de 16,37% para o Plano Eletros-Saúde Assistidos, 12,10% para o Plano Eletros-Saúde Fundação, 6,05% para o Plano Eletros-Saúde Vinculados e Plano Eletros-Saúde Família.

18. DISTRIBUIÇÃO DOS SALDOS DE EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR

Em consonância com o subitem 6.2.1., Capítulo I, Normas Básicas, da Resolução Normativa nº 344, de 20 de dezembro de 2013. Contemplamos, a seguir, os quadros da distribuição dos saldos de eventos médicos hospitalares, assistência médico hospitalar e outros.

18.1 MÉDICO HOSPITALARES

EM 31.12.16

COBERTURA ASSISTENCIAL COM PREÇO PRÉ-ESTABELECIDO -
CARTEIRA DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS ANTES DA LEI 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	-	-	-	-	-	-	-
Reembolso	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-

EM 31.12.15

COBERTURA ASSISTENCIAL COM PREÇO PRÉ-ESTABELECIDO -
CARTEIRA DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS ANTES DA LEI 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	-	1	-	-	-	1	2
Reembolso	-	-	-	2	-	-	2
Total	-	1	-	2	-	1	4

EM 31.12.16

COBERTURA ASSISTENCIAL COM PREÇO PRÉ-ESTABELECIDO -
CARTEIRA DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS DEPOIS DA LEI 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	1.143	4.352	2.231	19.013	1.330	2.816	30.885
Reembolso	677	38	168	891	29	668	2.472
Total	1.820	4.390	2.399	19.904	1.259	3.484	33.357

EM 31.12.15

COBERTURA ASSISTENCIAL COM PREÇO PRÉ-ESTABELECIDO -
CARTEIRA DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS DEPOIS DA LEI 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	906	3.470	2.196	10.711	814	2.310	20.407
Reembolso	657	53	197	1.232	27	822	2.988
Total	1.563	3.523	2.393	11.943	841	3.132	23.395

EM 31.12.16**COBERTURA ASSISTENCIAL COM PREÇO PÓS-ESTABELECIDO -
CARTEIRA DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS DEPOIS DA LEI 9.656/1998**

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	1.697	4.756	1.807	17.294	1.674	4.118	31.346
Reembolso	783	51	1.188	704	125	1.435	4.286
Total	2.480	4.807	2.998	17.998	1.799	5.553	35.632

EM 31.12.16**COBERTURA ASSISTENCIAL COM PREÇO PÓS-ESTABELECIDO -
CARTEIRA DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS DEPOIS DA LEI 9.656/1998**

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	1.428	3.963	1.477	12.724	1.010	3.358	23.960
Reembolso	786	116	1.375	843	47	1.418	4.585
Total	2.214	4.079	2.852	13.567	1.057	4.776	28.545

PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS**EM 31.12.16****COBERTURA ASSISTENCIAL COM PREÇO PRÉ-ESTABELECIDO -
CARTEIRA DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS DEPOIS DA LEI 9.656/1998**

	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	777	777
Reembolso	75	75
Total	852	852

EM 31.12.15**COBERTURA ASSISTENCIAL COM PREÇO PRÉ-ESTABELECIDO -
CARTEIRA DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS DEPOIS DA LEI 9.656/1998**

	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	695	695
Reembolso	63	63
Total	758	758

EM 31.12.16**COBERTURA ASSISTENCIAL COM PREÇO PÓS-ESTABELECIDO -
CARTEIRA DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS DEPOIS DA LEI 9.656/1998**

	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	2.133	2.133
Reembolso	498	498
Total	2.631	2.631

EM 31.12.15**COBERTURA ASSISTENCIAL COM PREÇO PÓS-ESTABELECIDO -
CARTEIRA DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS DEPOIS DA LEI 9.656/1998**

	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	1.912	1.912
Reembolso	521	521
Total	2.433	2.433

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM:	
	2016	2015
Pessoal	6.137	5.130
Serviços de Terceiros (a)	1.338	766
Localização e Funcionamento (b)	957	747
Tributos (c)	1.074	1.222
Despesas Administrativas Indiretas (d)	332	810
Outras	438	218
Total	10.276	8.893

(a) Serviços advocatícios e de consultoria, entre outros;

(b) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, etc.;

(c) Impostos e contribuições (IPTU, PIS, COFINS e taxa de saúde suplementar); e

(d) Este valor refere-se à parcela atribuída ao Plano Eletros-Saúde de acordo como o critério de rateio das despesas administrativas comuns da ELETROS.

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Refere-se basicamente ao repasse do subsídio aos assistidos do convênio com o Banco Santander que vigorou até dezembro de 2015.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM:	
	2016	2015
Desconto Mensalidade - Convênio Santander	-	1.476
Provisão Convênios - Correção Monetária	-	6
Provisão Para Contingência Cível	(155)	162
Convênio Cooperação Técnica CV-048/03	242	222
Provisão Contingência Cível-Plano Eletrobrás	(1)	(3)
Total	86	1.863

21. RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM:	
	2016	2015
Receitas Financeiras		
Aplicações financeiras (a)	1.860	1.425
Outras	451	354
Total	2.311	1.779
Despesas Financeiras		
Empréstimos e financiamentos (b)	476	606
Total	476	606
Resultado Financeiro	1.835	1.173

(a) Refere-se ao rendimento das aplicações financeiras em fundos de investimentos de Renda Fixa.

(b) Refere-se aos encargos financeiros sobre valores a pagar para a Fundação Fabes.

22. EXPOSIÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros mencionados na Nota nº 3.2:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da entidade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

ESTRUTURA DO GERENCIAMENTO DE RISCO

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria, que realiza a identificação e análise dos riscos enfrentados, define limites e controles de riscos apropriados e monitora riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. O Comitê reporta ao Conselho Deliberativo os riscos identificados e controles para mitigar tais riscos.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um projeto ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação. Os critérios para a escolha dos emissores de ativos, além de passarem por uma avaliação interna, tem seus *ratings* de crédito avaliados por agências nacionais como a *Fitch Ratings* Brasil e em indicadores de liquidez, solvência e outros.

RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de liquidez é o risco de a Fundação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

As informações com os vencimentos contratuais de passivos financeiros foram apresentados na nota explicativa 14 e a entidade possui ativos suficientes para honrar os pagamentos nos vencimentos.

RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactariam os ganhos e perdas da Fundação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Fundação dilui os riscos de mercado através de investimentos em seu fundo exclusivo, reduzindo significativamente os riscos, em função da autogestão desse fundo.

MENSURAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros passivos da Fundação estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Fundação são equivalentes aos seus valores contábeis.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o Eletros-Saúde divulga o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Entidade está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros, conforme abaixo.

DESCRIÇÃO	NOTA EXPLICATIVA	RISCO	CENÁRIO I - PROVÁVEL	CENÁRIO II	CENÁRIO III
Aplicações Financeiras	5		10,6%	10%	11%
		Taxa CDI	18.850	18.748	18.918
		Efeito Líquido	Nulo	(102)	170
DESCRIÇÃO	NOTA EXPLICATIVA	RISCO	CENÁRIO I - PROVÁVEL	CENÁRIO II	CENÁRIO III
Empréstimos e Financiamentos a pagar	14		4,5%	3,5%	5,5%
		Taxa INPC	375	347	403
		Efeito Líquido	Nulo	(28)	56

23. CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2016	2015
Superávit do exercício	1.302	7.084
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Variação da Provisão de Perdas sobre Créditos	653	(4)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	355	343
Variação da Provisão para Contingências	871	111
Despesas de Juros	<u>471</u>	<u>603</u>
	3.652	8.137
(Aumento) / diminuição em ativos operacionais		
Numerários em Trânsito	52	(52)
Redução Aplicações Financeiras	(1.034)	(9.723)
Redução Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(473)	(743)
Redução Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados	136	41
Redução Bens e Títulos a Receber	269	393
Depósitos Judiciais e Fiscais	(1.187)	(12)
Aumento / (diminuição) em passivos operacionais		
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(180)	527
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios	58	595
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com o plano	(795)	1.237
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	176	118
Redução Débitos diversos	<u>2</u>	<u>(83)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	676	434

DIRETORIA EXECUTIVA**Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho***Presidente***Luiz Guilherme de França Nobre Pinto***Diretor Financeiro***Marcio Peres Silvado***Diretor de Benefícios Previdenciários***CONTADOR RESPONSÁVEL****Cleber Leal***Contador CRC/RJ - 62.288/O-3*

9

Administração



Nesta parte do relatório, apresentamos os Quadros com a composição dos Órgãos estatutários da ELETROS, compostos pela Diretoria Executiva (DEE), Conselho Deliberativo (CDE) e Conselho Fiscal (CFE), responsáveis pela administração e fiscalização da entidade.

Composição da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal em 31.12.2016

DIRETORIA EXECUTIVA - DEE

MEMBROS	CARGO	PERÍODO DE GESTÃO
Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho	Presidente	23.09.2016/22.09.2019
Marcio Peres Silvado	Diretor de Benefícios Previdenciários	23.09.2016/22.09.2019
Luiz Guilherme de França Nobre Pinto	Diretor Financeiro	06.01.2014/05.01.2017(*)

(*) O Diretor Financeiro Luiz Guilherme de França Nobre Pinto iniciou seu novo mandato a partir 06.01.2017, com prazo de término em 05.01.2020.

Os membros da Diretoria Executiva estão cumprindo seus segundos mandatos.

CONSELHO DELIBERATIVO – CDE

MEMBROS	SUPLENTE	PERÍODO DE GESTÃO DOS MEMBROS (EFETIVOS)	PERÍODO DE GESTÃO DOS SUPLENTE	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Roberta Carvalho Muniz Zylberberg	André Luiz Amaral dos Santos	22.01.2016/30.06.2019	22.01.2016/30.06.2019	Indicação Eletrobras
Jack Nottingham Steiner	Paulo Sergio Petis Fernandes	01.07.2015/30.06.2019	01.07.2015/30.06.2019	Eleitos - Assistidos
Sergio Bondarovsky	Paulo Renato Portugal Gomes	19.11.2012/18.11.2016(*)	19.11.2012/18.11.2016(*)	Eleitos-Ativos/ Assistidos
Rosane Barboza da Silva	Paulo Tadeu Paes Alves	05.09.2014/18.11.2016(*)	06.03.2015/18.11.2016(*)	Indicação CEPEL
Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva	Alessandra Lemos de Souza	01.07.2015/30.06.2019	01.07.2015/30.06.2019	Eleitos - Ativos
Alice Valderez de Andrade Salomão	José dos Santos Maia	11.04.2014/18.11.2016(*)	08.11.2013/18.11.2016(*)	Indicação ONS

(*) Conforme art. 26 § 11 do Estatuto, embora findos os mandatos no dia 18.11.2016, os referidos Conselheiros permaneceram no cargo até a posse (habilitação) de seus substitutos.

O período de gestão dos novos Conselheiros eleitos ou indicados em outubro e novembro/2016 começou a vigorar a partir da aprovação da habilitação dos mesmos junto à PREVIC em fevereiro/2017, de acordo com a legislação pertinente e vigente à época.

CONSELHO FISCAL – CFE

MEMBROS	SUPLENTES	PERÍODO DE GESTÃO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Eleilson Santos Costa - Presidente desde 28.08.2015(*)	-	19.11.2012/18.11.2016(**)	Eleito - Assistidos
Paula Prado Rodrigues Couto	Pedro Paulo da Cunha	01.07.2015/30.06.2019	Indicação Eletrobras
José Carlos Nunes Bianco	Carlos Eduardo Brasil Pereira	01.07.2015/30.06.2019	Eleitos - Ativos
Marcio Kennedy de Almeida	Fernanda Baptista de Oliveira	19.11.2012/18.11.2016(**)	Indicação ONS

(*) Considerando a renúncia de Paulo Roberto dos Santos Silveira em 28.08.2015.

(**) Conforme art. 26 § 11 do Estatuto, embora findos os mandatos no dia 18.11.2016, os referidos Conselheiros permaneceram no cargo até a posse (habilitação) de seus substitutos.

O período de gestão dos novos Conselheiros eleitos ou indicados em outubro e novembro/2016 começou a vigorar a partir da aprovação da habilitação dos mesmos junto à PREVIC, em fevereiro de 2017, em sua maioria, de acordo com a legislação pertinente e vigente à época.

Juntamente com a composição do CDE, CFE e DEE, ilustramos abaixo as principais realizações do ano de 2016, de acordo com a esfera de competência de cada Órgão Estatutário.

CONSELHO DELIBERATIVO

Composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, é o órgão de orientação superior da Entidade. O período de mandato dos membros do CDE é de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução ou reeleição, considerando-se, para esses efeitos, como mandato aquele exercido em pelo menos 3/4 (três quartos) do período. Os artigos 32 e 33 do Estatuto da ELETROS dispõem sobre as competências do CDE.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES/APROVAÇÕES:

- aprovação das demonstrações contábeis consolidadas individuais por Plano de Benefícios, do exercício de 2016 e do Plano de assistência à saúde (Eletros-Saúde) amparadas em pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal, e das demonstrações atuariais dos Planos de Benefícios em 31/12/2015/ Planos de Custeio com vigência a partir de maio/2016, amparados nos respectivos pareceres atuariais;
 - acompanhamento do assunto Dívidas das Patrocinadoras e Equacionamentos dos Déficits do Plano BD Eletrobrás;
 - acompanhamento dos estudos de sustentabilidade (mitigação de riscos) do Plano BD Eletrobrás até o encaminhamento da proposta às patrocinadoras, incluindo uma proposta de migração para o Plano CD Eletrobrás;
 - aprovação das premissas atuariais (biométricas e demográficas) dos Planos de Benefícios BD Eletrobrás / Cepel / ELETROS, CD Eletrobrás, CV ONS, CD CERON e CV EPE, de acordo com os estudos atuariais (Testes de Aderência), a vigorar a partir de 31.12.2016;
 - aprovação do novo Organograma/2016;
 - acompanhamento do relato de atendimento às auditorias das patrocinadoras;
 - acompanhamento referente ao projeto de segregação do Plano Eletros-Saúde da ELETROS;

- acompanhamento da situação do Edifício Mário Bhering;
- aprovação da venda de NTN-B 2050 para os Planos CDs e CV EPE, no caso desses títulos atingirem a taxa de 6% ao ano ou taxa inferior, com base nos estudos técnicos fundamentadores. Como não era possível a venda da totalidade de uma vez, a cada venda de 20 (vinte) mil títulos, a Diretoria posicionou o Conselho por *e-mail*, com a atualização das premissas;
 - aprovação da revisão de regras dos Regulamentos do Plano Eletros-Saúde, Capítulo X, Das Coberturas Assistenciais, Seção V - Reembolso, de modo a facilitar o procedimento junto aos usuários;
 - alteração da norma eleitoral decorrente de nova legislação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, referente à habilitação prévia e à certificação;
 - aprovação da revisão de regras do programa de remuneração variável, com a manutenção do estímulo à redução de despesas administrativas;
 - aprovação da revisão da Política de Alçadas (Quadro de Poderes e Competências);
 - aprovação da operação de seguro (*hedge*) para a posição de renda variável do plano BD, consubstanciada em estudos técnicos, de acordo com o item 4.4.5 da Norma de Riscos de Investimentos, quando atingido o índice de 58.000 pontos na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, com vencimento em fevereiro de 2017 e custo financeiro máximo limitado a 5,5% sobre o valor segurado;
 - aprovação da alteração do Regulamento do Plano ONS contemplando os ajustes advindos da análise técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;
 - aprovação da nova Política de Empréstimos;
 - aprovação da proposta de alteração na alocação de investimentos com base nos estudos Asset Liability Management – ALM 2016 dos Planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás Saldado (BPDS) fundamentada em estudos técnicos e aprovação das compras de NTN-B, com alteração da aplicabilidade da decisão do CDE contida em reunião de 26/04/2016, que limitou a venda das NTN-B 2050 para os Planos CD e CV, quando atingida a taxa de 6% ao ano ou taxa inferior, a qual não valerá mais a partir da data desta reunião de 02/12/2016, apenas para o Plano CD – Saldado (BPDS), e que ainda permanece válida para os Planos CD (Puro) Eletrobrás, CD CERON, CV EPE e CV ONS;
 - aprovação da criação de um novo Produto Básico para os assistidos denominado “Essencial”;
 - nomeação dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e Fiscal, em função do resultado das eleições e das novas indicações, devido aos termos dos mandatos anteriores, solicitando o envio dos processos à habilitação junto à PREVIC;
 - ciência dos Relatórios de Manifestação semestrais emitidos pelo Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;
 - aprovação do orçamento da ELETROS para 2017, incluindo a aprovação dos indicadores de desempenho de gestão;
 - acompanhamento mensal dos indicadores de desempenho de gestão;
 - aprovação do orçamento do Plano Eletros-Saúde para 2017;
 - aprovação da taxa (limite) para cobertura das despesas administrativas, de acordo com o art. 6º da Resolução CGPC 29/2009;
 - aprovação da Política de Investimento para 2017 de cada Plano de Benefícios Previdenciários e do Plano de Gestão Administrativa;
 - aprovação das Premissas Biométricas e Demográficas do Plano de Benefícios BD Eletrobrás / Cepel / ELETROS, consubstanciado pelo relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2016;
 - aprovação das Premissas Biométricas e Demográficas dos Planos CDs e CV administrados pela ELETROS, consubstanciado pela Nota Técnica elaborada pela área responsável, a vigorar a partir de 31.12.2016;
 - aprovação da Premissa de Taxa Real de Juros do Plano de Benefícios BD Eletrobrás / Cepel / ELETROS, conforme os Testes de Aderência, consubstanciado no relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2016;
 - aprovação da Premissa de Taxa Real de Juros dos Planos de Contribuição Definida e Variável administrados pela ELETROS, consubstanciada no relatório elaborado pela área responsável pela avaliação atuarial dos Planos CD e CV, a vigorar a partir de 31.12.2016;
 - aprovação das taxas de juros dos empréstimos financeiros e fundos prestamistas para 2017;
 - aprovação da Proposta de Equacionamento dos Déficits do Plano BD Eletrobrás.

CONSELHO FISCAL

Composto por 4 (quatro) membros e respectivos suplentes, é o órgão de apoio ao controle interno e de fiscalização das atividades econômico-financeiras da ELETROS. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, vedada a recondução. O artigo 46 do Estatuto da ELETROS dispõe sobre as competências do CFE, reproduzido a seguir:

As conclusões, recomendações, análises e manifestações do Conselho Fiscal devem ser levadas, em tempo hábil, ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem cabe decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas.

Destacamos as seguintes ações do CFE no exercício de 2016:

- apreciou os balancetes mensais;
- apreciou o acompanhamento orçamentário mensal e as justificativas trimestrais;
- apreciou os relatórios de conjuntura e risco dos investimentos dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela ELETROS;
 - acompanhou os resultados trimestrais dos Planos;
 - emitiu parecer sobre as Demonstrações Contábeis auditadas e Atuariais do exercício de 2016, Planos de Custeio de 2016, tomando por base os pareceres atuariais;
 - emitiu os Relatórios de Manifestação semestrais do Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;
 - acompanhou os trabalhos e monitorou as recomendações sobre Controles Internos;
 - acompanhou o relato de atendimento às auditorias das patrocinadoras;
 - acompanhou o relato de atendimento aos Ofícios da PREVIC;
 - emitiu Parecer sobre as Hipóteses Biométricas e de Taxas de Juros dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela ELETROS em virtude dos Testes de Aderência;
 - monitorou o assunto equacionamento do déficit técnico do Plano BD Eletrobrás;
 - acompanhou a posição dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
 - acompanhou o reporte do assunto situação do Ed. Mário Bhering;
 - acompanhou o reporte do assunto projeto de segregação do Eletros-Saúde da ELETROS.

DIRETORIA EXECUTIVA

Composta por 3 (três) membros, que possuem mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução ou reeleição, considerando-se, para esses efeitos, como mandato aquele exercido em pelo menos 3/4 (três quartos) do período. Além de submeter ao CDE as propostas de matérias para deliberações, e dar o suporte técnico necessário ao CFE, cabe ressaltar que em 2016 a DEE supervisionou as ações do planejamento estratégico, projetos e metas, exercendo suas atividades de acordo com as diretrizes traçadas pelo CDE. As principais competências da DEE encontram-se estabelecidas no art. 37 do Estatuto.

Dentre as realizações de 2016, destacamos:

- a continuidade das negociações referente ao equacionamento dos déficits técnicos do Plano BD Eletrobrás com atuação junto às patrocinadoras, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, auxílio às patrocinadoras junto à Secretaria de Governança e Controle das Empresas Estatais - SEST;
 - aperfeiçoamento dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
 - atualização do Critério de Rateio das Despesas Administrativas;
 - condução do processo de locação do Ed. Mário Bhering à patrocinadora-instituidora Eletrobras;
 - atuação nos trabalhos do Comitê Executivo de Riscos de apoio ao Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria - CGRA;
 - apoio ao CDE no andamento das Propostas das Políticas Institucionais da ELETROS;
 - aperfeiçoamento do processo administrativo para a contratação de serviços;
 - estímulo às ações de redução de despesas administrativas;
 - acompanhamento e supervisão dos trabalhos do Projeto SOMAR, até a implantação da solução integrada

de sistemas;

- acompanhamento da continuidade na implementação de aperfeiçoamentos no atendimento aos participantes e assistidos, bem como no atendimento aos usuários do Plano Eletros-Saúde;
- aprovação do aperfeiçoamento das normas, procedimentos e controles da ELETROS;
- supervisão do atendimento aos Ofícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, bem como o acompanhamento das recomendações;
- supervisão do atendimento às auditorias das patrocinadoras;
- supervisão de estudo para análise de alternativas para sustentabilidade do Plano BD, bem como para o projeto de migração para o Plano CD Eletrobras;
- aprovação de normas e atualização de normas decorrentes da revisão das Políticas Institucionais aprovadas pelo CDE;

Levantamento realizado por Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira – Assessoria aos Órgãos Estatutários. Em 05.06.2017.

10

Contatos



CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTE ELETROS

Telefone (21) 2138-6000 – opção 2

E-mail atendimento@eletros.com.br

Endereço Rua Uruguaiana, 174 – 6º andar – Centro – Rio de Janeiro

Atendimento Presencial de segunda à sexta, das 10h às 15h30

Atendimento Telefônico de segunda à sexta, de 9h às 16h

OUVIDORIA

ouvidoria@eletros.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO ELETROS-SAÚDE

Telefone (21) 2138-6000 – opção 1

E-mail atendimento@eletrossaude.com.br

Endereço Rua Uruguaiana, 174 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro

Atendimento Presencial de segunda à sexta, das 10h às 15h30

Atendimento Telefônico de segunda à sexta, de 8h às 17h

OUVIDORIA

ouvidoria@eletrossaude.com.br



EXPEDIENTE

O Relatório Anual de Informações é uma publicação da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS exclusiva para seus participantes e assistidos.

Editoria:

Assessoria de Comunicação

Projeto gráfico e editorial:

Infobase Interativa

www.iinterativa.com.br

www.eletros.com.br